

cadernos do
**terceiro
mundo**

7

Set.

40\$00 Kz 40,00 Esc. 40\$00 PG 40,00 — Ano 1 N.º 7

BRASIL

depois
da ditadura

BOLÍVIA: da fraude ao golpe

PALESTINA

uma nova
tragédia



campanha das mil assinaturas

esperamos a cooperação dos
amigos e leitores dos

cadernos do
**terceiro
mundo**

r. pinheiro chagas 41 · 2.º d.
lisboa

Nesta edição

cadernos do
terceiro
mundo

7

2 correio do leitor

4 editorial

reportagem especial

7 *Cuba*: — o festival da juventude — *Altair L. Campos*

américa latina

- 17 *Brasil*: — os militares e a redemocratização — *Neiva Moreira*.
a luz no fundo do túnel — *Theotônio dos Santos*.
a crise do «milagre económico» — *Severo Sales*.
o renascimento do movimento operário — *António Almeida*.
a Igreja na luta pela Democracia — *Herbert de Sousa*.
a «imprensa nanica» — *Maluza Silveira*.
- 44 *Bolívia*: — da fraude eleitoral ao golpe de estado — *Martin Dominguez*.
o poder mineiro — *Renato Andrade*.
- 55 *Peru*: — o avanço da esquerda — *Juan Quispe*.
- 61 *Belize*: — entrevista com o primeiro-ministro George Price.
o difícil adeus ao colonialismo — *James Clough*.
- 71 *Guatemala*: — 24 anos de guerra civil — *Ramón Colombo*.



áfrica

- 79 *Mauritânia*: — a paz ou a guerra? — *Mohamed Salem*.
- 83 *Namíbia*: — o caminho da independência — *Paulo César Braz*.

médio-orient

- 90 *Palestina*: — a luta fratricida — *Marcelo Dias*.
- 98 *Irão*: — o golpe de 1953 — *Gregório Selser*.
- 107 *Yemen*: — a conspiração saudita.



111 panorama tricontinental

petróleo

- 115 *Indonésia*: — o saque das multinacionais — *Malcolm Caldwell*.
- 119 *Alimentação*: — a fome e as armas — *Irene Selser*
- 112 a corrida de armamentos: desfazendo os mitos

123 Almanaque do terceiro mundo

cadernos do terceiro mundo 7

Publicação mensal — n.º 7/Setembro de 1978

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bísio

Chefe de Redacção: Roberto Remo

Edição em Espanhol ano II n.º 23

Editor: Enrique Cortez Reina

Insurgentes Sur 1722 Desp. 204, Mexico 20 D.F.

Correspondência: Apartado Postal 20-572

Mexico 20 D.F. MEXICO

Edição em Português ano-I n.º 7

Tricontinental Editora, Lda.

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Chefe de Redacção: Marcelo Dias

Sub-chefe de Redacção: Baptista da Silva

Artes Gráficas: Leonel M.

Colaboraram neste número: António Almeida, Gregório Selser, Herbert de Sousa, Irene Selser, James Clough, Juan Quispe, Malcolm Caldwell, Maluza Silveira, Martin Domínguez, Mohamed Salem, Paulo César Braz, Ramón Colombo, Renato Andrade, Severo Sales e Theotónio dos Santos.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços da Agência de Informação de Moçambique (AIM), da Inter Press Service (IPS), da Irakian National Agency (INA), da SHITATA (agência tanzaniana), da Nipon Agency News (NAN) e Prensa Latina (PL). Mantem intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola).

administração e Redacção: Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º Dto. — Lisboa

Composição e impressão: Empresa Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa

Distribuição: Dijournal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 66, 7.º Dto. — Lisboa

assinaturas

PORTUGAL

ANUAL (12 números) 380\$00

semestral (6 números) 220\$00

ESTRANGEIRO — Anual (12 números) por via aérea

Angola, Moçambique, Cabo Verde

Guiné e São Tomé e Príncipe 600\$00 (escudos) OU

14 DÓLARES USA

Restantes Países..... 17 DÓLARES USA

pág. 2 n.º 7/Setembro 78

correio do leitor

(...) A leitura atenta e cuidada dos "Cadernos", alarga os horizontes, faz-nos mais solidários com os que lutam pela libertação e torna-nos, sem dúvida, mais internacionalistas. Considero o vosso trabalho muito importante, e acho que todos nós — assinantes — deveríamos divulgar essa publicação. — *Maria da Conceição Neusparth — Lisboa, Portugal.*

Comovedora a reportagem de Ignacio Briones Torres sobre Monimbó rebelde. — *Pedro Rojas — México, D.F.*

Como editor da publicação "Economic and Political Weekly", escrevo-lhes, pois soube que "Cuadernos del Tercer Mundo" projecta lançar uma edição em inglês. — *Krishna Raj — Bmbaim — Índia.*

Consideramos muito actualizado o artigo publicado sobre o Zaire. O mais importante para mim foi conhecer melhor a luta dos congoleses, que nos chega sistematicamente deformada pelas agências de notícias. — *Jorge Whiteman — Mérida de los Andes — Venezuela.*

Os artigos sobre o Médio Oriente, que são sempre escritos com bastantes dados e objectividade, tem para nós, estudantes angolanos militantes, fornecido muito material para estudos e discussões. — *J. M. Martins — Luanda — Angola.*

Continuem stop Trabalho excelente stop (telegrama). — *Nilton P. de Barros — São Paulo — Brasil.*

A Tricontinental Editora tem outras publicações? — *M. Augusto — Maputo — R.P. de Moçambique.*

carta ao leitor

Os leitores dos nossos seis primeiros números, devem ter constatado que gradual e progressivamente impusemos algumas alterações na apresentação geral da revista, no sentido de "aligeirá-la" um pouco mais, sem com isso perder o seu conteúdo, sob o lema "formação através da informação".

A capa deste nosso número não traz nenhuma "chamada" sobre a realização do "XI Festival da Juventude e dos Estudantes" que se realizou recentemente em Havana, por ter esta matéria entrado com um certo atraso no plano geral de execução de revista. Por se tratar de assunto mais do que importante, é que chamamos a vossa atenção.

Outro facto que queremos assinalar, é o incremento da distribuição dos "Cadernos" na sua edição portuguesa em Moçambique e Guiné-Bissau, e o início de distribuição em São Tomé e Príncipe.

Quanto aos nossos assinantes do Brasil, que se queixam do não recebimento da revista, o que podemos dizer é que, apesar das "aberturas graduais", prometidas, os serviços de correio brasileiros continuam sob rígido controlo e censura do aparelho repressivo. É nada podemos fazer nesse sentido, a não ser deixar aqui registada a existência do facto.

Os nossos melhores agradecimentos pelo carinhoso acolhimento que tivemos da parte das autoridades e povo cubanos na nossa curta permanência em La Habana. Um agradecimento especial à UPEC (União de Jornalistas Cubanos), na pessoa do seu Secretário-Geral, Ernesto Vera, pelas facilidades com que nos propiciou.

O Editor

meses decisivos no Brasil

O Brasil ocupa o centro das atenções deste número 7 dos Cadernos do Terceiro Mundo. Não só por se celebrar em Setembro, no dia 7, mais um aniversário da Independência brasileira, mas, sobretudo, por estar a viver o país uma situação política de grande importância para todo o continente latino-americano.

De Setembro a Março de 1979 travar-se-ão no Brasil batalhas políticas determinantes: a sucessão presidencial tentada pelo regime e denunciada pela oposição democrática, as eleições de 15 de Novembro — uma oportunidade para a massiva denúncia da situação de opressão vigente —, as campanhas democráticas pelas liberdades, pela Amnistia Geral, pela Constituinte Livre e Soberana, e pelo desmantelamento do aparelho de terror policial.

Os militares frente à redemocratização, um dos temas fulcrais deste processo, é analisado, em profundidade, por Neiva Moreira. Theotónio dos Santos debruça-se sobre as esperanças e as perspectivas de transição. Severo Sales aborda a situação económica, António Almeida o renascer do movimento operário e o avanço das oposições sindicais.

A Igreja e o seu papel eminentemente positivo na luta pela democracia é o tema de um artigo de Hebert de Sousa, e a nossa colaboradora Maluza Silveira fecha a série com uma matéria sobre a irreverente e combativa "imprensa nanaica".

A nossa Reportagem Especial deste número 7 é dedicada ao VI Festival da Juventude em Cuba, ao qual esteve presente o nosso editor Altair L. Campos que, de regresso a Lisboa, traz-nos o testemunho, e as emoções desta festa de fraternidade entre os povos.

Ainda na América Latina, a grande privilegiada neste número a situação na Bolívia com a fraude eleitoral e o golpe de Estado, e um artigo sobre o poder mineiro, de Martín Domínguez e Renato Andrade, respectivamente.

No Médio-Oriente merece destaque a grave confrontação entre a OLP e as facções pró-iraquianas da "Frente de Rejeição" que é o tema de uma análise do nosso chefe de redacção Marcelo Dias. O 25.º aniversário do golpe de estado da CIA, no Irão, que derrubou o governo progressista de Mohamed Mossadegh, é uma oportunidade para reconstituir as circunstâncias em que o imperialismo e o Xá impuseram o regime que agora se encontra numa grave crise. Gregório Selser reconstituiu minuciosamente a preparação e a execução do golpe de Agosto de 1953.

Dado o grande volume de artigos deixámos de publicar neste número, excepcionalmente, as secções sobre Cultura e Informação.



editorial

os limites da democratização

Uma consigna muito difundida assegura que este é o ano da redemocratização da América Latina, porque em 1978 se celebram eleições em muitos países daquele continente. Mas se é verdade que este ano tem sido um ano eleitoral, não se pode dizer que a democratização, no seu verdadeiro sentido, tenha marcado grandes avanços. Pelo contrário, verificam-se omissões e, sobretudo, limitações graves.

As omissões saltam à vista. Todo o cone sul — Argentina, Chile e Uruguai — ficou marginalizado da via eleitoral e continua submetido a ditaduras repressivas e pró-imperialistas. O mesmo se pode dizer do Paraguai, pois ninguém leva a sério as eleições preparadas e sem garantias através das quais se perpetua o general Alfredo Stroessner.

Quanto às limitações, basta observar que não obstante se verifique de uma maneira geral um cercamento das esquerdas, em nenhum dos casos, existiu a oportunidade de se colocarem alterações reais pela via democrática. No único país onde uma frente de esquerda se apresentava com possibilidades de subir ao Governo, o seu triunfo foi ignorado. Com efeito, é do conhecimento geral que na Bolívia se consumou uma fraude escandalosa e que a vitória coube à progressista Unidade Democrática Popular, encabeçada por Hernan Siles Zuazo. Apesar de se ter anulado os resultados eleitorais em resposta a uma petição unânime em que integrou o próprio candidato oficialista, o general Juan Pereda Hasbun após sondagem do apoio castrense, fez-se proclamar presidente por um efêmero triunvirato militar. A presumida redemocratização da Bolívia, culminou assim numa nova fase da ditadura iniciada pelo general Hugo Banzer em 1971.

As restantes eleições tiveram lugar em sociedades onde não estava em jogo uma alternativa real ao sistema que as concedia. Foi assim na Colômbia, onde os dois grandes partidos se identificam com os interesses da oligarquia e manejam a situação.

Ou no Equador, onde as opções se repartem entre populistas e conservadores. Na Guatemala, onde as forças de esquerda foram brutalmente reprimidas pelo Governo castrense, e não têm vida legal, onde as limitações estiveram presentes no seu todo caricatural, que os três candidatos eram militares.

Os que pensam que na República Dominicana se deu uma decepção, não podem esquecer que o Partido Revolucionário Dominicano renunciou aos seus objectivos reformistas, e que o seu candidato eleito, António Guzman, é um rico fazendeiro que pertence à ala direita da organização e promete não tocar nas estruturas, para além de fazer toda a espécie de concessões às Forças Armadas. Com essas garantias, sem perigos para os interesses burgueses e para o imperialismo, podia-se, pois, dar lugar à democracia formal.

Para completar o panorama, no Brasil, onde a oposição é de facto a maioria, um só homem, o general Ernesto Geisel, eleito o seu sucessor na presidência, que é evidentemente outro general, desafiando o sentimento nacional em prol de eleições realmente democráticas e de uma amnistia prévia. Fica excluído desta análise o Perú, já que se bem que se tenha aberto ali o processo eleitoral por agora apenas se cumpriu a etapa de designação da Assembleia Constituinte.

Para compreender nos seus verdadeiros termos a redemocratização, há que ter presente que esta se segue a um período de implantação generalizada de ditaduras militares, que assumiram o papel de eliminar do Poder e da cena política os movimentos populares que ameaçavam os interesses estabelecidos. Mas não estão nos planos do imperialismo que as ditaduras se eternizassem. Como se afirmou por mais de uma vez nesta revista (ver *Cuarde del Tercer Mundo* números 10 e 11). Uma vez afastado o «perigo popular, procurar-se-iam fórmulas de realteração que sob formas democráticas assegurassem a continuidade da dependência,

editorial

a hegemonia dos Estados Unidos. É nesse sentido que aponta a campanha do presidente norte-americano James Carter a favor dos Direitos Humanos, ao mesmo tempo que procura uma cobertura para os seus ataques aos países socialistas (sendo este o objectivo prioritário da sua campanha).

O que deu lugar à celebração de eleições em alguns países governados por ditaduras, enquanto nos restantes o Governo norte-americano pressiona a favor da liberalização. No entanto, essa pressão doseia-se, ou simplesmente desaparece, quando não se tem a certeza de que a via democrática leva ao Poder um aliado seu. É o que sucede na Nicarágua, onde se teme que o Movimento de Libertação Sandinista se imponha, e assim caia a dinastia da família Somoza.

As omissões e as limitações deste processo eleitoral, respondem pois linearmente à situação de dependência em que se encontra a América Latina e é por isso que não se trata de um processo autêntico, mas sim profundamente deformado. E não poderá ser genuíno enquanto as aberturas corresponderem à linha imposta por Washington.

Ainda assim, há elementos positivos. Um é a relativa e parcial liberalização política, se bem que possa beneficiar apenas os dirigentes e não os estratos populares, cujo nível de vida não conhecerá melhoras significativas. O outro refere-se à utilização dessa liberalização, que a ser correcta pode ser a chave do futuro. Frente a esta perspectiva, os sectores progressistas não devem cair no erro de aceitar a democratização condicionada como um fim, mas devem denunciar as suas causas e limites, propondo a democracia real e a mudança das estruturas como a única via possível. E ao mesmo tempo devem privilegiar a organização e a mobilização do povo para esses objectivos, dentro da mais ampla unidade.



CUBA

o festival

Altair L. Campos

cuba **D**ESDE a chegada a Havana, desde o primeiro instante, foi patente a organização do Festival, e o carinho que se pronunciava: à chegada no Aeroporto José Martí, os jornalistas estrangeiros foram imediatamente agrupados, e enquanto aguardávamos a chegada de mais um avião, ao lado dos votos de boas vindas, houve farta distribuição de sumos de frutas tropicais. E foi num autocarro (numa "guagua", como lhe chamam), que cruzamos parte de Havana feéricamente iluminada para o Hotel Habana Libre (ex-Habana Hilton) onde ficamos instalados até ao dia da nossa partida.

LA HABANA

A capital do primeiro país socialista das Américas cobre uma área de seiscentos e quarenta quilómetros quadrados, onde vivem perto de dois milhões de habitantes.

A cidade possui um elevado número de indústrias e estabelecimentos comerciais, e como sede do governo, nela se encontram os diversos ministérios, organismos centrais e alguns dos maiores pontos de atracção do país, sem contar com os museus históricos e os edifícios coloniais de Habana Vieja, em contraste flagrante com as modernas instalações, para todos os gostos, do Parque Lenine, e os grandes edifícios da zona de La Rampa.

Quem passeia por Havana, tem sempre diante dos olhos a existência de imensos e belíssimos jardins, arborizados e floridos. Cruzam-se diante de nós, o austero e velho "Chevro-



let" e um moderno "Volga" ou "lada". Os restaurantes e as sorveterias estão sempre cheios, crianças a brincar e a correr nos parques, e um povo sempre a sorrir.

O estrangeiro deixa de se sentir estrangeiro, e vê-se subitamente envolvido por uma maré de atenção e calor humano, para o qual não há descrição ou definição possível: sentimo-lo, e é tudo.

O INÍCIO

A abertura do XI Festival da Juventude e dos Estudantes, no dia 28 de Julho, inolvidável festa juvenil, foi precedida de uma chuva torrencial, que deixou a cidade e as pessoas presentes a respirarem um ar lavado como prenúncio da festa.

O Estádio Latino-Americano, com uma capacidade para abrigar setenta mil pessoas, tinha a sua lotação completa, com áreas pré-determinadas para as diversas delegações visitantes, e para os organismos juvenis de massa cubanos.

Nos momentos que precederam o acto de abertura, pelo menos três orques-

tras animavam o ambiente com a alegre e viva música cubana, onde os milhares de presentes participavam cantando, ou em harmoniosos grupos de pessoas com os braços entrelaçados. Cada delegação tinha por sua vez os seus músicos, os seus tambores e as suas bandeiras, num brilhar de cores e de sons.

No lado oposto à Tribuna de Honra, quatro mil seiscentos e quarenta jovens cubanos, utilizando lenços das mais variadas cores, apresentaram mais de quarenta figuras, num painel humano vivo e deslumbrante, vivendo a solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade.

O acto de abertura teve início, depois de onze salvas de artilharia, com um gigantesco desfile encabeçado pela Banda das Forças Armadas, desfile este que percorreu alguns quilómetros das principais artérias de Havana. A delegação da RDA, anfitriã do último festival celebrado em 1973, vinha à testa. Cuba fechava o desfile das 145 delegações presentes.

Após a chegada de Fidel, que presidiu ao acto, chegada sob ensurdecadora recepção, as delegações de-

ram entrada no Estádio, manifestando os seus ritmos, as suas cores nacionais e o seu folclore, cada uma, uma nova surpresa, sempre a brindar os olhos dos assistentes.

Dois discursos inauguraram as solenidades: um de Alain Gresh, Secretário Coordenador do Comité Internacional Preparatório do Festival, e outro, de Raul Castro, que teve como ideia central essa sua frase: "Amigos, irmãos, jovens: vocês estão em vossa própria casa/ Cuba, Havana, lhes oferecem de todo o coração um novo lar para todos". Isto a corroborar o lema cubano para o festival: "Jovem de todo o Mundo, sê benvindo. Cuba é a tua casa".

Após os discursos, o bicampeão olímpico Alberto Juantorena, depois de receber a tocha da atleta da RDA Renata Stetcher, também bicampeã olímpica, percorreu parte do Estádio e acendeu a pira existente no seu ponto mais alto, pira esta que permaneceu acesa durante todo o Festival.

O acto de abertura foi por si só, um abraço fraternal de Cuba a todo o Mundo.

Aquilo que presenciamos foi um acto de explosão de cor e beleza, e por mais que tivéssemos imaginado de maravilhoso, a realidade apresentou-nos um espectáculo deslumbrante que por muito tempo teremos gravado na memória. Foi um estímulo vermos 1200 miúdos de quatro ou cinco anos acompanhados de igual número de militares, numa coreografia intitulada "XI Festival", onde foram realçadas a solidarie-



O desfile das delegações

dade e a paz, e que é num Mundo igual que devem crescer as novas gerações.

E outros quadros se seguiram, tais como "pela solidariedade anti-imperialista", executada por 1472 raparigas, "O mesmo nos ilumina", a cargo de 1296 alunos das escolas militares, "Forjemos um Mundo sem guerras", executado por 1470 jovens, e uns outros tantos de alto nível de criação plástica, tendo sempre por fundo a música e os ritmos populares cubanos.

O quadro final, foi realmente apoteótico. Os jovens formaram a flor-símbolo do Festival, que tinha como centro uma bela torre humana. Flutuavam no ar as notas do Hino das Juventudes Democráticas, e todos se uniram no canto. E na noite que já nascera, veio a explosão dos fogos de artifício na festa de sons, luzes e cores.

É difícil resumir em algumas linhas aquelas seis horas de espectáculo, onde não havia olhos e ouvidos suficientes para tudo ver e

cuba ouvir. E queremos deixar registado que muitos experimentados e calejados jornalistas presentes não esconderam as suas lágrimas.

OS FESTIVAIS

Em 10 de Novembro de 1945, ainda sobre as ruínas deixadas pela II Guerra Mundial, 437 jovens de 63 países reunidos no Albert Hall de Londres, proclamaram o seu direito à vida e ao progresso social, e decidiram criar a Federação Mundial das Juventudes Democráticas, que em espírito comum com a União Internacional dos Estudantes, decide convocar a partir de 1946 os Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes. E partindo da experiência do encontro em Londres, onde foi advogada a preservação da paz, a luta contra o ressurgimento do fascismo, e o desenvolvimento da amizade entre as novas gerações do Mundo, foi organizado o primeiro encontro juvenil.

Após a "Marcha da Amizade", iniciada em França e concluída em Lídice, na Checoslováquia, 17 mil jovens de 72 países reuniram em Praga em 1947 para celebrarem o pioneiro dos Festivais. No encerramento, a 17 de Agosto, foi feita uma proclamação: "Nós, jovens de toda a Terra, antes de regressarmos aos nossos países, juramos solenemente, em nome de milhões de jovens de todas as raças e convicções, que lutaremos infatigavelmente pela independência nacional, e levaremos até ao final vitorioso a santa luta pela paz e pela felicidade. Jurámo-lo."

O segundo encontro teve lugar em Budapeste, sob o lema: "Defendamos a paz".

Dezoito mil delegados de 81 países reuniram na capital húngara, e entre eles, trinta mil jovens procedentes de países colonizados, que puderam participar graças às contribuições de numerosas personalidades do país anfitrião.

Em plena "guerra fria" declarada pelo mundo imperialista, durante a luta do povo coreano pela sua independência e do Vietnam contra o colonialismo francês, foi celebrado em Berlim o terceiro encontro. Participaram 26 mil jovens de 105 países, e pela primeira vez compareceram delegados do Chile, Tailândia e Japão. Na cidade fronteiriça de Innsbruck, dois mil delegados são detidos por tropas norte-americanas, e a RFA fecha as suas fronteiras com a RDA para impedir o afluxo de jovens alemães, o que não teve êxito. Foi em 1951.

Em 1953, 18 mil jovens de 111 países reúnem em Bucareste logo depois do término da guerra da Coreia. E terminam fazendo uma chamada à juventude: "Jovens, uni-vos, avante por uma paz duradoura, pela democracia, pela independência nacional e por um porvir melhor."

É a Polónia que no Verão de 1955 recebe 30 mil jovens de 114 países. Efetuou-se uma impressionante manifestação sob o lema: "Hiroshima, nunca mais!". Um dos parágrafos da declaração aprovada em Varsóvia diz: "Nada conseguiremos impedir que cheguemos a ser verdadeiros amigos; e que o lema deste Festival, Paz e Amizade, se-

ja adoptado em cada um dos nossos países como se fosse o seu."

Apesar da campanha movida pela reacção internacional, nada impediu que 34 mil delegados de 131 países se reunissem em Moscovo no seu VI Festival em 1957. Aí compareceram representantes da UNESCO e delegações do Afeganistão, Líbia, Etiópia, Ghana, Camboja, entre as outras. Uma das características deste Festival, foi a presença de perto de 450 estadistas e personalidades, que participaram como convidados de honra como jurados de competições e concursos.

Em 1959 é a vez da Áustria de receber 18 mil delegados de 112 países. Foi a primeira vez que um Festival teve lugar num país não socialista. Houve todo um trabalho das agências de espionagem norte-americanas e britânicas no sentido de sabotarem o Festival.

Três anos depois, em 1962, Helsínquia recebe 18 mil delegados de 137 países. O cada vez mais profundo carácter anti-imperialista dos Festivais faz com que os Estados Unidos, a RFA e a NATO organizem um contra-festival.

"Pela solidariedade anti-imperialista, pela paz e pela amizade", é o novo lema do Festival seguinte, celebrado em 1968 em Sofia. Com um desfile encabeçado pela representação vietnamita, são 14 mil jovens de 143 países que penetram no Estádio Vasil Levik. A juventude demonstra assim a sua solidariedade para com o Vietnam. A tónica deste nono encontro é o apoio aos povos da Ásia, África e América La-



A delegação de Moçambique entra no Estádio Latino-Americano

tina, na sua luta contra o colonialismo e contra o imperialismo.

O X Festival teve lugar, pela segunda vez, em Berlim. A Alemanha Democrática acolhe em 1973 durante nove dias, 20 mil representantes da juventude de 140 países. O apoio, mais objectivamente, ficou voltado para os movimentos de libertação da América Latina, África e Ásia.

E o XI Festival, foi esse que vivemos em Havana, Cuba.

ACTIVIDADES CULTURAIS

O XI Festival teve a duração de nove dias, do 28 de Julho ao dia 5 de Agosto. E as actividades culturais preencheram uma boa parte do tempo decorrido. Foram muitas as delegações que em espectáculos de gala deram mostras da

sua vida cultural, do seu folclore. Cantores, poetas, bailarinos de 145 países, famosos ou não, mostraram a sua arte, e com ela manifestaram toda uma luta pela paz e pela solidariedade entre os homens. De Miriam Makeba, de Angel e Isabel Parra, de Pablo Milanes e Silvio Rodriguez, aos grupos "Os Tubarões" de Cabo Verde e "Khaled al-Haber" do Líbano. Tivemos ocasião de ver o Ballet Nacional de Cuba, concertos de música de câmara, corais, recitais e canto de música popular, cinema, teatro e actos desportivos, para ficar por aí. É rara foi a delegação que não tenha propiciado a sua Noite de Gala.

O Encontro Internacional da Canção Política abriu as suas páginas musicais no Cinema e Teatro Acapulco, com a feliz actuação de solistas e grupos

da Polónia, Itália, Turquia e Iemen Democrático. E vieram também o grupo japonês Uta Gohe, o grupo instrumental e coral da Rádio e Televisão guineense, a actuação apaixonada dos chilenos com o Grupo Ameríndios do Chile e Charo Cofré.

Vimos danças de S. Tomé e Príncipe, da Mongólia, cantores jamaicos como Patrik Johnson e Joe Douglas, e a coroar, o cubano Carlos Puebla a satirizar por igual maoistas e imperialistas, rendendo homenagem a Che e dizendo NÃO à bomba de neutrões.

E para mais uma série de nomes, a polaca Maryla Rodowicz, a grega Maria Faranduri, o italiano Paolo Pietrangeli, o grupo chileno Quilapayún, o grupo Agit Prop, filandês, e a sempre presente nueva trova cubana.

O tempo foi por demais

cuba curto para tanta coisa a ver.

O TRIBUNAL

O Centro Internacional de Solidariedade Anti-imperialista, que funcionou na Academia de Ciências de Cuba, teve como principal actividade as sessões do Tribunal Internacional "A juventude acusa o imperialismo".

Este tribunal foi presidido pelo jurista uruguaio Hugo Villar, e teve como membros Vo Thi Than, a célebre combatente vietnamita conhecida como "o sorriso da vitória", Reginald Rubinda, jornalista da Tanzânia, Roland Mathes, desportista da RDA, Alexandr Pizdakov, cientista soviético, Fernando Alvarez Tambio, presidente da Associação Americana de Juristas, William Shaap, jurista norte-americano, Jules Borken, jurista francês e Boudjedra Rachad, poeta argelino.

Se a Imprensa internacional esperava surpresas, não saiu desiludida, por uma colecção de testemunhos especiais.

Um ex-membro da chamada "Frente de Libertação do Enclave de Cbinda", e um mercenário norte-americano de origem argentina, aprisionados em Angola, depuseram sobre a primeira carga de acusações contra o colonialismo e o neocolonialismo.

Pascoal Manuel Gomes e Gustavo Marcelo Grillo foram chamados ao banco das testemunhas por proposta de Manuel Rui Alves Monteiro, que compareceu como apresentador de uma ampla e circunstanciada informação sobre as agres-

sões imperialistas contra Angola, que incluiu além dos depoimentos das duas testemunhas, a apresentação de um farto grupo de armas utilizadas contra o seu país, de procedências norte-americana, belga, inglesa, sul-africana, alemã federal e China.

Respondendo às perguntas de Manuel Rui, Gomes, nascido em Angola, informou como havia sido recrutado pela "FLEC" e adestrado em campos de treinamento do Zaire por pessoal norte-americano, belga, francês, chinês e zairense. Gomes declarou entre outras coisas, que as incursões da "FLEC" tinham as suas bases no Zaire de Mobutu, e que se dedicavam ao massacre da população civil angolana que apoiava o MPLA, e que ele, pessoalmente, havia participado em três desses massacres. Afirmou também que nesses massacres participavam zairenses, mercenários de diversas nacionalidades, e entre estes, um grupo de chineses.

"Matávamos crianças com navalhas e atirando-as contra as paredes. (...) Vim de minha própria vontade; lá fizeram-me a proposta de vir prestar declarações neste tribunal durante o XI Festival; sinto-me contente por ter dito a verdade."

Por seu lado, Grillo explicou que havia adquirido a cidadania norte-americana pelos seus méritos (!) na guerra do Vietnam, como combatente das tropas dos Estados Unidos. Disse que se tornou mercenário depois de ver um programa de televisão na Califórnia. Foi contactado e recrutado para combater em Angola onde chegou via Kinshasa.

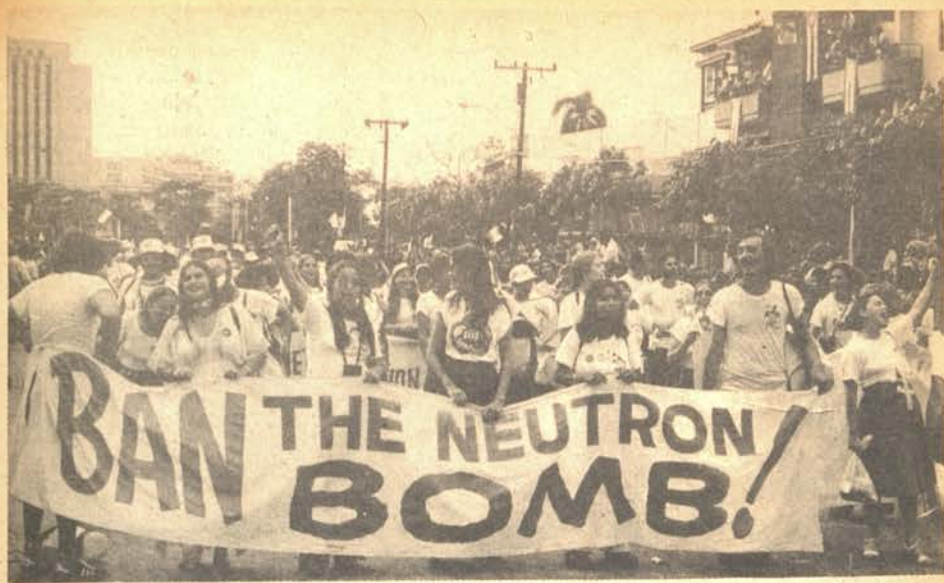
Falou das suas relações com Holden Roberto, e que depois de ferido fora aprisionado por um grupo de combatentes internacionalistas cubanos. Depois de agradecer a atenção dos médicos cubanos que o operaram, disse que nesses dois anos e meio de prisão em Angola, nunca fora maltratado, e que também nunca vira um mercenário maltratado.

Terminou por dizer que não pertencia à Máfia, embora para ela já tivesse trabalhado, que se considerava um produto do "american way of life", e que viera prestar depoimento no Tribunal por vontade própria, e que a sua única exigência fora que isso se passasse no XI Festival, pois acreditava que isso serviria como exemplo para que nenhum outro jovem se alistasse como mercenário.

A segunda carga de acusações foi sobre a discriminação imposta pelo imperialismo sob diferentes formas. Coube à juventude da África do Sul a apresentação e informação.

Entre os testemunhos de estudantes, professores e intelectuais sobressaiu o de duas meninas do Zimbábue que relataram os acontecimentos na sua aldeia, Ulumtree, arrasada em 4 de Julho de 1977 pelos racistas rodesianos. A exposição de Patrícia Chamboko e Siphos Savi, terminou com a pergunta: "Eu queria perguntar aos juizes: por que é que eles exterminaram a minha família?".

A terceira carga de acusações, agressões do imperialismo, teve a sua informação apresentada pelo Vietnam. E foi talvez nessa carga, que a temperatura am-



A Juventude contra a Bomba de Neutrões

biente alcançou o seu mais alto grau, com os depoimentos de agentes dos órgãos de segurança cubanos que se infiltraram nos tenebrosos meandros da CIA, e que, anónima e corajosamente, lutavam contra o monstro.

Foram cinco os agentes que depuseram, falando dos seus recrutamentos, dos seus trabalhos clandestinos, das missões de sabotagem e assassinatos que receberam e que foram evitados.

Um deles, Nicolás Alberto Sirgado, mostrou o relógio Poley com o qual Kissinger o presenteara "pelo seu bom trabalho para a CIA". Outro, Valiente González falou do seu "recrutamento" nos primeiros meses de 1959, pasmem, e cuja principal tarefa era promover a organização de grupos contra-revolucionários e actividades terroristas.

Abel Haidar infiltrou-se na CIA em 1960, e recebeu como missão de "peso", a entrega de uma espingarda de longo alcance e com mira telescópica e silenciador para assassinar Fidel num comício na Praça da Revolução em 2 de Janeiro de 1965. O encarregado do assassinio seria Saturnino Rondón. Outra ainda, foi a missão de envenenar com cianeto de potássio um grupo de oficiais das Forças Armadas Revolucionárias durante um jantar no Círculo Social Gerardo Abreu, cujo cozinheiro era agente da CIA.

Alberto Miranda foi recrutado pela CIA em 1963, e tinha por missão principal o reagrupamento das organizações contra-revolucionárias com o propósito de constituir um governo provisório, na operação "Rat Line", bem como a distribuição de armas. O citado governo provisório se-

ria de pronto reconhecido pelos Estados Unidos.

José Fernández infiltrou-se na CIA em 1962, e chegou a ocupar a chefia das "operações navais" no bando Alpha 66, e fez importantes declarações sobre algumas tentativas de assassinar Fidel organizadas pela CIA, como aquela que se passaria na possível viagem de Castro ao México em 1976, e do atentado preparado quando Fidel esteve no Chile.

Na quarta carga de acusações, "Os organismos políticos económicos e militares do imperialismo, e as agências do crime como a CIA", foram apresentados vários testemunhos e provas das tentativas da CIA para envolver Cuba no assassinato de Kennedy; o advogado dos Rosebergs fez uma exposição sobre os últimos avanços feitos na defesa do casal morto pelas suas ideias progressistas.



Para não nos alongarmos demais neste tema, diremos que a quinta carga foi sobre "Terror, repressão e fascismo", cuja informação esteve sob a responsabilidade da delegação chilena, onde, como sempre, foram narradas as actividades escabrosas do imperialismo.

A sexta e última carga, cuja informação foi apresentada pela delegação norte-americana, baseava-se no tema: "O imperialismo como sistema que provoca males sociais, económicos, políticos e culturais na juventude."

No seu último dia de funcionamento, o Tribunal

condenou energeticamente o imperialismo, e transcrevemos parte da declaração final:

"Ao condenar o imperialismo e a sua cabeça dirigente, o imperialismo norte-americano, como promotor e apoio de todas as manifestações fascistas, colonialistas, neocolonialistas e racistas e principal força de agressão e de guerra e o pior inimigo dos povos, fazemos uma chamada à unidade indestrutível da juventude revolucionária, democrática e progressista com todos os povos que lutam pela solidariedade an-

ti-imperialista, pela paz e pela amizade".

A ILHA DA JUVENTUDE

A "Isla de Pinos", Ilha de Pinheiros, foi descoberta por Colombo em 13 de Junho de 1494, quando realizava a sua segunda viagem às terras da América.

Coube-lhe a triste missão de ser convertida em centro de deportação e confinamento, e como disse Martí ao referir-se ao presídio de Cuba, a sua história é de uma "dor infinita".

Em datas remotas como 1800, a ilha, como Ceuta e outros pontos de África, já



era utilizada como centro de deportação: em 1884 foram para ela enviados dezenas de prisioneiros acusados de estarem implicados numa suposta conspiração. Foi nela que sofreram deportação e prisão os mais avançados do pensamento revolucionário das diferentes etapas da luta pela libertação: desde José Martí a Fidel. Pelas praias da ilha de Pinos passaram gerações que encarnam o pensamento mais puro da juventude e os seus mais altos ideais.

A origem do nome "Ilha da Juventude" data de 12 de Agosto de 1967, quando Fidel ouviu da boca dos

jovens construtores da represa Vietnam Heróico, inaugurada nesse dia, o pedido para que pusesse o nome de Ilha da Juventude nesse pequeno território cubano.

Os jovens podem ter esquecido o pedido. Fidel não esqueceu.

E que melhor ocasião do que esta, quando os representantes da juventude do Mundo se reúnem em Cuba?

O acto de "baptismo" foi presidido pelo próprio Fidel, e a ele assistiram mais de 200 delegados de todo o Mundo, que convi-

veram, cantaram e comeram com a população da ilha logo no próprio cais de desembarque.

Após a chegada, os visitantes percorreram a ilha, visitando o Museu do Presídio Modelo, o complexo agro-industrial e as escolas de estudantes angolanos "Agostinho Neto" e "Saidy Vieira Dias Mingas". No antigo Presídio Modelo, delegados e convidados receberam explicações sobre o regime carcerário. Uma especial atenção foi prestada pelos visitantes à cela onde Fidel esteve preso. Ao percorrerem as escolas, houve um momen-

to de especial significado, quando Henrique dos Santos, membro suplente do Bureau Político do MPLA-PT, transmitiu aos estudantes angolanos a saudação do povo angolano e dos seus dirigentes.

E no final das solenidades, Fidel fez mais uma das suas: desceu da tribuna e misturou-se com a multidão ali reunida, conversando indistintamente com delegados, estudantes angolanos e habitantes da ilha. O que por si só, não deixa de ser uma solenidade.

A CARNAVAL

O Malecón é a avenida que corre à beira do mar, do Morro até depois do Riviera, antigo hotel de luxo de George Raft e seus mafiosos.

Junto ao Morro juntam-se as carrozas, imensos carros alegóricos feitos com arte e requinte, que compostos de vários andares ou estágios, transportam uma orquestra completa e dezenas de dançarinos e figurantes, num gigantesco palco ambulante.

Um a um, cada carro, cada carroza desfila por todo o Malecón, cada uma delas com um tema típico e diferente, mas dentro do mesmo ritmo: a conga. A multidão, incalculável, pois não se sabe onde começa nem onde acaba, entre um imenso copo de cerveja e os pratos de comida típicos vendidos em toda a parte, incorpora-se à sua carroza favorita, do seu bairro ou da sua empresa, e dança e canta ao cadenciado ritmo, num percurso de vários quilómetros. O respeito existe: nenhuma carroza quer suplantá-la a outra nu-

ma concorrência desnecessária. Ao contrário, cada uma dá o melhor de si, para que o povo possa de todas usufruir.

E alternando entre uma carroza e outra, entre um ou outro baile dos diversos espalhados pela avenida, entre um copo de cerveja e um tamalito, o povo cubano e os seus visitantes brincam e dançam neste carnaval de Julho, carnaval de Verão, que não é de Deus nem de religião nenhuma, mas somente dele, dele, Povo.

A CONFRATERNIZAÇÃO

No dia 31 de Julho, quarto dia do Festival, o povo de Havana, através dos seus Comitês de Defesa da Revolução (CDR) dos diversos bairros, recebeu os delegados nas suas casas, nas suas ruas, nas suas famílias.

Como uma numerosa família multiplicada por mil e por mil, o povo de Havana fez da cidade um só lar e foi o principal protagonista de um acto que resultou numa acolhida cálida e carinhosa.

É bastante conhecida a hospitalidade do povo cubano, hospitalidade que numa época — afortunadamente transformada em referência histórica — foi utilizada pelos comerciantes de sensibilidade, como lema de atractivo turístico.

Mas na noite de 31, o que se passou, não foi o acolhimento caridoso ao viajante que pede água e se lhe dá um tecto. O povo, é verdade, compartilhou o seu pão, o seu porco frito e o seu rum, e não só, presenteou cada um dos visi-

tantes com prendas feitas com as suas próprias mãos. Antes de mais nada, o povo de Havana deu-se a si aos delegados desse XI Festival.

A noite de 31 de Julho foi um festival sem idades dentro deste Festival da Juventude. E ouvimos muitas palavras de delegados e visitantes, que temos a certeza, não foram ditas só por dizer. E cada cubano pode deixar de lado a modéstia e proclamar com orgulho que cada um deles foi um activista desse sucesso.

O coroamento dessa confraternização seria a recepção de despedida aos delegados do Festival. Infelizmente não estivemos lá, e soubemos da sua grandiosidade, da fartura e prodigalidade no comer, no beber e no cantar, e porque não dizer, também no chorar. Mas não acreditamos que algumas horas a mais ou a menos possam representar nove dias intensos, onde mal se dormia para tudo se ver. Como já escreveu alguém, a alegria e o prazer não são medidos por minutos.

Este XI Festival de paz e solidariedade, de amor, à paz e à solidariedade entre os povos, com a sua chamada à juventude do Mundo, e por aquilo que em Cuba, Havana, foi vivido por todos os delegados e visitantes, deu a todos, a exactidão e a certeza de algumas das palavras de Fidel quando do seu discurso de encerramento:

“Os homens e os povos não se resignarão à autodestruição, nem à opressão. Saberão conquistar a paz, e saberão, por sua vez, conquistar a liberdade.”

BRASIL: os militares e a redemocratização

Neiva Moreira

EM finais de 1967 publicámos em Montevideo um pequeno trabalho (1) analisando as alterações que se processavam no exército brasileiro, com um cariz evidentemente antipopular. Procurámos encontrar os motivos que os inspiravam nessa atitude.

Uma força tradicionalmente próxima do povo, donde procedia a maior parte dos seus quadros permanentes, converteu-se no seu verdugo. Uma instituição que havia ajudado a construir a República, de cujo seio emergiram vanguardas que a defenderam em momentos decisivos, um exército que na década de vinte já impulsionava um movimento indiscutivelmente progressista, que culminou na coluna Prestes e na Revolução de 30, encabeçada por Getúlio Vargas; umas forças armadas que posteriormente se uniram a correntes civis para nacionalizar o ferro, o aço, o petróleo e a energia eléctrica, passaram a ser o suporte do regime que negava e destruía todas essas conquistas históricas.

No fundo, um exército que assistia, se não indiferente, pelo menos impassível a que nos seus quartéis se torturasse e a que entre os seus quadros se recrutassem torturadores, que iriam escrever uma das páginas mais trágicas de vilipêndio aos Direitos Humanos no Brasil.

O essencial daquele trabalho não se destinava só a condenar tudo isso, mas também a definir responsabilidades, que em grande parte pertenciam à sociedade civil. Constatávamos a inexistência de uma doutrina militar que "integrasse o Exército, Marinha e Aeronáutica num

programa de desenvolvimento independente que ajudasse a conter o avanço dos interesses estrangeiros".

Era, de certo modo, um testemunho daquilo que se passava nos quartéis naquele momento, em vários dos quais tínhamos tido a indesejada oportunidade de ver por dentro os períodos repressivos que se sucederam depois do golpe de 1964.

Reflectindo em parte o ambiente que encontrámos em quase uma dezena de unidades por que passámos, em Brasília, Rio de Janeiro e Niterói, escrevíamos o seguinte: "Com rápido desenvolvimento da tecnologia de armamento após a Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, após a Guerra da Coreia, as armas utilizadas pelas Forças Armadas brasileiras tornaram-se obsoletas. Os canhões do forte de Copacabana — que dizem ser os mais poderosos de todo o Brasil — já não possuem alcance para atingir os navios a que teoricamente deveriam atingir. As matriadoras norte-americanas, chinesas e soviéticas utilizadas no Vietnam, são tão práticas, leves e super-rápidas que reduziriam as nossas a modestas espingardas de repetição. Por outro lado, os velhos problemas fronteiriços ou de disputa de áreas de influência que até há pouco tempo condicionam a Doutrina Militar Nacional, desapareceram ou se discutem agora em outras instâncias reguladoras. Já não tem sentido manter exércitos numerosos nas fronteiras do Uruguai ou da Argentina para guerras que não devem, pelo menos logicamente, ocorrer.

Os militares — prosseguíamos — viam-



-se assim sem objectivos operacionais e sem armamento, uma situação que em maior ou menor escala ocorria também em diferentes países da América Latina.”

Os esforços isolados que, através do Parlamento ou nos próprios meios castrenses procuraram modificar o sentido tradicional da actividade militar, não tiveram êxito. Recordo que quando se elaborava um plano para mobilizar os militares em tarefas de desenvolvimento, o Presidente da República advertiu-nos que era prudente deixá-los nos quartéis. Lógico. Naquele momento eram “gendarmes” silenciosos de uma classe antipopular. “A oligarquia dominante temia que a integração dos militares – doutrinária e funcionalmente – na batalha da emancipação económica, iria abrir-lhes perspectivas de politização e seriam de sentido nacionalista” – escrevíamos então

OS NORTE-AMERICANOS VIAM CLARO

8

O que os políticos e muitos intelectuais brasileiros não entendiam, os norte-americanos viam com muita clareza. Os sociólogos, técnicos de relações públicas, psicólogos, analistas sociais, estatísticos e estrategas do Pentágono foram enviados para fazer o exame da situação local e concluíram que aquela disponibilidade aquartelada poderia, numa América Latina em incandescente processo de transformação social, tornar-se perigosa para os interesses da política dos Estados Unidos para o continente.

A análise prossegue com factos e testemunhos que não interessa talvez agora citar, mas que eram reveladores e levavam-

-nos à constatação de que se estava a aplicar no Brasil um esquema rigoroso que devia culminar na mudança de mentalidade nas Forças Armadas.

Enquanto os sectores mais actuaes do nacionalismo militar pressionavam os governos para ter nas suas mãos os comandos que julgavam importantes, como a Divisão Blindada, o dos aviões e o dos porta-aviões, os grupos defensores da filosofia política e militar do Pentágono ocupavam as escolas e davam a sua “entusiástica colaboração” à reforma dos programas de ensino.

Até através de um trabalho sistemático de mais de vinte anos, a Missão Militar norte-americana conseguiu mudar doutrinas e objectivos e reunir em seu redor um grupo de destacados oficiais, muitos deles fundadores ou professores da Escola Superior de Guerra.

Não foi por casualidade que sob o comando do general Humberto Castelo Branco, ex-companheiro de armas dos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial que esses oficiais seriam depois os líderes do golpe que derrubou o governo nacionalista do Presidente João Goulart.

“Antes mesmo que os nossos soldados começassem a ostentar o estilo ou o equipamento norte-americano – escrevíamos naquele ensaio publicado em Montevideo – as suas mentes já tinham sido conquistadas, através da formação escolar, não só nos cursos do Panamá e dos Estados Unidos, como também nas próprias escolas das Forças Armadas, nas quais trabalhavam incansavelmente os instrutores da Missão Militar norte-americana.”

Colmatava-se assim o “vazio operacional”. Entregavam-se novos equipamentos



à tropa e conseguia-se algo fundamental na história militar brasileira: os objectivos tradicionais foram substituídos pelas tarefas da "guerra anti-subversiva", com a qual se identificava, ardidamente, tudo aquilo que significasse defesa do interesse nacional, contestação ou luta contra a ocupação económica multinacional.

CIVILISMO E ANTIMILITARISMO

Na época, estas considerações, fruto de uma experiência vivida e não de um estudo académico, provocaram o ataque da direita e controvérsias no seio da esquerda. No Brasil divulgaram-se referências indignadas ao "livrinho", uma delas, um longo artigo de um general do Estado-Maior que encheu duas páginas do *Jornal do Brasil* para negar toda a validade das ideias e informações que apresentávamos.

Na esquerda, o facto de termos reivindicado a integração dos militares no esforço nacional para a libertação económica, provocou o velho fantasma do antimilitarismo liberal que, sobretudo no Uruguai, estava e está arreigado nas elites políticas e universitárias.

Não seria necessário ir muito longe, nem ao Peru do general Alvarado, nem à Bolívia do general Torres para refutar a ideia da oposição global à presença de militares na vida política. Até mesmo no Uruguai, o número de oficiais presos, torturados e exilados por resistir à ditadura é um dado importante nessa análise. Para o povo uruguaio o general Líber Seregni converteu-se num símbolo de luta e das suas mais sentidas aspirações de liberdade e de transformação social. (2)

E os torturadores? Não se trata, evi-

dentemente, de desculpá-los ou de apagar da memória, como se não existissem; os seus crimes monstruosos têm que ser exemplarmente banidos dos nossos países. "Seria, no entanto, injusto confundir todas as Forças Armadas brasileiras com os torturadores", escreviamos em 1975 nesta revista, quando ela ainda era publicada em Rio de la Plata. E acrescentávamos: "A crise que começa a delinear-se no Brasil só terá uma solução que represente, não um retrocesso, mas sim um passo em frente, com a participação de todas as forças sociais e as suas instituições. Os militares são uma delas, com a responsabilidade de haver implantado e apoiado uma situação que muitos deles já consideram superada pelo contexto internacional, e incapaz de consolidar o projecto de construção de uma sociedade humanista, desenvolvida e soberana."

ALGUNS EXEMPLOS ESCLARECEDORES

Desde então muitas coisas ocorreram no âmbito da participação dos militares progressistas na vida política. A fecunda experiência peruana entrou em crise, sabotada pela direita militar que se havia mantido mascarada de "revolucionária", no próprio coração do processo. O tímido avanço equatoriano do tempo do general Rodriguez Lara desfez-se nas suas contradições e vacilações, impotente para resistir à ofensiva da oligarquia interna e das empresas do petróleo. O modelo panamiano do general Omar Torrijos, apesar dos seus êxitos, está ameaçado de desestabilização, por não atender à lição



histórica de que uma revolução social não pode ser feita pela metade. Estes são exemplos contemporâneos de que os regimes puramente militares que procuram realizar reformas mas não transformar-se em revoluções autênticas, estão irremediavelmente condenados ao fracasso. Não conseguem o apoio da esquerda e estão permanentemente sob o fogo da direita interna e dos seus aliados internacionais.

Neste último período, que de certo modo coincide com a Administração Carter, os norte-americanos não só intensificaram as suas hostilidades para com os regimes militares de esquerda, como também mudaram de tática nas suas relações com as ditaduras. Reconhecem que estas estão desgastadas, carecem de projectos políticos viáveis e são tremendamente impopulares. Desejam vê-las substituídas por governos igualmente descendentes com os interesses das multinacionais mas que apresentem ao povo uma cara menos terrífica do que a de um Pinochet, de um Videla ou de um Somoza.

8

O CASO DO BRASIL

O sistema capitalista não tem, como certos sectores da esquerda latino-americana, complexos inibidores em relação a civis e a militares. No Equador preferiram, evidentemente, um Sixto Durán a um almirante Jarrin Ampudia, como no Peru antes um Bedoya Reyes que um general Leonidas Figueroa. Não o preocupa a cor do uniforme ou da gravata. Querem conhecer sim quem melhor servirá os seus interesses.

O que se está a passar no Brasil é representativo, e um certo sentido pode ser

um elemento de esclarecimento sobre a nova linha política norte-americana para os nossos países.

É evidente que aos Estados Unidos não lhes interessa que o general João Baptista Figueiredo — candidato do actual Presidente Geisel — chegue à presidência. Não porque seja um militar progressista — que nunca o foi. O que lhe importa, pelo menos no actual contexto, é o menor risco ou a menor ameaça aos seus interesses no Brasil. O general Figueiredo há já alguns anos que trabalha para o serviço de informação e espionagem, trabalhando inevitavelmente com a CIA, com o FBI e com tudo o que seja serviços secretos dos Estados Unidos. Seria, além disso, inconcebível na actual situação brasileira — inclusivamente se nos abstrairmos de motivações ideológicas para permanecer na simples análise da realidade quotidiana — que o Chefe do Serviço Nacional de Informação, SNI, como foi o general Figueiredo até há poucos dias, fizesse a mais leve restrição às empresas norte-americanas instaladas no Brasil.

O que os preocupa é que Figueiredo, pouco preparado para o lugar, confuso e obscuro nas suas ideias — até nas reacções — “prato” predilecto dos caricaturistas do Brasil e do espírito humorista do povo e, sobretudo, pela sua imensa impopularidade no exército e nos meios civis, pode provocar um período de turbulência social e de confrontos políticos que, inevitavelmente, acabariam por sensibilizar os quartéis.

Nesta fase não é o que precisamente interessa a Washington. Pelo contrário, procura-se aliviar as tensões, abrindo algumas válvulas de escape com a esperança de encobrir, com o menor custo possível, a crise do sistema capitalista que se re-



fecte de um modo particularmente duro na economia brasileira.

Mas se Washington prefere outro oficial que não Figueiredo — ainda que se entenda com o governo deste, se isso for inevitável — porque razão está em aberta oposição à candidatura do general Euler Bentes? Se se trata de um oficial brilhante. Se sobre ele não pesam acusações de atentados aos Direitos Humanos, como no caso de Figueiredo, nem de corrupção como sobre outros altos oficiais do actual regime. Pelo seu passado e pelas suas posições presentes, disfruta de uma enorme simpatia popular.

O problema é simples: o general Euler Bentes foi o substituto de Celso Furtado na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro (SUDENE) e neste cargo apoiou os técnicos que procuravam transformar essa instituição num verdadeiro instrumento de alteração económica e social na região. Dentro e fora dos quadros do activo do exército prestigiou a apropriação estatal do petróleo. E foi sempre identificado como um expoente da corrente militar nacionalista. Não seria, pois, uma garantia para o tipo de investimentos leoninos que os norte-americanos realizaram no Brasil nestes últimos anos.

Há pouco tempo, numa entrevista dada ao jornal *Pasquim*, do Rio de Janeiro (semanário político-humorístico que representa um papel muito importante na luta pela redemocratização política no Brasil) o general Euler Bentes recordava a sua visita à Serra do Navio, no norte do território de Amapá, onde a Betlehen Steel explora depredatoriamente enormes reservas de manganês. “A exploração do manganês naquele lugar — pergunta-se

Euler — não poderá ser um projecto brasileiro realizado com a nossa poupança, ou mesmo que fosse com capital estrangeiro, não poderia realizar-se sob a nossa direcção?”

Ele e outros oficiais visitaram a Serra do Navio em 1955, quando esse grupo de militares se manifestou contrário à concessão, profundamente daninha para os interesses nacionais. Quase um quarto de século depois declara o general Euler: Não se trata de xenofobia. Mas os decénios passaram e eu continuo com o mesmo tipo de preocupação. Porque razão se entrega uma área dessas a uma concessão? (“uma área maior que a Holanda”, recorda o caricaturista Ziraldo, presente durante a entrevista). “Estamos a entregar uma série de coisas que são nossas”, concluiu o general.

Directa ou indirectamente, os grandes jornais empresariais brasileiros e muitos políticos tradicionais, inclusive da oposição, opõem-se à candidatura presidencial do general Euler Bentes. Os diários conservadores consideram-no um estatizante. A seu propósito avançam uma série de pontos que merecem ser analisados como um claro indicador do que eles pensam que deverá ser a abertura democrática no Brasil.

Esperamos que a história brasileira não registre a presença de outro período tão entregue às empresas estrangeiras e ao capitalismo privado como este. De qualquer modo, pelas próprias contingências de uma economia com tão grande predominância estatal, o actual governo não teve condições, sobretudo militares, para des-nacionalizar tudo, principalmente a Petrobrás, que foi sempre cobiçada pelos in-



teresses estrangeiros do petróleo. Inclusive, para evitar crises de efeitos muito negativos para o regime, os governos militares viram-se forçados a fortalecer algumas empresas estatais e, até mesmo, a criar outras. No entanto, isto não significa que tenham sido governos estatizantes e muito menos nacionalistas.

Acontece agora que o movimento a favor da redemocratização está a alcançar um vigor extraordinário. O povo massivamente exige uma abertura democrática. A direita não tem saída, senão tomar o comboio. Mas cobra o seu preço: criou a fantasiosa imagem de que o actual regime era "estatizante" e exige que o próximo, para demonstrar que é democrático, adopte critérios de economia liberal e entregue às empresas privadas aquilo que a ditadura não teve condições políticas nem militares para entregar aos norte-americanos.

É evidente que pela sua posição ideológica e pelos seus compromissos militares, seria difícil para o general Euler aceitar o contrabando ideológico de que a empresa privada é símbolo de democracia. Por isso mesmo é que o denunciam como "estatista" e levantam a bandeira do civilismo, dentro da qual poderia estar como solução a candidatura do senador Magalhães Pinto, um dos inspiradores civis do golpe de 64, banqueiro e amigo dos Estados Unidos. Apesar de liberal, bom pai de família, católico e político de estilo tradicional, a verdade é que ele não tem compromissos maiores com uma política nacionalista nem com a mudança social.

A actual sucessão presidencial no Brasil é apenas um episódio num contexto político-social muito mais amplo.

Seria exagerado pensar que a simples

presença do general Euler Bentes significa já que se alteraram todos os dados do problema nacional. Mas o importante é que, pela primeira vez em quase quinze anos, de novo um alto oficial do exército, expressão de uma forte corrente militar, tem condições de defender publicamente posições nacionalistas e populares que, desde 1964, eram catalogadas como atentado à segurança nacional.

É sem dúvida um indício importante de uma realidade que transcende a etapa sucessória e abre ao país perspectivas novas para uma luta progressista. O grau de apoio com que conta o general Euler no exército não é somente um dado estatístico mas o sinal da permeabilização do aparelho militar do regime. Já se publicou que 40 por cento dos seus camaradas de armas o apoiam. Só apenas uns 10 por cento estão com Figueiredo. Os 50 por cento restantes opor-se-iam todavia a uma coincidência de acção política com as forças opositoras. Um dos principais assessores de Euler Bentes, o coronel Raposo, declarou numa entrevista que se houvesse hoje uma eleição no exército, Bentes ganharia tranquilamente, naquela faixa inflente que se situa de tenente coronel para cima.

Euler mostra-se atento a outro facto muito importante para uma análise correcta do papel das Forças Armadas: aquele exército, historicamente ligado ao povo, é agora profundamente impopular. "Hoje o povo tem medo do exército. Um capitão já não sai à rua de uniforme", disse um dos entrevistados do Pasquim.

O general Euler respondeu: "Isso choca profundamente o exército. Os militares também são povo. O quadro de oficiais até aos sargentos é de classe média



para baixo e todos os dias, quando os militares chegam a casa, ouvem a mulher dizer que foi ao supermercado e ouviu falar mal dos militares. E faz a seguinte reflexão: O militar está prisioneiro de uma corporação que começa a ser julgada como inimiga da sociedade e há o risco de que — até por instinto de autodefesa — essa corporação se feche contra a sociedade”.

Não é fácil prever até onde irá a abertura política no Brasil. Os interesses em jogo são imensos. A mobilização popular avança cada dia, mas ainda são débeis os seus instrumentos organizativos. Os partidos continuam proibidos, os sindicatos, as associações profissionais e de estudantes começam agora a sair da marginalização ou da clandestinidade. Dirigentes políticos de grande apoio popular continuam desterrados ou vêem a sua acção no interior cerceada.

Ao lado destes factos negativos há, sem dúvida, sinais favoráveis. O contexto internacional é distinto, o fracasso do “modelo” é imenso, há um sentimento generalizado a favor da mudança, até mesmo em certos sectores empresariais. O cinto da carestia de vida e da fome aperta-se ainda mais.

O facto do governo não conseguir impedir a mobilização popular ou reprimir as afirmações dos militares a favor da mudança, e que abra discretas janelas à redemocratização, significa que lhe faltam forças e apoio para manter o rígido esquema ditatorial. O que ele procura — e reconhecamos que com algum êxito, ainda que temporário — é retirar em ordem, abandonar posições que não considera vitais, mas assegurar ao sistema uma solução continuísta, com aparências democráticas.

Nesse imenso esforço, que é um facto transcendente na América Latina dos nossos dias, a posição dos militares de tradição nacionalista e popular que sobreviveram à depuração — é muito importante. As Forças Armadas oferece-se uma “chance” para o reencontro histórico com o povo. Do ponto de vista nacional, isso permitiria fazer avançar mais rapidamente e com menor custo social, o processo de reformas que hoje no Brasil é uma bandeira arreigada no coração da gente.

Seja através de uma constituinte — fórmula de muitos — ou de um governo de transição — sugerido pelo general Euler Bentes — ou se falham por agora esses remédios heróicos, o recurso a uma luta política mais prolongada, essa unidade entre as forças democráticas, civis e militares, é importante. É-o agora e sê-lo-á muito mais nos anos próximos, quando um país sugado por um capitalismo selvagem e com a sua dependência exterior elevada a níveis inimagináveis, necessite de um governo solidamente apoiado, perante o desafio da reconstrução nacional, a reconquista da independência económica e a transformação da sociedade rumo ao socialismo. ●

(1) *O Exército e a Crise Brasileira*, Editorial Diálogo, Montevidéu, Uruguai, 1967.

(2) *A crise do modelo brasileiro*, *Cuadernos del Tercer Mundo* n.º 2, Buenos Aires, 1975.

(3) Capitão Gerónimo Cardoso, “Uruguai, o processo político das Forças Armadas” e “A condenação do General Seregini”, in *Cuadernos del Tercer Mundo* n.º 14 e *Cadernos do Terceiro Mundo* n.º 4.

uma luz no fundo do túnel

*A crise aguda da ditadura brasileira.
A busca de uma alternativa ao actual regime
por parte do imperialismo
e de importantes sectores empresariais.
As «reformas» de Geisel
e as perspectivas de renascimento do PTB*

Depois de 14 anos de ditadura militar o regime de excepção está a chegar ao fim no Brasil. Todos os sectores sociais desejam o seu fim e só existem diferenças relativamente a como fazê-lo e a que regime deverá sucedê-lo.

O grupo que se encontra no centro de decisão política neste momento (Geisel, Golberi e Figueiredo) vê-se cada vez mais isolado devido à sua tentativa continuista por mais 6 anos, através de eleições indirectas que — segundo os mesmos — seriam as últimas não democráticas. O seu esquema político seria o de formar um partido de governo que poderia ser minoritário, mas fiel ao grupo que lideram.

Ao seu lado, haveria um partido de centro formado pelos dissidentes do actual partido de governo (a ARENA) e pelos sectores moderados do partido da oposição consentida (o MDB). Este seria um grande partido, possivelmente maioritário, porém, plena-

mente disposto a negociar com o partido oficial. Em terceiro lugar, haveria um partido socialista, de gravação intelectual e estudantil, com uma pequena base de massas, capaz de canalizar os descontentes de esquerda, mas débil politicamente.

Uma vez consolidado este esquema, poder-se-ia dar uma Amnistia ampla que incluísse os líderes capazes de articular um partido de massas forte (Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Neiva Moreira, etc., etc...) mas que já encontrariam o quadro político formado, actuando como factores de perturbação, facilmente isoláveis politicamente.

DEMOCRATIZAÇÃO OU DESESTATIZAÇÃO?

A evolução da situação política actual rompeu, em

parte, com este projecto, devido à crescente exigência popular por uma democratização radical e imediata do país. Ao mesmo tempo, dentro do esquema oficialista surgiu uma dissidência muito forte que conta com um apoio militar importante e pretende apresentar a candidatura à presidência do general Euler Bentes Monteiro pelo partido de oposição (MDB), apoiado por sectores dissidentes do governo. Em tais circunstâncias, esta candidatura poderia ganhar as eleições indirectas à presidência.

O general Bentes aceita o programa de redemocratização imediata colocado pela oposição e além disso é conhecido como um homem de posições nacionalistas e defensor da empresa pública. A perspectiva de uma redemocratização radical e de um governo chefiado por um militar de



Gelsel,
Golbery
e Figueiredo:
o vértice do Poder

posições nacionalistas é um verdadeiro pesadelo para o departamento de Estado e para a burguesia internacional.

Frente a esse "perigo", muitos sectores conservadores brasileiros, e em especial norte-americanos, viram-se na necessidade de reforçar o governo de Geisel a acelerar as "reformas políticas redemocratizadoras" e consideram, inclusivamente, a possibilidade de convocar eleições directas e uma redemocratização mais profunda que amplie a margem de manobra dos interesses do centro e da direita.

Assim, o diário conservador o *Jornal do Brasil* lançou-se abertamente contra o general Euler Bentes, apesar das recentes tentativas deste militar para desfazer a sua imagem de nacionalista e defensor do sector público. Diz o *Jornal do Brasil* do dia 23 de Maio de 78:

"O general Euler Bentes Monteiro deu, até hoje, ao logo da sua vida pública, e agora mais recentemente nas suas actividades políticas, todas as demonstrações de que não subscreve um dos capítulos cruciais

da redemocratização do país: a desestatização da economia e o fortalecimento da empresa privada."

Noutro editorial, o mesmo jornal, de grande peso na burguesia nacional e internacional, defende a sua visão estratégica para a situação crítica que vive o regime:

"As ideias que em 1964 se defendiam por si mesmas implicam hoje, para a sua sustentação, complicados andaimes de raciocínio que dão, mais frequentemente do que se poderia desejar, a impressão de vaidade e às vezes de hipocrisia. Trata-se de romper estes círculos viciosos pelo único caminho que está sempre disponível: o da experiência democrática."

A BURGUESIA CONTRA OS MILITARES

O arbítrio dos militares e, inclusivamente, já não dos militares mas de um grupo entre eles, converteu-se num risco político. O seu regime já não assegura à burguesia o controlo do aparelho de Estado. Inclusivamente vê-se o perigo do sector estatista e nacionalista das Forças Armadas

tentar uma experiência de característica "peruana" ou, ainda mais perigoso, "portuguesa". Este temor começa a fortalecer os sentimentos civilistas do imperialismo e da burguesia local, que até há poucos anos atrás cantavam loas ao "desenvolvimento com segurança" que lhes ofereciam os militares.

No momento actual o país debate-se com uma grave crise económica caracterizada pela queda da taxa de crescimento, uma inflação de cerca de 50 por cento e a maior dívida externa do mundo. E já não se pode falar de milagre económico e desenvolvimento. Nesta situação, a direita teme as aspirações militares de formar uma forte indústria bélica de propriedade estatal, a sua tendência, de acentuar o conflito com os EUA devido ao acordo atómico com a Alemanha Federal e o



Euler Bentes: comprometeu-se com a redemocratização

apoio de amplos sectores militares às empresas estatais criadas nestes anos de ditadura, devido à necessidade de realizar fortes investimentos de infra-estrutura a preços pouco rentáveis, lá onde não interessava ao sector privado operar.

Porém, à medida que as empresas estatais crescem, são levadas a diminuir os seus custos de produção para evitar os "déficits". Actuam com maior autonomia e eficácia para se impregnarem do espírito capitalista e passam a apresentar lucros elevados. Esse espírito capitalista leva estas empresas a realizarem novos investimentos lucrativos com os seus excedentes, que invadem sectores económicos pelos quais se interessa o capital privado. É por isso que desde 1973 existe no Brasil uma forte campanha pela "desestatização" da economia, levada a cabo por capitalistas nacionais e estrangeiros sem resultados visíveis.

Torna-se assim obsoleto o regime militar criado pela

grande burguesia, e esta procura o retorno à cena política de civis mais maleáveis do que os "inflexíveis" uniformizados. É por esta razão que as últimas propostas de reforma constitucional apresentadas por Geisel não contaram com o apoio dos políticos opositores, nem da opinião pública. A maioria do povo brasileiro e, inclusivamente, sectores importantes do regime actual estão convencidos de que já não há mais lugar para meias tintas, como as reformas de Geisel: garantias parlamentares (imunidade, não dissolução), habeas corpus, pluralidade partidária e outras medidas suficientemente tímidas para provocar a indignação em todo o país. Só haverá democracia no Brasil quando forem restabelecidas eleições directas em todos os níveis, uma amnistia total e irrestrita permita aos presos e exilados políticos voltar à vida pública nacional juntamente com as amplas massas que representam. Só haverá democracia com plena liberdade de organização, expressão e associação, restritas no Brasil actual, mesmo com as reformas de Geisel.

RENASCE O PTB

O MDB levantou estas bandeiras, sob a pressão dos seus sectores de vanguarda, como uma exigência a qualquer candidato que se apresente por este partido. A crescente audácia programática do MDB anuncia simplesmente o desejo nacional de restabelecimento da democracia.

A partir da plena vigência das liberdades democráticas definir-se-ão as gran-

des correntes políticas brasileiras, hoje submetidas à camisa de forças do bipartidarismo oficial e da Lei de Segurança Nacional.

Os interesses do grande capital nacional e estrangeiro poderão intentar um sistema de negociação com as classes médias e até com sectores da classe operária para cristalizar um regime neocapitalista com um grau maior de participação política destes sectores.

Porém, desta "democracia" estariam excluídas as grandes massas. A classe operária, o campesinato e amplos sectores marginalizados, massas famintas, mal vestidas e analfabetas, buscarão um grande partido popular, como o PTB, que deverá renascer sob a direcção de Leonel Brizola, uma liderança capaz de levá-las ao primeiro plano da vida pública nacional.

Neste momento tremerá todo o edifício de injustiças sociais, cristalizado e fortalecido por catorze anos de ditadura. ●

Leonel Brizola: um grande partido popular?



a crise do «milagre económico»

*O fim do «milagre económico».
A autópsia de um modelo de capitalismo selvagem
baseado em profundos desequilíbrios,
na desnacionalização da economia
e na super-exploração dos trabalhadores*



Severo Sales

compensado pela entrada de capitais no país. Em consequência a dívida externa veio a aumentar ano após ano. Em 1975 totalizou 22 000 milhões de dólares e estima-se que em 1978 alcançará 38 000 milhões de dólares. Esta cifra confere ao Brasil o lamentável título de campeão dos países do Terceiro Mundo nesta matéria. A uma dívida tão gigantesca correspondem mais de 7 milhões de dólares por dia de juros.

Ainda que hoje em dia a crise económica seja uma constante para todo o sistema capitalista mundial, as particularidades da situação do Brasil devem-se às características peculiares que assume o sistema neste país.

A taxa de exploração do trabalhador é extremamente elevada. O salário mínimo é inferior ao correspondente a 70 dólares mensais e observa-se que um terço

A partir de 1974 a economia brasileira apresentou sinais de uma crise da qual ainda não conseguiu sair.

A taxa de crescimento da produção nacional que havia-se situado perto dos 10 por cento no período 68-73, baixou para 4 por cento em 1974. Começou a manifestar-se a carência de determinados consumos

básicos por causa das agudas desproporções entre os sectores produtivos. A taxa de inflação subiu 20 por cento em 75 e, nos dois anos seguintes, passou a aproximar-se dos 40 por cento. O déficit anual em conta corrente com o exterior alcançou a cifra dos 6700 milhões de dólares em 1975, o que não foi

brasil dos trabalhadores urbanos recebe salários ainda mais baixos. Esta superexploração do trabalhador expressa-se também no índice elevadíssimo de acidentes de trabalho (23 por cento dos trabalhadores sofrem em cada ano acidentes de trabalho); no aumento do número de trabalhadores por família operária; no elevado número de horas de trabalho necessárias para a reposição do cabaz de bens de consumo básico; no elevado índice de mortalidade infantil no seio das famílias trabalhadoras (que aumentou inclusivamente durante o chamado "milagre econômico"); na baixa do nível de salubridade; na degradação dos transportes públicos, etc...

Outros aspectos essenciais da economia brasileira encontram-se na muito acentuada concentração de capital e do rendimento, bem como no controlo dos sectores mais produtivos e mais dinâmicos por parte do capital estrangeiro.

A partir de 1964 — ano em que foi implantada no país uma ditadura militar, mediante um golpe de Estado — toda a política económica foi claramente orientada para, por um lado, favorecer a monopolização da economia e, por outro, assegurar a hegemonia do sector produtor de bens de consumo sofisticados, na sua quase totalidade controlado pelas empresas multinacionais.

Dados de 1972 revelam que o processo de desnacionalização da economia brasileira chegou a níveis particularmente elevados nos seguintes sectores industriais, considerando-se as dez maiores empresas de cada ramo:

Tabaco: 2 empresas multinacionais (EM) controlam 93,7 por cento das dez maiores empresas no sector.

Material de transporte: 8 EM controlam 89,7 por cento.

Maquinaria: 3 EM controlam 72 por cento.

Equipamentos eléctricos e material de telecomunicações: 7 EM controlam 61,3 por cento.

Produtos de alimentação: 6 EM controlam 58,9 por cento.

Têxteis: 5 EM controlam 52,4 por cento.

DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO NACIONAL

No que se refere ao Rendimento Nacional, entre 1960 e 1970, cinco por cento da população ampliou a sua participação no rendimento, passando de 27,69 por cento a 39 por cento. Enquanto isso, no extremo oposto da escala social, cinquenta por cento da população viu reduzida a sua participação de 17,7 por cento a 11,8 por cento. É vale a pena recordar que depois de 1970 a tendência à concentração do rendimento se acentuou mais ainda.

Em tais condições, os ramos industriais que mais puderam prosperar durante os anos do "milagre econômico" (68-74) foram os produtores de bens de consumo duráveis destinados às camadas elevadas da classe média e aos capitalistas.

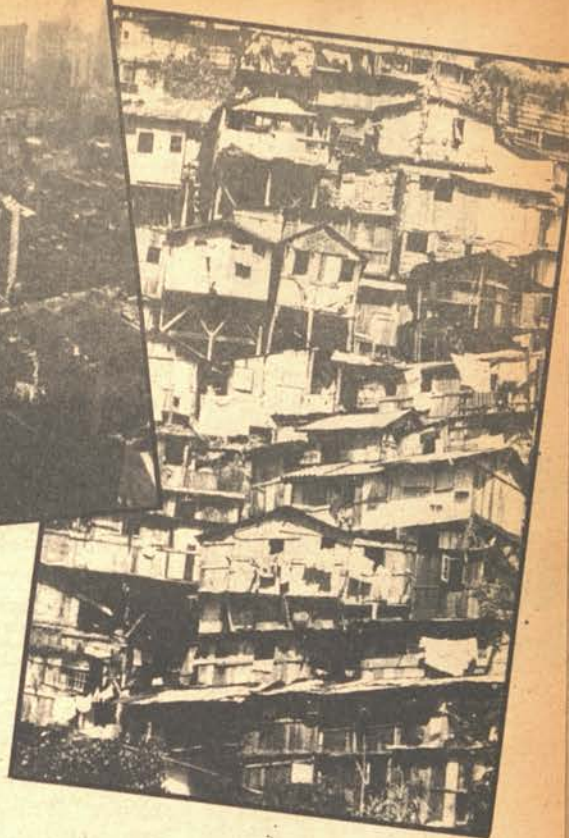
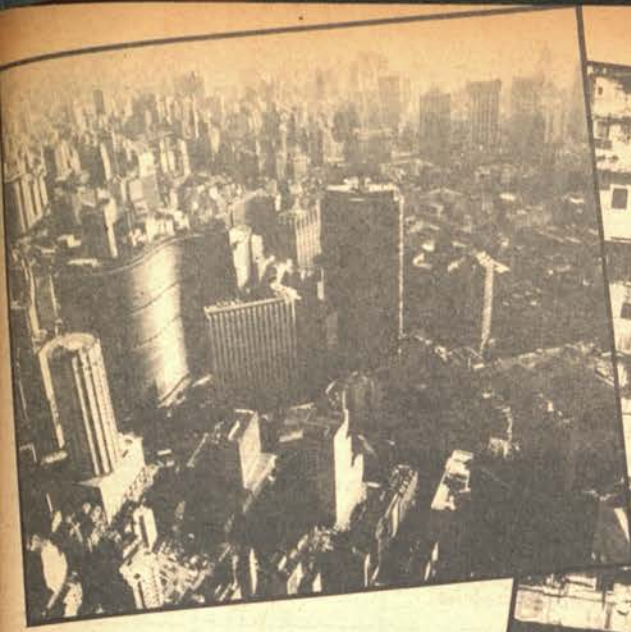
Ao mesmo tempo, este padrão de reprodução do capital trouxe uma aguda sangria de divisas, motivada, tanto pela necessidade de importar bens de consumo e maquinaria, cuja pro-

dução fora relegada em benefício dos ramos de ponta já mencionados, bem como pelas crescentes remessas para o exterior de lucros das multinacionais, pagamentos dos juros dos empréstimos internacionais, pagamentos de direitos pelo uso de patentes (royalties), etc... O resultado foi o crescente endividamento do país.

A crise económica que se iniciou em 1974, numa primeira instância é uma crise de tipo conjuntural, resultante de um excesso de capital procurando rentabilizar-se na base de uma taxa de lucros por ele considerada adequada, e resultante do surgimento de desproporções entre sectores da indústria, o que é natural ocorrer periodicamente no capitalismo. No entanto, esta crise ganha logo maiores proporções, que correspondem à exigência de um acomodamento mais amplo do sistema produtivo, para que o capitalismo brasileiro possa recobrar ainda alguma vitalidade.

UMA DUPLA TENDÊNCIA

Em 1974 coincidem duas ordens de factores que agravam a situação do capital: em primeiro lugar, inicia-se a reanimação do movimento democrático e, no seu contexto, da mobilização operária. Isto teve como consequência que os salários dos trabalhadores não continuaram a baixar no ritmo que vinha ocorrendo até então. Isto determinou, por sua vez, que os lucros se reduzissem em comparação com as cifras gigantescas que alcançaram nos anos do "milagre". Ora, a indústria brasileira



As duas faces
do «milagre económico»...

está organizada em previsão de uma baixa progressiva dos salários, a única forma de lhe permitir obter lucros suficientes para conseguir alimentar a sangria de divisas e sustentar a acumulação de capital; e que pode igualmente permitir-lhe o alargamento permanente do mercado para os bens de consumo duráveis que o é o termo inadiável do processo aquoelavos clalass es cujos rendimentos derivam destes lucros.

Recorde-se que esta inflexão na tendência de evolução dos salários verificou-se no momento em que se instalava uma crise conjuntural — superprodução de capitais e desproporção entre ramos.

Em segundo lugar, o aprovisionamento em divisas estrangeiras tornou-se mais difícil na mesma época. Deflagrava-se uma crise internacional do capitalismo com a consequente redução das reservas monetárias internacionais disponíveis para empréstimos e investimentos directos.

O governo brasileiro, desde os anos 60, tratara de diversificar e ampliar as exportações de modo a equilibrar esta situação deficitária nos negócios com o exterior, tendo logrado alguns êxitos neste campo. No entanto, estes não foram suficientes para compensar o déficit, pois partia-se de cifras muito baixas no tocante às exporta-

ções — sobretudo aquelas de produtos manufacturados — ao iniciar-se esse período.

Hoje em dia, a tendência que se desenha na economia Brasileira aponeta nra direecção d e uma maior ênfase na produção de meios de produção. Esta reorientação apresenta duas modalidades: por um lado a chamada substituição de importações de meios de produção num sentido estrito, ou seja, a ampliação e diversificação da produção interna de maquinaria, com o objectivo de limitar estas importações; e, por outro lado, o desenvolvimento da produção interna de produtos de consumo básico.

Em particular, a segunda

brasil



COMO FOI REDISTRIBUÍDA A RIQUEZA NACIONAL

População	em 1960	em 1970
os 1% de "ricos" (eram 700.000 mil em 60 e 940.000 mil em 70)	possuíam 11,5% da renda nacional	passaram para 18,2%
os 4% de "meio-ricos" (eram 2.800.000 em 60 3.760.000 em 70)	possuíam 15,6% da renda nacional	passaram para 19,1%
os 15% de "classe média" (eram 10.500.000 em 60 e 14.100.000 em 70)	possuíam 27,1% da renda nacional	passaram para 27,5%
os 30% de "meio-pobres" (eram 21.000.000 em 60 e 28.200.000 em 70)	possuíam 27,8% da renda nacional	passaram para 20,6%
os 50% de "pobres" (eram 36.000.000 em 60 e 47.000.000 em 70)	possuíam 17,8% da renda nacional	passaram para 14,3%

modalidade contempla a exportação de alguns destes produtos, aquilo que se chamou de substituição de importações. A magnitude de alguns projectos de produção e/ou contratos de exportação que estão a negociar no campo do ferro, estanho, níquel, química básica, fertilizantes, vêm aprofundar esta tendência.

Vale a pena destacar a implantação da central nuclear — que atende igualmente aos interesses de expansionismo militar da ditadura — a qual implica uma aplicação global de 16 mil milhões de dólares por parte da Alemanha Federal e que representará um estímulo importante para a economia, em virtude da procura de meios de produção que provocará e pela sua própria geração em termos de fonte energética.

Cabe igualmente ressaltar a instalação da indústria bélica, da indústria aeronáutica, vinculada à primei-

ra, e a ampliação acelerada dos estaleiros.

Evidentemente, os problemas de mercado para tais indústrias não poderão ser solução através de financiamentos ao consumidor interno.

Assim pois, a exportação de aviões, material bélico, navios, além dos consumos básicos já referidos deverão desempenhar um papel capital na saída da crise econômica brasileira.

O SUB-IMPERIALISMO

É o início deste processo de mudança que explica a expansão da economia verificada nos últimos dois anos. É verdade que a expansão havida se deve, em parte, também à evolução do preço do café, até meados do ano passado.

No entanto, para que se imponha a tendência à mudança nos ramos chaves da economia é necessário que se modifique a relação de

forças entre os interesses vinculados à produção de bens de consumo duráveis e aqueles vinculados aos ramos das produtoras de meios de produção, de modo a propiciar aos segundos um acesso mais amplo às decisões da política econômica.

Cabe assinalar que a exportação de manufacturados orientada para os países centrais diminui o déficit da balança de pagamentos, e a orientada rumo aos países dependentes da América Latina e da África, além de estimular a acumulação interna oferece um grau de liberdade na mobilidade internacional do capital imperialista actualmente aplicado no Brasil. Assim, certos investimentos no exterior — na Bolívia, Paraguai, Gabão, etc... — a partir do Brasil, permite às multinacionais um maior lucro global, sem que as suas respectivas "casas-mãe" tenham que fazer

novos gastos em dólares.

O surgimento de uma área de domínio do Brasil é o que se chamou de sub-imperialismo brasileiro.

O que o grande capital instalado no Brasil busca é, além, de manter e redobrar a exploração do povo brasileiro, exportar mercadorias e capitais, exportar a sua crise, expandir-se internacionalmente e explorar outros povos.

AVIDA DO POVO

Os dados que assinalamos são claros: em nenhum outro período as condições de vida do povo brasileiro se deterioraram tão drasticamente como durante o chamado "milagre econômico", e continuam a deteriorar-se até hoje.

Além disto, como mostramos, os grandes beneficiários da implantação do "modelo econômico brasileiro" dos anos de ditadura, foram as grandes empresas multinacionais; foi o

"modelo" da desnacionalização galopante da economia.

No entanto, assim como a progressão das lutas populares, particularmente das sindicais operárias, contribuiu para abrir fendas no "milagre econômico", estas lutas estão hoje a pôr em xeque o projecto de reorientação econômica do grande capital. Isto porque os projectos económicos actualmente considerados pela burguesia não admitem o fim da superexploração.

A conjuntura de crise inaugurada em 1974, ao mesmo tempo que implicou a deterioração das condições de vida do povo brasileiro contribuiu também para abrir espaços à ampliação da luta popular.

O movimento popular revelou a sua capacidade de se ampliar, de juntar-se à proposta de numerosas camadas da pequena-burguesia despojadas pela crise, e

de capitalizar para si as divisões do bloco no poder, resultado da actual conjuntura económica e das convulsões do regime de ditadura militar.

Os trabalhadores demonstram que, cada dia, se encontram em melhores condições de se opôr ao actual estado de coisas. Nos meses de Maio e Junho deste ano, cerca de cem mil operários de São Paulo, metalúrgicos na sua maioria, fizeram greve por melhores salários e saíram vitoriosos.

Estas greves inserem-se num amplo movimento pelas liberdades democráticas que sacode o país e conduz o povo brasileiro rumo à sua libertação de uma ditadura militar que já se prolongou por mais de 14 anos.

Ao mesmo tempo estas lutas preparam o caminho para a realização do projecto histórico dos trabalhadores brasileiros e de todo o mundo: o socialismo. ●

o despertar do movimento operário

O renascimento do Movimento Operário e do sindicalismo de classe no Brasil.

O longo processo de sobrevivência, acumulação de forças e amadurecimento do operariado.

O significado dos recentes movimentos grevistas

Antônio Almeida

TRÊS datas importantes marcam o desenvolvimento recente do movimento sindical brasileiro: 1964, 1968 e 1978. Cada uma delas se caracterizou por uma determinada forma de luta, por uma orga-

brasil nização e por objectivos políticos distintos.

Como é notório, a tomada do poder por parte dos militares em Abril de 1964 representou um duro golpe para o movimento operário brasileiro de então, dirigido fundamentalmente pelos trabalhistas e pelos comunistas. O movimento sindical avançava defendendo na sua plataforma reformas que ultrapassavam os limites toleráveis pela democracia liberal. Entre as primeiras medidas decretadas pelo governo militar esteve a ilegalização das greves (decreto n.º 4330 de 1 de Junho de 1964), a intervenção na maioria dos sindicatos e a prisão, a perseguição e o exílio dos seus líderes.

O controlo do Estado passou a ser directo tanto nos sindicatos, com a imposição de interventores, como na fixação de salários, não permitindo mais a negociação directa entre trabalhadores e empresários.

Depois de um breve período de refluxo, o movimento operário renovou-se. Surgiram líderes novos e novas forças políticas. A partir de 1967 o movimento de massas entrou num período de reanimação. Começa pelos estudantes, bancários e profissionais liberais e alcança o movimento operário em 1968.

Os sindicatos mais combativos, controlados por sectores de esquerda radicalizados lançam-se em luta aberta contra o capital e o governo. Várias fábricas são ocupadas pelos operários na Grande São Paulo e em Contagem, Minas Gerais, constituindo o mais sério desafio que o governo



o salário real

Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Económicos (DIEESE) a produtividade da empresa brasileira subiu, em média, de 100 para 198 por cento entre a época do golpe de 1964 e 1978, numa grande medida em função de um aumento das horas de trabalho, das cadências e dos avanços tecnológicos.

O salário real do trabalhador porém caiu em média de 100 para 54 por cento no mesmo período.

Para que o salário do trabalhador brasileiro tivesse hoje o mesmo poder de compra que em 1964 seria necessário um aumento da ordem dos 87 por cento. A serem incluídos no salário os ganhos de produtividade o aumento teria que ser de 267 por cento.

Com efeito toda a base da expansão económica registada nos últimos dez anos foi, precisamente, esta compressão salarial e esta super-exploração dos trabalhadores. As grandes multinacionais passaram a buscar cada vez mais a "mão-de-obra barata" e a "tranquilidade social" oferecida pelo regime às custas da supressão de todas as liberdades e conquistas do proletariado e de uma repressão violenta, que custou a vida a dezenas de trabalhadores, fez com que centenas passassem pelas prisões e salas de tortura sem contar com os milhares de despedimentos plenamente facilitados por uma legislação adoptada pelo regime que permite o despedimento, sem justa causa, a qualquer momento.



militar enfrentara até então.

UM LONGO PERÍODO DE RETRAIMENTO

Mas o regime contra-atacou com mais violência: exército e a polícia reprimem brutalmente, deixando um saldo de vários mortos, centenas de presos, as direcções sindicais assassinadas, encarceradas ou expulsas do país. As intervenções militares nos sindicatos aumentam, e o movimento entra em franco refluxo enquanto a esquerda radicalizada se lança na luta armada (de 1968-1972).

De 1968 até aos tempos actuais, o movimento sindical passou por um longo período de retraimento.

Por uma etapa de recomposição de forças e reflexão sobre as derrotas sofridas. Durante estes anos procurou-se aprofundar os ensinamentos da história, criar novas formas de luta e, sobretudo, novas formas de organização.

O sindicalismo deveria também adaptar-se às novas condições que a sociedade brasileira vinha adquirindo. A entrega avassaladora do capital estrangeiro e alguns sucessos alcançados por uma etapa de febril industrialização, tiveram as suas consequências directas sobre a classe operária.

Grandes contingentes da população brasileira se proletarizaram. A participação relativa do operário na sociedade brasileira aumentou decididamente. O ope-

ariado cresceu de cerca de 8 milhões de operários em 1964 a quase 17 milhões. Surgiu uma classe operária jovem, nova em idade histórica, mas com uma valiosa experiência de luta acumulada.

Apesar de todo o controlo do Estado sobre os sindicatos, o processo de organização avançou. Em 1964, existiam aproximadamente 1200 sindicatos urbanos e 300 rurais. Hoje, existem mais de 4 mil nas cidades e cerca de 2600 no campo.

NASCE A OPOSIÇÃO SINDICAL

Nestas circunstâncias nasce a Oposição Sindical, organização que agrupa distintas forças de esquerda,

brasil desde sectores cristãos até marxistas.

Segundo o seu programa, "procura transformar os sindicatos controlados pelos militares ou pelos seus títeres em verdadeiros instrumentos de luta da classe operária, dando igual importância à organização da classe na base e à combinação da luta legal com a luta clandestina."

Nestes anos desenvolveu-se pacientemente a organização das bases. Constituíram-se *comissões de fábrica*, organizadas a partir de cada secção de trabalho, reunindo os operários mais conscientes. Das *comissões de fábrica* formaram-se as *comissões interfábricas*, que seriam a base para alcançar o controlo do sindicato, até agora dominado pelo governo.

Travaram-se lutas importantes e o movimento cresceu e se fortaleceu. O primeiro resultado visível foi sem dúvida a greve de Maio-Junho deste ano, que marcou um passo importante na história das lutas

do movimento operário brasileiro.

Como é costume nestes 14 anos, no dia 1.º de Maio o governo fixou o aumento anual dos salários. Porém, desta vez os operários não o aceitaram; pediram mais 20 por cento e lançaram-se há greve. O movimento começou nas grandes fábricas de automóveis do cordão industrial de São Paulo (ver *Cartões do Terceiro Mundo* n.º 5): Saab-Scania, Ford, Volkswagen, Chrysler (todas com mais de 10 mil operários cada uma) e logo se estendeu a outras fábricas, primeiro às metalúrgicas e depois de outros ramos, alcançando a maioria dos operários da Grande São Paulo.

COMO UMA MANCHA DE ÓLEO

A forma organizada e consciente das greves surpreendeu o governo e os empresários, que não conseguiram encontrar "líde-

res visíveis" para prender nem motivos para invadir as fábricas, segundo o estilo a que estão acostumados. E o movimento estendeu-se como uma mancha de óleo...

Enquanto o governo se sentia impotente para utilizar a repressão, os empresários apressaram-se a entrar em acordos directos com os trabalhadores atendendo às suas reivindicações e tentando evitar que o movimento assumisse proporções ainda maiores. No entanto, de Maio a Julho entraram em greve mais de cem fábricas em toda a região de São Paulo, envolvendo mais de 400 mil operários.

Noutras regiões do país a simples ameaça de entrar em greve fez com que as empresas concedessem aumentos. Assim ocorreu com os trabalhadores das fábricas FIAT, da Siderurgia Belgo-mineira, de Minas Gerais, e em empresas menores noutros estados.

O movimento foi sentido de uma ou outra forma por



quase um milhão de trabalhadores.

A TOMADA DE CONSCIÊNCIA

Porém o mais importante não foi o simples aumento salarial. O movimento representou também uma luta política. Primeiro contra a lei de greve — que permite prender por três anos todo o operário que participe —, em segundo lugar contra a política de compressão salarial imposta pelo governo. Em terceiro lugar contra os sindicatos “oficialistas”, que só defendem os interesses do capital.

Conforme o expressou um operário da Ford ao periódico ABC: “O problema mais importante não foi o da greve ser legal ou não, o importante foi a tomada de consciência do trabalhador de que organizado pode

conseguir o que quer. Agora não nos preocupamos mais com o legal ou não.” Ou como disse outro operário da Saab-Sacania ao periódico EM TEMPO: “No dia em que todos os trabalhadores estiverem organizados dentro da fábrica, a ‘roseira vai balançar’ (expressão popular que se aplica a situações de mudança vertiginosa).

O movimento logrou demonstrar ao governo e aos empresários a força que têm os operários e o que isto representará quando eles começarem a tomar os sindicatos dos “interventores” e dos oficialistas. Como resposta, surgem propostas de novas fórmulas “oficialistas” de organização dos sindicatos, na tentativa de dar mais um golpe na classe operária. Os oficialistas e o governo falam da possibilidade de organi-

zar “sindicatos por empresas”, “sindicatos por categorias” (torneiros, ferramenteiros, mecânicos, etc.), e da possibilidade de que exista mais de um sindicato da mesma categoria no mesmo município. Finalmente, chegaram à hipótese de reorganizar o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) desbaratado em 1964, mas agora apenas integrado por oficialistas”.

Todas estas medidas representam uma tentativa de dividir, debilitar, impedir a unidade da oposição nos sindicatos. Porém, é inegável que o movimento sindical brasileiro avança a passos gigantes, e certamente terá uma participação decisiva na instauração de um governo democrático, o grande tema de debate do Brasil de hoje.

a igreja na luta pela democracia

O processo de reaproximação da Igreja brasileira com o povo.

Do conservadorismo ao posicionamento democrático e a ligação com as aspirações populares

O golpe militar de 1964 contou com um fator importante de mobilização popular. Não foi uma pura “quartelada”, nem um “complot” nascido somente na cabeça de uma pequena elite. Em res-

posta à mobilização popular que se fazia então pelas reformas de base, houve uma contra-mobilização de conteúdo anti-popular, porém feito com apoio de milhões de pessoas de todas as classes sociais. Ao la-

Herbert Sousa

do de manipulações demagógicas de todo o tipo, houve uma manipulação decisiva com base na religião, e com um apoio pú-

brasil blico e decidido de sectores da Igreja brasileira. A Igreja foi parte do golpe e foi parte importante. Em nome de Deus defendeu-se a propriedade e a ordem das classes dominantes, contra os explorados que lutavam por democratizar a propriedade e alterar a desordem estabelecida.

Porém, não foi toda a Igreja que embarcou no primeiro barco militar que apareceu no horizonte. Houve sectores importantes que reagiram a ele, que sofreram dele, mas não só eram minoria dentro da Igreja, como não receberam sequer a solidariedade da instituição para escapar às prisões e às torturas. Que o digam um Padre Laje em Minas Gerais, um Frei Josafá em São Paulo e muitos outros militantes da Acção Católica que conheceram a repressão desde os primeiros dias do novo regime, que nascia sob as bênçãos de uma Igreja que voltava as costas não só aos filhos de Deus, mas aos seus próprios líderes.

Este foi um pecado mortal da Igreja, ou de sectores da Igreja brasileira. Mas como ensina a teologia cristã, mesmo os pecados mortais podem ser perdoados, desde que haja arrependimento e o compromisso de pagar a penitência. O arrependimento da Igreja foi um lento, porém importante, processo, e sua penitência uma dolorosa experiência que chegou até à alta hierarquia. Neste processo, Deus foi ajudado pelo Diabo: o próprio regime militar se encarregou de revelar à Igreja que Deus estava do outro lado, do lado dos oprimidos. O Estado começou a exigir da Igreja um

silêncio e uma adesão que a levaria ao inferno do isolamento do povo, à sua própria morte.

ENTRE DEUS E O DIABO

Como estar do lado do povo e do lado do regime ao mesmo tempo? Entre Deus e o Diabo com quem ficar?

Foi nesta encruzilhada que aqueles sectores mais comprometidos com os oprimidos pelo regime, a grande maioria do povo, voltaram a fazer ouvir sua voz dentro e fora da Igreja. Fora da Igreja, continuando o trabalho com operários, camponeses, profissionais, estudantes. Sofrendo a sua agonia, identificando-se com as suas lutas, chamando à organização e à resistência. Dentro da Igreja, reconvertendo dia a dia a um número cada vez maior de padres, freiras, bispos e pastores, à causa que haviam abandonado, sem o que iriam à perdição sem remédio.

Desta forma começou a tomar corpo a crise entre a Igreja e o Estado; entre os sectores progressistas da Igreja e o regime militar. A crise nasceu de muitas frentes e sob múltiplas formas. A Igreja se abraçava a causa dos índios, o Estado reprimia a Igreja. A Igreja defendia os camponeses sem terra, o Estado reprimia. A Igreja organizava os operários, o Estado reprimia os operários e a Igreja. Vemos pois que as mudanças na estratégia da Igreja, sua preocupação com a organização do povo, de ser "a voz dos que não têm voz", como recomendou a Conferência dos Bispos Lati-

no-Americanos (CELAM) em Medellín (1968), encontraram uma correspondência e uma aceitação na resistência e no progressivo ascenso do movimento popular brasileiro.

Nestes 14 anos de regime militar o número de padres, freiras, bispos, militantes católicos, que sofreram a penitência da tortura, da prisão, da morte e do exílio, faz parte de um grande contingente de brasileiros que resistiram, e com sua resistência ajudaram a manter viva a esperança e a luta do nosso povo. Nestes 14 anos, a sensibilidade dos líderes da Igreja e a obstinação repressiva do regime operou um processo importante para o futuro da vida política brasileira:

1) Neutralizou aqueles sectores mais atrasados da Igreja, que foram perdendo o terreno e (por que não dizer?) também a coragem de se apresentarem como aliados públicos do regime militar.

2) Reforçou o número de membros da hierarquia identificados com as aspirações populares, com a causa da justiça social e da democracia.

3) Ampliou e reforçou as bases da Igreja que trabalhavam com o povo, agora não mais isolados, agora não, mais abandonados à sua sorte, mas articulados ao conjunto da instituição.

AS COMUNIDADES DE BASE

Foi neste contexto que sectores importantes da Igreja, agora sob patrocínio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), se lançaram a or-

ganizar as Comunidades de Base por todo o país. Estas nasciam do encontro, nasciam da luta, nasciam da esperança. Agora, quando sofria o povo, sofria a Igreja; quando lutava o povo, lutava a Igreja. Quando o povo ganhava, ganhava a Igreja. E como o povo se fortalecia, as comunidades de base cresceram. A princípio umas poucas, quase clandestinas, limitadas. Depois muitas centenas, mais fortes, actuando em aberto. Finalmente, chegaram a ser milhares, e se espalham cada dia, por todo o país.

E o mais importante nesse movimento de Comunidades de Base, que se reúnem para enfrentar os problemas concretos do dia a dia de cada comunidade, do ambiente de trabalho e das condições de vida dos cidadãos, é que consiste numa escola de convivência democrática. Nesses pequenos grupos, de estudo, diálogo e acção social, os cristãos se unem a outros líderes do povo, para planear e criar, num ambiente de igualdade e de liberdade, os seus próprios meios de poder, participação e decisão acerca do seu futuro. Tendo criado e experimentado essa primeira instância de decisão política e organização popular, os seus participantes podem passar a questionar as instâncias superiores de poder, e a abrir alternativas para a sua acção nesses outros níveis de actuação política.

O PECADO GOLPISTA

Nasceram essas comunidades do povo, e a Igreja abençoou. Pagou, pois, a Igreja o pecado de 1964.



O bispo Dom Pedro Casaldaliga, expoente da Igreja comprometida com os explorados

sofreu a penitência. O povo não tinha pecados a pagar, só espera o dia da sua libertação, que sempre mereceu e pela qual sempre lutou. A Igreja pagou o seu pecado golpista e aprendeu com o povo a lição fundamental da democracia. Não foi a Igreja quem ensinou as lições da resistência; antes, aprendeu ela essa lição com o povo brasileiro. O seu mérito foi o de ter aprendido, e seu futuro estará em não esquecer jamais essa lição. Com o povo, chegará justificada ao juízo final; sem o povo, só lhe restaria o Inferno, em companhia da grande burguesia e de seus aliados militares, que serão passados para a reserva no dia do juízo.

Aprendeu também o povo, nestes anos de resistência, que há que ensinar à Igreja, sempre. Há que ter paciência com ela, e muito cuidado, porque ela pode ser tentada a pecar de novo. Ela pode ser atraída pelos encantos do poder, perder-se aos apelos do autoritarismo, à tentação de ser reino neste mundo, de impor-se de cima para baixo,

de virar partido, de impor o seu baptismo ao Brasil.

O ASCENSO POPULAR

Se em 1964 a força social, ideológica da Igreja, foi pervertida pela minoria que assumiu o poder, agora, em 1978, o grande perigo que se apresenta já não é mais o golpe militar, mas o golpe político. Todos os

Dom Adriano Hípólito em 1976 foi sequestrado e maltratado pela repressão





Dom Helder Camara combativo defensor dos Direitos Humanos

sectores das classes dominantes brasileiras cobiçam o poder do povo que se canaliza e expressa através das comunidades de base. Pensam que, se a Igreja pe- cou uma vez, pode pecar duas. Que se ela emprestou o seu apoio a um golpe po- de emprestá-lo de novo pa- ra um segundo golpe: O golpe de, através da Igreja, domesticar o povo; de atra- vés das Comunidades de Base submeter o povo; de aceitar uma parcela no po- der, que não quer transfor- mar as estruturas sociais

que o povo quer transfor- mar. Enfim, querem usar de novo a Igreja para se perpetuarem no poder. "manter a ordem" e impe- dir que o povo continue com o seu processo de transformação democrática da sociedade.

Os que desejam levar adiante essa trama, mais uma vez esquecem que, mesmo que sejam capazes de conseguir essa proeza, só terão no final o apoio da Igreja, mas não o do povo. E que, se a Igreja se prestar a essa manobra, perderá o

povo e estará mais longe que nunca do próprio po- der. Por isso, quando os bispos brasileiros apoiam o movimento democrático nada mais fazem que re- flectir e reforçar uma ten- dência popular generaliza- da, que eles próprios não criaram, mas na qual eles agora participam, justa- mente porque brotou com autenticidade, da luta he- róica do povo do Brasil.

As greves dos metalúrgi- cos de São Paulo indicam que se inicia uma nova eta- pa, talvez decisiva e final, na crise do regime militar brasileiro, porque a própria classe operária avoluma a sua presença e ergue já a sua liderança. Assim, há hoje um ascenso popular muito mais sério e mais im- portante que no passado, porque representa uma maior autonomia, maturi- dade e generalização das lu- tas do povo brasileiro. A influência política dos ope- rários traz a um nível e a uma expressão superior a luta popular pela democra- cia, e levanta um desafio ainda maior à participação política das bases da Igreja no Brasil.

a imprensa «nanica»

*O florescimento da pequena Imprensa
democrática e independente.*

*A alternativa irreverente,
audaciosa e criativa*

*dos jornalistas comprometidos
com a luta pela democracia*

Maluza da Silveira

NO dia 8 de Junho passa- do, o coronel Ludwig, assessor de imprensa da Presidência da Repúbli- ca, anunciou a eliminação

total da censura prévia que pesava sobre a imprensa brasileira. A notícia foi comemorada até com fogo de artifício nas redacções do semanário "Movimento", que conviveu com os censores desde o seu nascimento em 1975, do diário "Tribuna da Imprensa" e do semanário "O São Paulo" da arquidiocese paulista. O acontecimento merecia ser festejado, pois marcou uma nova fase no penoso caminho percorrido pela maioria da nação, que procura libertar-se do sistema instaurado a partir de 1964, quando o golpe militar, inspirado e preparado nos Estados Unidos, produziu um profundo corte entre o corpo civil da nação e o Estado.

A partir de 1964, todos os meios de comunicação passaram a sofrer um severo e arbitrário controlo por parte dos órgãos de censura instituídos por uma nova legislação anti-democrática e autoritária, onde se incluem, entre muitas outras aberrações, a Lei de Segurança Nacional, os Actos Institucionais e a Lei de Imprensa. No entanto, o problema não é apenas a censura. Esta, quase sempre, foi acompanhada de prisão, tortura e mesmo a morte de jornalistas que não se enquadravam devidamente nos estreitos marcos da "nova ordem". Em nome da segurança para o desenvolvimento o país assistiu horrorizado aos piores crimes contra muitos dos seus mais destacados pensadores e líderes populares. Os novos donos do poder tentaram destruir as bases de uma sociedade que procurava, com tropeços, é verdade, os caminhos

MOVIMENTO

**NOVAS REVELAÇÕES
SOBRE AS BOMBAS
USADAS POR ERASMO
CONTRA OS ESTUDANTES**

**A FRENTE, AS GREVES
E AS TORTURAS**

**AS COMISSÕES DE FABRICA
NASCIDAS COM AS GREVES**

**EU NÃO SOU
CORRUPTO!**



**Figueiredo,
Golbery,
Hector Aquino
& outros**

para a sua libertação. A sombra das multinacionais foi montada a Indústria Cultural e o país passou a ser bombardeado, como nunca em sua história, por uma propaganda massiva tendente a criar no povo uma visão mistificada da sua vida real. O projecto consistia em habituar os dominados a uma situação de alienação total, em neutralizar qualquer mal-estar ocasional ou permanente mediante a indução à obediência, para que todos desejassem viver no "cômodo e confortável" habitáculo da servidão. O anticomunismo consolidou-se como arma psicológica para coagir os indecisos e como pretexto para manter submis-

sas as massas, diante da pilhagem levada a cabo pelas empresas estrangeiras. Mas tal projecto tropeçou com muitas pedras no seu caminho.

A TRADIÇÃO E A PROCURA: SURGE A IMPRENSA ALTERNATIVA

Como nos lembra Paulo Cannabrava Filho, a imprensa brasileira foi quase sempre democrata e liberal. A sua voz levantou-se pela independência, pela abolição da escravatura e outras tantas lutas do povo brasileiro. Essa tradição foi afirmada no século passado por homens como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e o "mestre" Rui Bar-

brasil bosa, e reafirmada através do tempo por Júlio de Mesquita, pai e filho, Paulo Bettancourt e muitos outros.

Apesar de estar atada aos interesses dos seus anunciantes, na sua maioria subsidiárias do capital estrangeiro, e portanto já com a sua independência muito limitada, e apesar de haver concordado com as linhas gerais postuladas pelo movimento militar de 64, essa imprensa tradicional (ou grande imprensa) também teve que suportar os embates da censura e a violência. Assim foi que muitas publicações não conseguiram sobreviver e desapareceram ao longo destes 14 anos de ditadura. Outras foram directamente fechadas pela violência.

Ainda que a sua orientação fosse liberal, a imprensa tradicional nunca deixou de responder concretamente aos interesses da burguesia e das altas classes médias; das quais sempre foi uma expressão leal. Devido exactamente a essas características e a outras razões mais, a sua voz chegava (e chega) a sectores muito reduzidos da população, e nunca pode constituir-se realmente no porta-voz das necessidades do povo. A imprensa tradicional cumpria fielmente o seu papel de defensora da propriedade e da ordem capitalista, e quando levantava a sua voz contra as arbitrariedades do sistema, fazia-o porque se baseava no pressuposto (liberal) de que eram desnecessárias e que o novo modelo económico bem podia implantar-se sem tanta violência. Por outro lado, as suas críticas ao regime baseavam-se na crença

de que este feria os interesses de sectores do capital nacional, desfavorecido em relação ao capital estrangeiro. Mas mesmo assim, essa imprensa incomodava.

AS VOZES DA TORMENTA

Entretanto, pouco a pouco começaram a surgir vozes "não tradicionais" na imprensa escrita do país, num crescente e arriscado desafio ao regime. Poder-se-ia dizer que o fenómeno começou a concretizar-se com o "Pasquim", revista que, desde a escolha do nome à linguagem picaresca e saborosa utilizada nas suas notas, reportagens e comentários, dava um novo tom e um sabor diferente à empobrecida vida cultural do país. O "Pasquim" foi um dos pioneiros no resgate do humor dos brasileiros e também na sua sutileza para fazer um jornalismo sério que parecia brincadeira. Mas isso foi só o começo. Ao actuar de forma tão bárbara contra tudo o que fosse ou parecesse "subversivo", a censura obrigou a que o jornalista procurasse um novo código de linguagem, outras formas de expressão que pudessem enganar aos censores e ao mesmo tempo fossem entendidas pelos leitores. Assim, a imprensa alternativa ("nanica", como se diz no Brasil, quer dizer, anã) foi o corolário necessário da censura. A partir de 1965 essa imprensa "nânica" multiplicou-se como coelho e "poucos Estados deixam de ter, hoje, o seu veículo de expressão, livre, do esquema empresarial da grande imprensa e dos limites que ela impõe", diz

uma nota publicada no jornal "Amanhã", um semanário de hoje.

Há quem afirme que são centenas de diários "nânicos" em todo o país, mas isso não se sabe com certeza. O que é certo é que até pequenas cidades com menos de 30 mil habitantes têm os seus porta-vozes independentes, que utilizam uma linguagem muito descontraída, livre e criativa, para discutir os problemas locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais. Os nomes desses jornais são muito pitorescos e de difícil tradução, porque sintetizam às vezes toda a cultura de uma região. Deixamos por isso de enumerar os nomes de 72 publicações conhecidas, mas como exemplo damos "Pingente" e "Bagaço de Niterói". Chama-se "pingente" aos que vão pendurados na porta do comboio ou do autocarro, quando estão muito cheios, e esta é uma cruel realidade da vida quotidiana dos habitantes de Niterói. "Bagaço" (no Brasil) é o resto da cana de Açúcar depois de moída. Niterói era a capital do Estado do Rio de Janeiro, cuja principal produção é precisamente a cana de açúcar. Há também outros nomes mais "sérios" mas que também definem todo um programa: é o caso de "Sem Tempo", "Raízes", "Nossa Gente", "Alternativa", "Movimento" e "ABC" (a região industrial de São Paulo chama-se ABC), todos de São Paulo, "Posição", do Estado de Espírito Santo, "Desacato" de Alagoas, e os feministas "Nós Mulheres" e "Brasil Mulher", editados em São Paulo e Paraná.

EULER BENTES

ESPECIAL ^{EXCLUSIVO} PARA O PASQUIM:



pingente

COM O PORCO, PARA O PORCO E PELO PORCO. 9 págs.

CONTATOS IMEDIATOS NA PASQUIM NOVELA

Como diz o semanário "Amanhã", o movimento de tantos grupos criando os seus próprios jornais, deu oportunidade ao aparecimento de novos esquemas empresariais, como a cooperativa de jornalistas de Porto Alegre, que já faz três anos edita o "Coojornal", e deu início a tentativas de distribuição também alternativa, como no caso do jornal "De Fato", de Belo Horizonte, que distribui os jornais de vários outros Estados.

No entanto, o mais notável é que essas publicações são feitas por grupos de jovens que ainda eram crianças quando do golpe militar de 1964, isto é, que se formaram numa época de obscurantismo na educação e na cultura. Mas a enorme criatividade empregada no seu corpo a corpo com a repressão origina, por exemplo, que se diga no Brasil que "ou o governo liquida a imprensa ou esta liquida o governo".

Efectivamente, o governo tratou, e trata por todos os meios possíveis, de acabar com a imprensa, e para isso chegou inclusive a liquidar fisicamente jornalistas combativos, como no conhecido caso de Wladimir Herzog, que em 1975 foi preso e torturado até à morte nas dependências da polícia política de São Paulo, que anunciou cinicamente que o preso se havia "suicidado". Hoje a sua mulher está movendo um processo contra o Estado, responsabilizando-o pela morte do seu esposo.

— Incluindo Na luta pelas liberdades democráticas, cabe destacar, por outro lado, a actividade incansável da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), cuja definição anuncia que "não compreende a imprensa sem o acesso à informação, sem o direito de informar, sem o direito de opinar, sem o direito de criticar", e que "o papel da imprensa não é apenas o de prestar contas aos cidadãos do andamento da vida do país", mas também o de "alertar o poder público sobre possíveis excessos ou erros, e a melhor forma de eliminá-los e repará-los". Estes princípios foram levados à prática com muita coerência e coragem pela entidade, cujo presidente

recentemente falecido, Prudente de Moraes Neto, não deixou passar nunca nenhum acto de injustiça e de violência sem que levantasse a sua irada mas sensata voz, em defesa dos direitos dos cidadãos, cuja violação se tornou rotina sob os governos militares que se sucederam a partir de 1964.

HISTÓRIAS DA CENSURA

Agora, com o fim da censura prévia, "Movimento" faz um resumo histórico do que aconteceu nesses tempos com a publicação. Relata, por exemplo, que a Polícia Federal lhes proibiu inclusive que deixassem espaços em branco no lugar dos textos cortados pela

COOJORNAL

ORGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

censura. Ao ser-lhes proibido também preencher em negro os parágrafos vetados, passaram a assinalar a censura com a publicação, no lugar dos trechos cortados, das frases: "leia e assinhe "Movimento" em defesa das liberdades democráti-

cas, da independência nacional e elevação do nível de vida dos trabalhadores". Entretanto, diz, esse sinal nem sempre era compreendido pelos leitores, que chegavam a reclamar pensando tratar-se de autopropaganda do semanário.

Outro caso foi o de um tradutor da revista "Labor", editada em Bruxelas pela Confederação Mundial do Trabalho, que, ao transcrever uma nota de "Movimento", pensou que aquelas palavras eram parte do original e não só a manteve no texto como também as arrumou para dar sentido à tradução. Saiu assim: "Em tudo isto o fundamental não é o episódio da multa. Há outra série de coisas. E graves. AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS ficam mal paradas, e com elas a INDEPENDÊNCIA NACIONAL E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES(...)"

CENSURAM ATÉ MESMO GEISFL

Entre as muitas histórias que se contam, há as que têm piada, como aquela em que o censor vetou os "não" que apareciam na nota "Cenas Brasileiras" de Murilo Carvalho, ou aquela em que o censor não deixou escapar sequer uma nota de serviço de um dos directores do jornal ao pessoal da sucursal de Brasília e que, inadvertidamente, havia sido enviado junto do material entregue à censura. Mas há também as histórias desconcertantes, por exemplo, quando foram vetadas várias declarações do

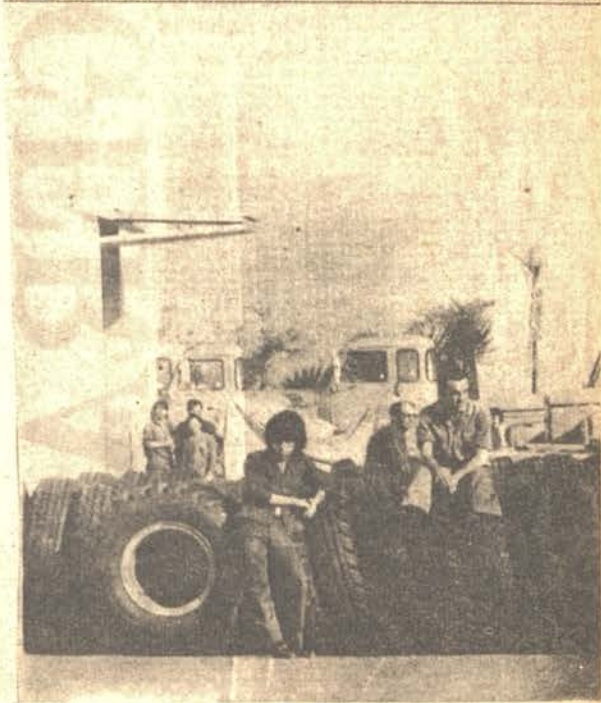


Presidente Geisel referentes às relações Brasil-Estados Unidos, ou quando, em fins de Maio, foi proibida a publicação de uma colecção de artigos do general Figueiredo que, diz-se, será o futuro presidente do país. Ocorreram também censuras absurdas (se é que a instituição já não é em si mesma suficientemente absurda), como uma vez que se vetou uma foto de um bilhete de passagem de comboio que deveria ilustrar um artigo sobre problemas de transporte, e até um veto à bandeira nacional que ilustraria uma nota sobre os debates da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Mesmo com a recente liberalização, ainda pesa sobre a imprensa brasileira a espada de Dêmocles do Acto Institucional n.º 5 que, como diz Carlos Castelo Branco, conhecido jornalista, presidente do Sindicato em Brasília, enquanto subsistir continuará limitando e restringindo a liberdade de imprensa, pois "enquanto existirem as leis de excepção, esta é uma liberalidade do príncipe e não um direito". A verdade da afirmação anterior é constatada, por exemplo, no facto de ainda não ter sido levantada a censura sobre a rádio e a televisão, que é exercida através de um simples aviso telefónico. Por isso continua em vigor a proibição comunicada no dia 22 de Maio às redacções de rádio e TV de São Paulo, por uma voz que se identificou como "Sandra, Polícia Federal": "Continuam proibidas as notícias sobre greves; só é permitida a divulgação de notas ofi-

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL - Nº 13 - C/5 10,00 - 29 DE MAIO A 4 DE JUNHO DE 1978



ciais do governo ou do Ministério da Justiça. Não estão libertadas as entrevistas com autoridades".

É curioso observar que aos diários foi permitido noticiar as greves dos 32 mil metalúrgicos paulistas. O que ocorre é que, enquanto a tiragem global dos 280 diários existentes em todo o país é de apenas 3 700 000 exemplares, as mil emissoras de rádio e os 35 milhões de receptores atingem uma audiência de 90 milhões de pessoas (80 por cento da população estimada em torno dos 113 milhões) e as 70 emissoras

de TV e os 13,5 milhões de aparelhos receptores (dos quais 6 milhões se concentram na Grande São Paulo) abarcam uma audiência de 54 milhões de pessoas (45 por cento da população). Portanto, como diz Fernando Jordão em "Movimento", "o controlo absoluto sobre a rádio e a TV continua sendo uma arma vital para o regime, que não sobreviveria sem a deliberada marginalização da população brasileira do processo democrático, que ainda é relativo".

Bolívia

da fraude eleitoral ao golpe de estado

*Da fraude eleitoral ao golpe de Estado
o regime boliviano luta desesperadamente
pela própria sobrevivência.*

*A sua investida tem pouco ímpeto
e as concessões multiplicam-se.*

*A situação é perigosa
mas não compromete
as recentes vitórias democráticas alcançadas*

O golpe de estado do dia 19 de Julho não chegou a constituir surpresa. Pela enésima vez os sectores militares "gorilas" apoiados pela oligarquia e por sectores retrógrados da burguesia, cuja base fundamental é a cidade de Santa Cruz, impuseram ao país um novo general-presidente.

Relativamente aos golpes do passado e, particularmente, aquele que levou ao poder o general Hugo Banzer, em 1971, o "pronunciamento" do dia 19 apresentou duas características novas. Nunca na conturbada e por vezes rocambolesca história da Bolívia um golpe foi dado de maneira tão escandalosa e politicamente insustentável como este. Nunca um governo militar se instalou no poder com uma base de sustentação política nacional e internacional tão estreita.

Quando, no início do ano, o ex-presidente Hugo Banzer começou a recuar

cada vez mais sob a pressão das mobilizações populares, tornou-se evidente que os sectores continuistas fariam importantes concessões no plano democrático mas que aferrar-se-iam com unhas e dentes ao essencial: controlo do executivo.

Demasiado desgastado após sete anos de governo para poder aspirar à própria sucessão Banzer aceitara, a contragosto, ceder o lugar ao general de aviação Pereda Hasbún, ministro do interior. Esperava vê-lo homologado numa eleição "para inglês (ou americano) ver", no mais puro estilo das repúblicas centro-americanas.

A pressão popular que forçou a concessão da Amnistia Geral, a legalização dos partidos e sindicatos e outras importantes conquistas democráticas alterou substancialmente o cenário.

As forças de esquerda, apesar de divididas, ganharam uma força cada vez

Martin Dominguez

maior. Pereda viu-se ameaçado — apesar de contar com uma enorme máquina publicitária e com a participação directa das Forças Armadas na sua campanha — de não obter os necessários 50 por cento na primeira volta e perder, na segunda (no congresso eleito) para o candidato oposicionista mais votado, o ex-presidente Hernan Siles Zuazo, da União Democrática Popular (UDP).

PRESSÕES NA CAMPANHA

As irregularidades no processo eleitoral começaram na própria campanha. O exército, particularmente nas regiões camponesas do interior e do altiplano, participou activamente na campanha de Pereda, sem contar com as acções de in-

timidação contra os partidários das outras candidaturas consideradas "subversivas".

Segundo a revista brasileira *Veja*, durante uma reunião com Banzer e outros oficiais, Pereda chegou a queixar-se de que o seu material de propaganda não estava a ser distribuído pelos aviões militares, nas regiões distantes do país, com a devida rapidez(!)

Se o aparelho militar-policial de Banzer apresentou esta deficiência na sua intensa participação em prol de Pereda, certamente foi mais eficaz na sua campanha contra as outras candidaturas.

Numa série de localidades como, por exemplo, a cidade de Santa Cruz, o candidato da UDP não pôde sequer entrar para realizar um comércio. As reuniões eleitorais deste e de outros partidos oposicionistas foram alvos de sistemáticas agressões policiais e para-policiais.

Todos estes factos foram escrupulosamente registados pelas comissões internacionais de observadores da ONU, OEA, Amnesty Internacional e outros organismos.

A ESCANDALOSA FRAUDE

As eleições do dia 9 de Julho concorreram os seguintes candidatos: o general Pereda Hasbun, União Nacionalista do Povo (UNP); Hernan Sile Zuazo, União Democrática Popular (UDP-esquerda); gen. Rene Bernal, Partido Democrático Cristão (PDC-centrista); Casiano Amunio, Frente Revolucionária de Esquerda (FRI-extre-



ma-esquerda); Victor Paz Estensoro, (MNR-histórico (centro direita); Marcelo Quiroga, Partido Socialista (PS-Esquerda); Luciano Tapia do Movimento Indígena Tupac Katari (esquerda indígena e camponesa).

A fraude deu-se, sobretudo, no interior do país e em zonas como Santa Cruz e Ururo. Houve de tudo: lugares onde só eram distribuídas as cédulas eleitorais de Pereda, urnas com mais votos do que eleitores, coacções e ameaças na bicha de espera, etc.

A fraude mais escandalosa deu-se porém já ao nível da própria apuração, nestas mesmas zonas, por volta do dia 13. Neste dia já aparecia como evidente que Pe-

reda apesar de tudo não conseguiria chegar aos 50 por cento, sobretudo em função da vitória de Siles Zuazo na capital de La Paz e noutras cidades onde não houvera as mesmas possibilidades de manipulação. Em várias localidades, nos cálculos apresentados, registou-se não só um aumento inesperado e espectacular dos votos de Pereda como uma diminuição dos votos dos outros candidatos.

Por exemplo, no distrito de Potosi, no dia 12, a UDP de Siles Zuazo registava nos cálculos 57 715 votos. No dia seguinte apenas 50 594. Quanto a UNP de Pereda Hasbun, tinha apenas 23 580, para, no dia

bolívia seguinte, atingir nada menos de 77 769!!!

Estas e outras fraudes evidentes permitiram ao candidato oficialista ser proclamado vencedor com 51 por cento dos votos e evitar a segunda volta no congresso eleito, na qual certamente perderia.

Na capital de La Paz onde a presença de numerosos observadores internacionais e a própria relação política de forças não permitia fraudes tão escandalosas o resultado foi o seguinte: Siles Zuazo 42,35 por cento; Pereda Hasbun 41,30 por cento; Paz Estensoro 6,77 por cento; Rene Bernal 2,58 por cento; Casiano Amurrio 2, 18 por cento e Marcelo Quiroga 1,07 por cento.

Porém, mesmo em La Paz, detectaram-se fraudes evidentes a favorecerem o candidato oficialista. Em algumas zonas apareceram urnas com 300 votos para Peneda e nenhum para qualquer dos outros candidatos e dezenas de urnas foram transportadas por vias não-oficiais, sem a presença dos fiscais dos partidos de oposição.

A ANULAÇÃO DAS ELEIÇÕES FRAUDULENTAS

Os observadores internacionais da ONU, OEA, da Amnesty e de dezenas de outras entidades bem como os da Assembleia Permanente dos Direitos Humanos da Bolívia denunciaram indignadamente a fraude e exigiram da Corte Eleitoral Nacional a anulação das eleições.

Todas as candidaturas oposicionistas, inclusiva-

mente as de centro, de Bernal e Paz Estensoro, uniram-se em torno do candidato democrático mais votado, Siles Zuazo, para exigir a mesma coisa. Este conforme já tinha feito meses antes durante a campanha pela Amnistia Geral, internou-se na Nunciatura Apostólica e iniciou uma greve de fome.

Finalmente no dia 7 a Corte Eleitoral Nacional anulou oficialmente as eleições presidenciais admitindo que haviam sido fraudulentas.

Neste momento Banzer que se vinha mantendo na sombra dos últimos acontecimentos decidiu capitalizar a situação em proveito próprio. Anunciou que entregaria o poder a uma junta militar no dia 6 de Agosto, dia que estava marcado para a posse do presidente eleito a 9 de Julho. Esta junta militar marcaria novas eleições.

Tanto a Oposição quanto Pereda perceberam perfeitamente a jogada. Ao entregar o poder à junta, Banzer descompatibilizava-se com a presidência e, automaticamente, ficava apto a concorrer nas eleições a serem marcadas, beneficiando do desgaste de Pereda da fraude do dia 9 de Julho. Ao contornar assim a disposição legal que impediria a re-eleição do presidente e preparar-se para aproveitar a desmoralização do seu próprio ungido, Banzer parecia disposto a tentar concretizar o seu velho sonho continuista.

Pereda, visivelmente desorientado, chegou a anunciar que concordava com a decisão da Comissão Eleitoral Nacional que anulou as eleições dizendo que

“diante da possibilidade de ver o povo boliviano dividido e à mercê da chantagem extremista(...) peço a anulação das eleições a fim de iniciar-se uma nova etapa na constitucionalização democrática do país, com a convocação de novas eleições”.

A VIIHA HISTÓRIA

Na mesma noite porém grupos fascistas civis armados de metralhadoras invadiam as emissoras de rádio da cidade de Santa Cruz proclamando uma “**revolução nacionalista**”.

A guarnição local rapidamente passou de tolerância ao apoio activo à sedição desencadeada pelos civis falangistas, o mesmo acontecendo com os comandos de tropa de Cochabamba e Ururo. Pereda que no primeiro momento pareceu surpreendido pelos acontecimentos esqueceu imediatamente as palavras que pronunciara um pouco antes e correu para Santa Cruz para se colocar à cabeça da “**revolução**” mais uma vez destinada a “**salvar a Pátria das garras do comunismo internacional e ateu**”.

Banzer bem como os restantes generais da inquieta república entregaram-se às longas conversações e contagens de força telefónicas que fazem as delícias das quarteladas latino-americanas. Ouvidos os comandos o presidente em exercício abandonou o poder.

Enquanto isso, o exército tomava as ruas e era decretado o estado de sítio e o toque de recolher em todo o país.

As forças populares, os partidos de esquerda, os

sindicatos mineiros e as associações estudantis, profissionais e camponesas decidiram evitar um choque frontal com os golpistas. Em geral prevaleceu a análise de que Pereda chegava ao poder enfraquecido e isolado e que seria possível preservar, num primeiro momento, o essencial das conquistas democráticas alcançadas e criar condições mais tarde para uma contra-ofensiva. Importava não criar uma situação que naquele momento pudesse degenerar num banho de sangue.

UM ADIÃO RAIRACA

O golpe não assumiu, pelo menos até agora, as características ultra-repressivas dos de Pinochet, Videla ou do próprio Banzer, em 1971. Registraram-se, é certo, prisões massivas em Ururo e Potosi (cerca de 70) e a emissora mineira da mina Siglo XX foi invadida, pela enésima vez, o mesmo ocorrendo com a Universidade de San Andres em La Paz.

Passado o primeiro momento, porém, Pereda recuou ordenando a libertação dos presos, a suspensão do estado de sítio e anunciou a marcação de eleições para 1980.

Sentia não só a pressão intensa das oposições unidas e do movimento popular como também da Igreja que excomungou vários policiais e militares que haviam infligido maus tratos ao padre Guillermo Tuffy, responsável da Liga de Direitos Humanos de Potosi.

A administração Carter cujas pressões pelos direitos humanos apareciam ridicularizadas pelo golpe de Pereda ameaçou cortar a



Pereda Hasbun sob o retrato de Banzer

ajuda econômica à Bolívia.

Para tentar criar um clima propício a uma repressão violenta certos comandos militares anunciaram, com grande indignação, o ressurgimento da guerrilha

e a realização de uma emboscada que teria provocado 11 mortos entre os soldados de uma unidade "capturados e depois fuzilados", especificava a nota. Alguns dias depois o pró-



As eleições de 9 de Julho

prio governo anunciava uma nova versão. O incidente na verdade opusera polícias a camponeses dedicados à colheita de coca e não provocara mais do que uma baixa: um polícia acidentalmente morto por um colega.

Nem a versão procovatória nem a versão apazigante correspondiam aos factos reais. Na verdade tratou-se de um movimento de protesto dos camponeses da localidade de Coripate contra a fraude eleitoral e o golpe de estado. Os manifestantes bloquearam as estradas da região e entraram em choque com a polícia, armados de paus e pedras. Dois regimentos de "rangers" foram enviados de Santa Cruz para a região e reprimiram duramente os camponeses matando pelo menos dois e incendiando várias casas.

QUE PERSPECTIVAS?

Passado um mês do golpe, os partidos de esquerda

e os sindicatos continuavam a funcionar e pelo menos oficialmente todos os presos dos primeiros dias haviam sido libertados. Pereda parecia disposto a fazer concessões para cumprir o seu mini-mandato auto-conferido de dois anos.

As condições internacionais quer com relação aos EUA quer com relação à situação na própria América Latina, cada vez menos favoráveis às ditaduras militares, pareciam incitá-lo à prudência, bem como à própria posição de isolamento no cenário político boliviano.

A oposição recusaria as ofertas de Pereda de participar num governo de união nacional e este, que em certo momento esperava obter o apoio, pelo menos, de Paz Estensoro, viu-se obrigado a cercar-se de obscuros e estranhos personagens para formar o seu algo improvisado ministério.

Alguns ministros são totalmente desconhecidos.

Outros como o das Finanças Jorge Tamoyo e o dos assuntos estrangeiros Ricardo Anaya pertencem a sectores civis ultra-direitistas da mesma maneira que o ministro da Educação Garcia Vespa conhecido como defensor de ideias nazis e partidário da importação em massa de colonos rodensianos para a Bolívia.

Outro personagem interessante do novo governo é o ministro da Indústria e do Comércio Tapia Fontanilla. Trata-se nada menos do que um dos reis do tráfico de drogas no país. Em 1974 enviou o seu próprio sobrinho ao Canadá, com passaporte diplomático, transportando nada menos que 5 quilos de cocaína. O jovem foi descoberto, incriminou o tio mas o caso terminou abafado. Foi nessa época que o actual ministro passou a ser conhecido pelo sobrenome de Tapia Cocanilla.

A maioria dos observadores, de vários horizontes políticos, coincide em não prever um destino fácil ao governo de Pereda que corre o risco de encontrar-se, em breve, na infernal situação de ser suficientemente ditatorial para levantar contra si todo o povo e toda a opinião pública internacional e insuficientemente repressivo para esmagar esta revolta. De qualquer jeito é certo que muito dependerá da mobilização popular e do aproveitamento dos novos espaços democráticos conquistados nos últimos meses e que ainda não foram tocados. Muito também dependerá da evolução da situação nos vizinhos Brasil, Peru e Chile.

O poder mineiro



O Sétimo Congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros reuniu novamente, na recém-conquistada legalidade, a veterana vanguarda dos trabalhadores bolivianos

Renato Andrade

NA última semana de Maio, desde Segunda-feira 23 até à madrugada de Domingo 29, reuniu-se em *La Paz*, o XVII Congresso da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSRMB). Os 587 delegados reunidos representavam cerca de 60 000 trabalhadores mineiros de toda a Bolívia. Mais de dois terços pertenciam à indústria mineira nacionalizada; o restante correspondia à indústria mineira privada, tanto das grandes minas da "nova oligarquia", como dos cooperativistas, reformados, trabalhadores eventuais, incluindo as "palliris" (mulheres mineiras) e dos comités de donas de casa, um de *Siglo XX* e outro de *Huanuni*.

Durante os dias em que decorreu o Congresso a atenção da Bolívia trabalhadora virou-se para esta reunião, cujas discussões e resoluções se previam constituir uma componente indispensável naqueles mo-



A dinamite, ferramenta de trabalho e arma dos mineiros

mentos pré-eleitorais e de regresso à normalidade constitucional neste martirizado país do altiplano andino.

É conhecida não só a proverbial combatividade dos mineiros como também o seu alto grau de politização e de consciência de classe, que lhes valeu sempre um papel de protagonista nas importantes confrontações revolucionárias que se deram. Recorde-

mos apenas a sua participação no acontecimento que constitui um marco na história boliviana, a insurreição de Abril de 1952, quando com apenas velhas espingardas e cartuchos de dinamite — que sabem manejar como ninguém — assaltaram os quartéis e destruíram, juntamente com operários fabris e estudantes, o velho exército da "rosca" e a oligarquia dos Patiño, Hoschids e Arama-

yo, considerados "os Barões do Estanho".

O CONGRESSO ANTERIOR

Em Maio de 1976, aproveitando um período de certas liberdades sindicais que os trabalhadores haviam imposto, mas vivendo sob draconianos decretos repressivos, realizara-se o anterior congresso na povoação mineira de *Corocoro*. Nessa altura os mineiros afrontavam o governo exigindo um aumento salarial e, ante a sua recusa, entraram numa greve geral que coincidiu com o assassinato em Buenos Aires, às mãos das forças mais negras da reacção, do General Juan José Torres. A exigência do regresso dos seus restos mortais à pátria converteu-se em mais um ponto reivindicativo. Os mineiros de *Siglo XX* — tal como agora ficou aprovado neste congresso — propuseram que nesse distrito mineiro fosse dado sepultura aos despojos mortais do "general dos pobres". Isto enraiveceu ainda mais a ditadura banzerista que decretou a ocupação militar das minas.

Agora, logo após o triunfo da greve da fome e da greve mineira que impôs a amnistia total, os trabalhadores voltaram a reunir-se para fazer um balanço do passado e traçar os seus planos imediatos.

Na cerimónia inaugural compareceram representantes da Federação Sindical Mundial, da CLATC, e da Confederação dos Trabalhadores do Mundo (CTM), juntamente com delegados de todos os sindicatos e or-

ganizações revolucionárias e populares do movimento operário boliviano. A senhora Ema de Torres, viúva do general Torres, enviou uma mensagem de saudação ao congresso. E da assembleia surgiu então em coro um pedido de homenagem ao "General dos pobres", para logo de seguida se entrar num comovido silêncio, ouvindo-se gritos exigindo a condenação dos assassinos.

No plano político foram apresentados 22 trabalhos que analisavam, sob o ponto de vista de cada tendên-

cia ou grupo político, o momento político que atravessa a Bolívia, expressando as posições programáticas numa plataforma de luta. Após acesas discussões, o congresso ratificou a Tese Política da C.O.B. (aprovada no IV Congresso de 1970), "*porque na situação actual constitui o factor de unidade de todos os trabalhadores bolivianos. Ela continua a constituir a síntese do pensamento revolucionário dos explorados: é a Tese da luta pelo socialismo*".

O importante documen-

as resoluções do congresso

Entres os pontos mais importantes apontados como objectivos imediatos de luta aprovados pelo XVII Congresso Mineiro destacam-se os seguintes:

— Aumento dos salários em proporção com a alta do custo de vida e implantação da escala móvel de salários.

— Defesa das riquezas naturais como o gás, o petróleo, o ferro de Mutún. Reintegração no património nacional de todas as reservas concedidas aos monopólios estrangeiros. Defesa da nacionalização da escala móvel.

— Retirada imediata das forças militares dos centros mineiros e das zonas rurais.

— Reimplantação do controlo operário com direito a voto.

— Revogação de todos os decretos repressivos.

— Solidariedade com a luta dos nossos companheiros camponeses. Preços justos para os produtos agrícolas e garantias por parte do Estado. Orientação e colaboração para a unificação do movimento sindical camponês numa Central Única Camponesa da Bolívia filiada na C.O.B. Fortalecimento da aliança entre operários e camponeses.

— Respeito pelos direitos democráticos, constitucionais e humanos. Solidariedade com a Igreja Católica progressista e com a Assembleia Permanente de Direitos Humanos, nela participando como delegado.

— Repúdio por toda a negociação por uma saída para o mar que comprometa novas perdas do território e da soberania nacional. Denúncia de toda a di-

to aprovado começa por integrar a luta dos trabalhadores bolivianos no mundo actual, afirmando: "o proletariado da Bolívia solidariza-se e é parte da luta pela libertação nacional de todos os povos oprimidos pelo imperialismo. A vitória dos povos oprimidos é também a nossa vitória".

Afirmando em seguida: "nós, trabalhadores mineiros, expressamos a nossa solidariedade militante com a luta dos povos do Chile, Brasil, Uruguai, Haiti, Paraguai e Peru. O curso dos últimos acontecimen-

tos confirma a tendência histórica irreversível do avanço dos povos para a sua libertação e para o socialismo".

Após analisar o processo de lutas que levou há actual situação, diz o documento: "as relativas liberdades que agora vive o povo boliviano foram conseguidas pelo proletariado à cabeça de todo o povo. Esta experiência ensina-nos que nenhuma greve da fome pode triunfar ou ser vitoriosa se não tem por base poderosas mobilizações".

Ao analisar o momento

político assinala que "para que a luta dos oprimidos seja vitoriosa ela deve assentar nas organizações naturais das massas (...) como a melhor forma de impulsionar a luta democrática e revolucionária. Fortalecer os nossos sindicatos de base, as nossas federações é o caminho para o fortalecimento da Central Obrera Boliviana como máxima autoridade das massas organizadas".

OS MINEIROS E AS ELEIÇÕES

O documento político acusa o regime de Banzer de "pretender legalizar e institucionalizar o fascismo... utilizando a fraude eleitoral, a repressão e até o continuísmo sem eleições".

Apesar disso, consideram que "as eleições são uma oportunidade para a unidade, a organização e a mobilização das massas; são um meio para contribuir para a evolução política do povo. Permite-nos acumular forças. A luta eleitoral e parlamentar por si só não resolve os problemas, não faz mais do que plantá-los. É necessário dar continuidade à luta pelos interesses e pelos objectivos históricos de classe".

Para além do já referido, os mineiros tomaram uma resolução específica sobre o acto eleitoral. Nela afirmam: "A nossa participação vitoriosa (nas eleições) está condicionada a que todos os explorados nos unamos numa poderosa frente anti-imperialista e antifascista dirigida pela classe operária. Apoiaremos activamente os candidatos operários, camponeses e inte-

SSO

plomacia feita nas costas dos povos, que procure provocar um conflito bélico entre trabalhadores e povos irmãos.

- Rejeição de todo o intento de conceder terras aos escravagistas e racistas da África do Sul, que pretendem colonizar o território boliviano, por o considerarem um flagrante atentado à dignidade e à soberania nacional.

- Fortalecimento da COMIBOL (Corporação Mineira), YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), CBF (Corporação de Fomento), que devem ser administradas em função dos interesses da nação, orientadas de molde a favorecer a libertação económica. Co-gestão operária da indústria mineira estatal e privada. Reajustamentos organizativos na COMIBOL com a participação dos trabalhadores.

- Proibição de venda de gás ao Brasil. Construção de um gasoduto interno que forneça energia barata a Potosí e a outros centros mineiros, e a todas as regiões do país a fim de facilitar a industrialização.

- Relações diplomáticas, comerciais e culturais com todos os países do mundo, especialmente com os países socialistas.

- Solidariedade proletária com todos os povos do mundo que lutam pela sua libertação nacional e social.

- Repúdio à agressão económica do imperialismo yanqui que atenta contra a economia nacional ao anunciar a venda das suas reservas de estanho. Estabelecimento de um organismo próprio dos países produtores à margem do Conselho Internacional do Estanho.



As mulheres dos mineiros participam da sua luta

lectuais que estão identificados com os interesses da classe operária e do povo", ao mesmo tempo que condenam "todas as formas de fraude, corrupção e coacção que vem utilizando o oficialismo" e prometem "manter uma atitude vigilante e de denúncia sobre o processo eleitoral".

Apesar desta resolução unitária, acabariam por primar finalmente os interesses sectários de grupo, e a esquerda, com a participação activa da maioria dos dirigentes mineiros, viria a apresentar-se dividida em duas frentes ao acto eleitoral.

A ECONOMIA BOLIVIANA

No informe da Comissão Económica caracteriza-se a situação da seguinte forma: "A Bolívia, tal como o res-

to dos países da América Latina, continua a existir ao serviço das necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo, ferro, estanho e de matérias-primas destinadas aos países altamente desenvolvidos e ricos que beneficiam do esforço, do sacrifício e da fome dos trabalhadores dos povos pobres".

"Devido à política económica antinacional e anti-operária da ditadura militar-fascista, imposta ao povo com o golpe de Agosto de 1971, a economia nacional encontra-se à beira da crise. Esta política económica caracteriza-se por um entreguismo sem precedentes na história do nosso país e pelo empobrecimento das massas trabalhadoras".

Mais adiante o documento assinala a atitude dos

trabalhadores frente ao desenvolvimento industrial, afirmando: "Nós, trabalhadores mineiros da Bolívia, não somos inimigos da industrialização do país, contudo estamos contra a política 'desenvolvimentista' actual que não só proporciona grandes benefícios ao mercado dominante, como também enormes lucros à burguesia improdutiva, e aos círculos reaccionários civis e militares".

No documento político já se estabelecia que "os trabalhadores mineiros pugnamos pelo desenvolvimento económico integral baseado numa economia planificada, assente na exploração dos nossos recursos naturais e que beneficie o país, no melhoramento das condições de trabalho, de vida e de salário, que liquide o analfabetismo, reduza a mortalidade infantil, acabe com o desemprego e impulsione o desenvolvimento de todas as regiões do país".

Acabou-se por definir também um salário básico para os trabalhadores mineiros equivalente a 4100 pesos mensais (cerca de 200 dólares), resolvendo propor ao restante do movimento operário "uma luta salarial conjunta de todos os trabalhadores e se possível apresentar um caderno reivindicativo único".

O PODER OPERÁRIO

O Congresso resolveu também propor a realização do 5.º congresso nacional da Central Obrera Boliviana, da qual a Federação de Mineiros é uma orientadora e animadora fundamental.



Assembleia política numa localidade mineira

Durante as sessões, o plenário do congresso que se reunia todas as manhãs, discutiu e interveio não só sobre os seus problemas específicos, como recebeu delegações de outros sectores da população. Foi assim que o Congresso teve um papel decisivo na resolução da greve da fome desencadeada pelos ex-trabalhadores da indústria de petróleo expulsos devido à actual gestão dos *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*. Logo que foi decretado a sua reintegração ao trabalho foram recebidos por uma Assembleia plenária do Congresso que expressava

vivamente o sentimento de solidariedade entre trabalhadores. E até houve lágrimas que sulcaram alguns curtidos rostos dos mineiros.

Também durante esses dias o governo tinha encerrado as aulas na Universidade de *La Paz*, como forma de repressão contra a intensa actividade política que se vive entre os universitários. Estudantes e docentes haviam designado um Conselho Supremo Universitário como poder alternativo face às velhas autoridades da Universidade de *San Andrés*. Nessa altura, o Con-

gresso decretou o "estado de emergência", identificando-se plenamente com essa causa e decidindo intervir activamente para exigir a abertura das aulas e também a imposição da "autonomia universitária e do co-governo docente-estudantil". Ratificava-se assim em actos, o "pacto mineiro-estudantil", que em muitas ocasiões se tem expressado em lutas conjuntas e ajudas militantes recíprocas, como foi aquando da greve mineira de Junho de 1976.

Entretanto, o governo, sem outra alternativa, fazia

bolívia vista grossa esperando com impaciência que terminasse quanto antes esse poder operário instalado em pleno centro da cidade de *La Paz*, onde cada delegado sentia e exercia a consciência da sua força política e económica determinante na sociedade boliviana.

Finalmente, o Congresso elegeu o seu Comité Central reconduzindo muitos dos seus anteriores dirigentes, entre eles o Secretário Executivo, o velho líder Juan Lechín, premiando desta maneira o exílio e a clandestinidade de sete longos anos. Mas também afastou e substituiu outros, elegendo jovens trabalhadores que, em grande número, participaram activamente nas deliberações.

Qualquer que seja a perspectiva imediata da vida



político-social da Bolívia, ante a experiência, serenidade, sentido comum e consciência de classe que evidenciaram os delegados, não subsistem dúvidas so-

bre o importante papel que continuarão a jogar os mineiros bolivianos na história deste rico e formoso, mas também sofredor e explorado país. ●

ABRIL

revista de reflexão socialista

Um espaço de diálogo

SAI MENSALMENTE

Apartado 2860 LISBOA 2

PERU

a esquerda avança

*Apesar de ter sofrido uma forte repressão
as forças populares
lograram uma importante vitória
nas eleições constituintes peruanas
com mais de 30% da votação*



Juan Quispe

O espectacular avanço da esquerda e o reaparecimento do APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) como primeira força eleitoral são os aspectos mais relevantes das eleições peruanas de 18 de Junho. Dados não oficiais atribuem ao partido Aprista 1 300 000 votos, ou seja cerca de 37 por cento do total. Ainda que derrotados na capital, os apristas tornaram-se amplamente vitoriosos no interior do país. O segundo lugar foi ocupado pelos partidos de esquerda, divididos em seis organizações, as duas ligações, a Frente Operária, Campesina, Estudantil e Popular (FOCEP) e a União Democrática Popular (UDP), o Partido Socialista Revolucionário, o Partido Comunista e o Partido Democrata Cristão — que no Peru defende posições progressistas. No seu conjunto a esquerda totalizou cerca de 1,200 000 votos, aproximadamente 33 por cento do escrutínio. O terceiro lugar (com 970 000 votos, 26 por cento) foi obtido pelo conservador ex-governador civil de Lima, Luis Bedoya Reyes, à cabeça de uma lista constituída maioritariamente por empresários e por elementos de profissões liberais reaccionários.

A elevada votação aprista é explicada pela sua linguagem "modernizante" e pelo incansável trabalho organizativo deste partido, que apesar da sua sinuosa trajectória prolífica conseguiu manter intacta a sua máquina burocrática e a coe-

ção da sua velha direcção. Os bedoyistas capitalizaram a oposição de certos sectores às reformas realizadas no período do general Velasco Alvarado, o sentimento antimilitarista, beneficiando também da abstenção da Acção Popular, o partido do ex-presidente Fernando Belaúnde Terry que não se apresentou às urnas e apelou aos seus eleitores a votarem no Partido Popular Cristão de Bedoya.

Na lista do PPC votaram massivamente os sectores economicamente poderosos e a alta classe média de Lima, descontentes com as reformas introduzidas pela chamada "primeira fase" do processo revolucionário de 1968.

A VOTAÇÃO DA ESQUERDA

Para muitos observadores a grande surpresa foi o resultado conseguido pela esquerda. Bom é relembra que — sempre que se pode expressar com certa liberdade — o eleitorado peruano escolheu sempre posições progressistas. Mais de um dos candidatos triunfantes em anteriores eleições deveu os seus êxitos às propostas radicais que defendia o seu programa de então. Entre estes contam-se Haya de la Torre e Belaúnde Terry, os quais em diferentes oportunidades assumiram esse tipo de posições, para depressa as esquecerem. Nestas eleições, contudo, os apristas insistiram que o seu partido é um partido progressista e inclusivamente assumiram certos compromissos de incorporar na nova Constituição algumas das reformas reali-

zadas pelo governo de Alvarado.

No entanto, dadas as condições em que se desenvolveram estas eleições, não se esperava uma percentagem tão alta para a esquerda, que viu a sua campanha bloqueada por um clima de intimidação, repressão e arbitrariedades. Muitos dos seus dirigentes e candidatos foram presos, deportados, e alguns continuam a viver na clandestinidade, apesar de terem sido eleitos. O Partido Socialista Revolucionário foi o alvo principal da vaga repressiva e o seu presidente, O general Leonidas Rodríguez Figueroa (eleito com uma grande votação) foi preso e deportado quando acorria às urnas. Da mesma maneira, vários dirigentes da FOCEP e da UDP continuam deportados apesar de terem sido eleitos, como é o caso de Hugo Blanco, Genaro Ledesma, Napuri e outros. Esta perseguição à esquerda contrastou com as enormes facilidades e o apoio indirecto com que o governo brindou os partidos conservadores.

Apesar da tradicional tendência progressista do eleitorado peruano, esta é a primeira vez que se apresentam numa campanha eleitoral posições abertamente revolucionárias, contestatórias intransigentes ao sistema capitalista e defensores do socialismo. Não há dúvida que a esquerda poderia ter conseguido resultados ainda mais expressivos se tivesse podido desenvolver uma campanha eleitoral com garantias e se tivessem podido votar os analfabetos, o que aumentaria enormemente o seu resultado nas áreas camponesas.



Mais de um milhão de votos em branco ou nulos evidenciam expressivamente que um vasto sector da população recorreu a esta atitude para manifestar o seu protesto contra um governo que cada dia se inclina mais para a direita. Em províncias tão importantes como Arequipa, Huancavelica, Junín e Ayacucho, o número de votos em branco ou nulos ultrapassou o conseguido pelos candidatos vitoriosos.

A CONSTITUINTE

A futura Constituinte deve aprovar a Lei Fundamental como primeiro passo para as eleições presidenciais de 1980 em que, ao que se supõe, os militares transferirão o poder para os civis. A Assembleia estará dividida em três grandes blocos, quase equivalentes em peso político e em número de assentos.

O PPC e pequenos grupos conservadores pouco expressivos, constituirão uma direita caceteira, totalmente *FMI* ista e oligárqui-

ca. O APRA actuará possivelmente com dupla direcção: procurará por um lado, defender o governo de Morales Bermúdez com as esperanças de assim poder

atenuar a tradicional alergia castrense pelo aprismo. E, por outro, procurará manter uma aparência social-democrata que lhe deu já lucros eleitorais, sem as-

à boca das urnas

Segundo dados não oficiais conhecidos em Lima e sujeitos a pequenas alterações, a distribuição de lugares na Constituinte será a seguinte:

APRA	36
PPC	27
FOCEP	12
PSR	6
PCP	6
UDP	4
FRENATRACA	3
DC	2
PDP	2
UNO	2

O Partido Democrata Peruano (PDP) e a União Nacional Odríista (UNO), não mencionados no artigo são grupos conservadores ligados a antigos presidentes da República que seguramente se colarão à posição de ultra-direita do Partido Popular Cristão.

peru sumir com isso um compromisso sério com a mudança social. Analisando esta nova posição táctica do aprismo, o correspondente da IPS em Lima, Abraham Lama, escreve o seguinte: "Voltou a importância esquerdista dos velhos anos, comentou para a Inter press Service um dirigente sindical do APRA repetindo uma frase lida tantas vezes na Imprensa do seu partido.

"Parece — prosseguiu Lama — que os 10 anos de governo militar não foram em vão. A primeira fase não só demoliu a estrutura socio-económica de um país quase feudal assim como tornou respeitável conceitos antes proibidos: como reforma agrária, socialismo, etc., como produziu um desenvolvimento da consciência política popular. Naturalmente que este desenvolvimento afectou igualmente o APRA, que tem que actuar em novos parâmetros, diferentes dos que existiam neste país antes de 1968."

8 Durante a campanha eleitoral apresentaram-se na esquerda duas tendências que conseguiram mais ou menos o mesmo número de lugares na Constituinte. O Partido Socialista Revolucionário, o Partido Comunista e o Partido Democrata Cristão, embora com diferença de matizes, defenderão as reformas estruturais realizadas durante o período do general Velasco. A FOCEP e a UDP, organizações de esquerda revolucionária, criticaram-nas. Se o processo entre 1968 e 1975 foi ou não revolucionário continua a ser

Hugo Blanco



a focep

O resultado das eleições no Peru projectou ao primeiro plano uma sigla, FOCEP, que para muitos é desconhecida e para outros misteriosa. A verdade é que não se trata de uma coisa nem de outra. A Frente Operária, Camponesa Estudantil e Popular é uma coligação de partidos e grupos sindicais de esquerda revolucionária que também integra personalidades independentes com forte implantação popular. Constituem esta coligação o Partido Socialista dos Trabalhadores, de Hugo Blanco; o Partido Operário Marxista Revolucionário, de Ricardo Napuri; a Frente de Esquerda Revolucionária-Partido Operário Camponês (F-IR-POC) — todos de tendência trotskista — o Partido Comunista Peruano (PC-Bandeira Vermelha), maoísta; a Frente Democrática Popular (FEDEP) encabeçada por um médico, o doutor Simón Estrella Dávila; a Federação Camponesa do Peru, e diversos grupos sindicais, para além de uma dezena de organizações menores como as Comunidades Camponesas de Rancas e Yanahuanka; os centros federados (sindicatos) do Banco de Crédito, do Banco Norperú e do Banco Internacional de Chiclayo; os sindicatos mineiros de Santander, e de outros. No total, são cerca de vinte organizações políticas e sindicais.

Destacados lutadores da esquerda, para além de Hugo Blanco, que foi o candidato mais votado da lista, integram a FOCEP. Entre eles encontram-se o seu presidente, o advogado Genaro Ledesma, ex-deputado operário com grande implantação entre os mineiros da província de Cerro de Pasco; a doutora Laura Caller, presidente da secção peruana da Amnesty International, e grande lutadora democrática; Hernán Cuentas, dirigente operário de Moquegua; Manuel Scorza, conhecido escritor revolucionário peruano e outros. Cuentas e Ledesma conseguiram também uma grande votação nas suas áreas de influência. O problema mais crucial para a FOCEP é o de manter a sua unidade. Já antes das eleições afloraram muitas discrepâncias internas, que foram sem dúvida aplacadas pelos excelentes resultados eleitorais. O seu principal desafio agora é assegurar um mínimo de coesão interna que será fundamental, inclusive, para uma coordenação mais eficaz com os demais grupos de esquerda.

Hugo Blanco reuniu a maior votação da FOCEP. "É um reflexo de um estado de ânimo rebelde e revolucionário, o voto em Blanco foi um voto de protesto", escreve o semanário peruano *Marka*.

a udp

A União Democrática Popular (UDP), que obteve quatro lugares na Constituinte é outra das coligações de esquerda. Nasceu da união de cinco partidos marxistas: a Vanguarda Revolucionária (grupo que reclama a sua legítima representação), a Vanguarda Revolucionária Político Militar, esse da anterior, as duas alas do Partido Comunista Revolucionário, dos dois sectores do Movimento de Esquerda Revolucionária (MER), o MER - Quarta Etapa e o MER-Norte.

As duas primeiras organizações, Vanguardia e PCR não são consideradas ortodoxas, mas aceitam o que consideram os ensinamentos de Mao. Preconizam, tal como os restantes grupos da coligação, um governo de democracia popular. Posteriormente a UDP engrossou as suas fileiras com a entrada de dirigentes como Carlos Malpica, Ricardo Letts, que encabeça uma das fracções da Vanguarda, o MAP - Movimento de Acção Proletária, a Federação de Muecos e Metalúrgicos do Centro, poderosa organização de trabalhadores muecos, sobretudo na região de Oroya, onde se encontram os antigos jazigos da Cerro de Pasco Corporation, transformados posteriormente com a nacionalização decretada pelo governo de Velasco Alvarado na actual CENTROMIN-PIRU.

Essas organizações e personalidades haviam constituído a Unidade Popular de Esquerda (UPDI).

A coligação integra, ainda, os seguintes grupos: MER-LS (Socialistas), Círculo Marxista de Oposição Proletária (CMOP), a Frente Unitária de Trabalhadores (FUT), Esquerda Popular, a Frente de Esquerda Revolucionária (FER), que se juntou ao FURCT, secção peruana da Quarta Internacional e a Revolução Socialista (RS).

centro folclórico

A Frente Nacional de Trabalhadores e Camponeses é uma organização regional, da província de Puno, na região do Lago Titicaca. A sua base é constituída pelos antigos caçiques locais, resíduos da pequena oligarquia provinciana. A FRENATRACA fez a sua campanha apresentando-se como indígenista e populista - com o chullo barrete que envolve a cabeça e tapa as orelhas) como símbolo - para expressar assim o que chamou de sentimento nacionalista. No entanto, num programa de televisão, o advogado Genaro Ledesma, da FOCEP, contestou-os dizendo que os incas não usavam chullos, que Tupac Amaru usava um sombrero de aba larga, e que foi precisamente o conquistador Francisco Pizarro quem introduziu o chullo pela circunstância fortuita de ter que se defender do frio quando atravessava a cordilheira dos Andes.

A FRENATRACA defendeu os valores autóctones da cultura incaica e do Império do Tahuantinsuyo. Tangencialmente apoiou as reformas do período de Velasco. Proclama ser de esquerda, mas entre as organizações de esquerda é considerada o "centro-folclórico".

Obteve cerca de três por cento do total de votos, porém, teve um resultado inesperado: perdeu perante a FOCEP em Jillica, considerada o baluarte do seu líder, Roger Cáceres,

de certa maneira o centro do debate no seio da esquerda peruana. Tal discussão reflecte evidentemente importantes diferenças de concepção ideológica, de estratégia e de tática, que seguramente não serão resolvidas na CONstituinte. x Reconhece-se, no entanto, que o massivo voto na esquerda se deve em grande parte à intensa politização de importantes sectores populares na época velasquista.

A revista *Marka* numa análise do resultado das eleições considera que os votos na FOCEP e na UDP - no primeiro, maioritariamente a favor de Hugo Blanco - foram "um sufrágio de repúdio de classe profundo pelo sistema explorador, dominado pelo imperialismo". Sobre a votação do PSR, inferior à esperada, a revista assinala que "esta nova organização, duramente golpeada pela repressão, teve que pagar assim o preço por ser hoje o inimigo que a Junta Militar designou por principal".

Na campanha eleitoral, apesar das diferenças de posição, as forças de esquerda alcançaram um apreciável grau de coordenação. Não subsistem dúvidas que o sentimento unitário é predominante nas bases populares do Peru e a expectativa é a de que essa unidade se imponha na Assembleia Constituinte, para travar e derrotar uma das mais decididas ofensivas reacionárias das registadas ultimamente na América Latina.

o general da motocicleta

Lima foi sobressaltada por uma notícia fora de série. O general Leonidas Rodríguez, de cabelo tingido, acaba de aparecer espectacularmente no Palácio, solicitando uma audiência ao Presidente Morales Bermúdez para exigir liberdades democráticas. Quando a polícia após vinte e cinco minutos de perplexidade e confusão, recebeu finalmente ordens de o capturar, já o general, seguido de 83 jornalistas peruanos e estrangeiros abandonava o Palácio, escapulindo-se pelas estreitas ruelas que rodeiam a Praça das Armas de Lima, montando no assento traseiro de uma motocicleta que o esperava, desaparecendo.

Nesse momento o Presidente Morales Bermúdez recebia o Primeiro-Ministro do Chile, Cubillos, e isso de certo modo facilitou que o sensacional episódio fosse fotografado e filmado, alcançando uma enorme repercussão internacional. O Miami Herald abriu a sua notícia sobre o episódio com o seguinte título: "O homem mais procurado do Peru dá uma conferência de imprensa no edifício mais guardado do Peru".

Ainda que as rádios, cadeia de televisão e jornais peruanos tenham feito silêncio sobre o episódio, todo o país se inteirou do acontecimento através de uma cadeia de infor-

mação invisível em que os peruanos são particularmente eficazes.

Este foi somente um dos momentos culminantes das jornadas extremamente tensas que começaram a 18 de Maio, quando o general Rodríguez, e toda a direcção do partido Socialista Revolucionário (PSR), intensamente procurados pela polícia, passaram à clandestinidade. Até ao dia 18 de Junho, dia das eleições, a direcção clandestina do PSR deu duas conferências de imprensa e coordenou uma grande política de denúncia nas vésperas das eleições.

Traumatizado e desafiado pela actuação do general Rodríguez — até há poucos meses, Comandante da Região Militar de Lima — Morales determinou a detenção deste oficial no momento em que fosse votar. Rodríguez Figueroa, no entanto, reserva outra surpresa para Morales: antes de votar foi ao Júri Nacional de Eleições para pedir garantias, e com uma espécie de salvo conduto — de pouca validade — dessa instituição, irrompeu no Colégio "Sophianum" no elegante bairro de San Isidro, saindo de um autocarro com dezenas de jornalistas que o acompanhavam. Imediatamente depois de votar, o general foi rodeado por um grupo de 15 polícias que lhe so-

licitavam que fosse ver o Ministro do Interior. Rodríguez Figueroa retorquiu: Eu não tenho nada que falar com o Ministro do Interior. Um general do Exército peruano não é detido por um subalterno da polícia". Imobilizado pelos agentes, Rodríguez resiste e é empurrado para o carro entre protestos e bastonada. A gente que presenciava e os polícias envolvem-se à pancada. Rodríguez é ferido na cabeça e levado para o Hospital Militar, onde lhe puseram seis pontos.

Daí foi levado para o aeroporto e metido num avião Hércules da Força Aérea Peruana, como único e exclusivo passageiro. Horas depois, o avião aterrava na cidade de Jujuy, no norte da Argentina, onde foi detido no Regimento de Infantaria de Montanha.

Num evidente conluíu com o governo de Morales Bermúdez, a ditadura argentina reteve vários dias o general Leónidas para dar tempo a que a sua ferida cicatrizasse. O Presidente do PSR recebeu uma consagradoria votação do seu partido e deverá estar presente na cerimónia de instalação da Assembleia Constituinte. A sua corajosa defesa da Revolução e do processo democrático peruano aumentaram enormemente não só o respeito, como também o apoio popular ao PSR, seu partido.

BELIZE

a luta pela independência

As perspectivas de independência da última colônia britânica no Caribe. A ameaça expansionista da ditadura guatemalteca. Os problemas políticos económicos e sociais do futuro país são analisados pelo primeiro-ministro George Price em entrevista exclusiva para os Cadernos do Terceiro Mundo

QUAL é o estado actual das negociações entre a Grã-Bretanha e a Guatemala sobre Belize?

— Desde há algum tempo que se dão discussões bilaterais entre o Reino Unido e a Guatemala. Em algumas das reuniões informais estamos presentes como parte da delegação britânica. Nada se decidiu até ao momento. O que se produziu foi um projecto de trabalho. Que contém várias propostas feitas pelos britânicos e pelos guatemaltecos e outras que o povo belizenho indicou à Grã-Bretanha, que seriam aceitáveis para a nossa meta de uma independência segura de Belize em todo o seu território.

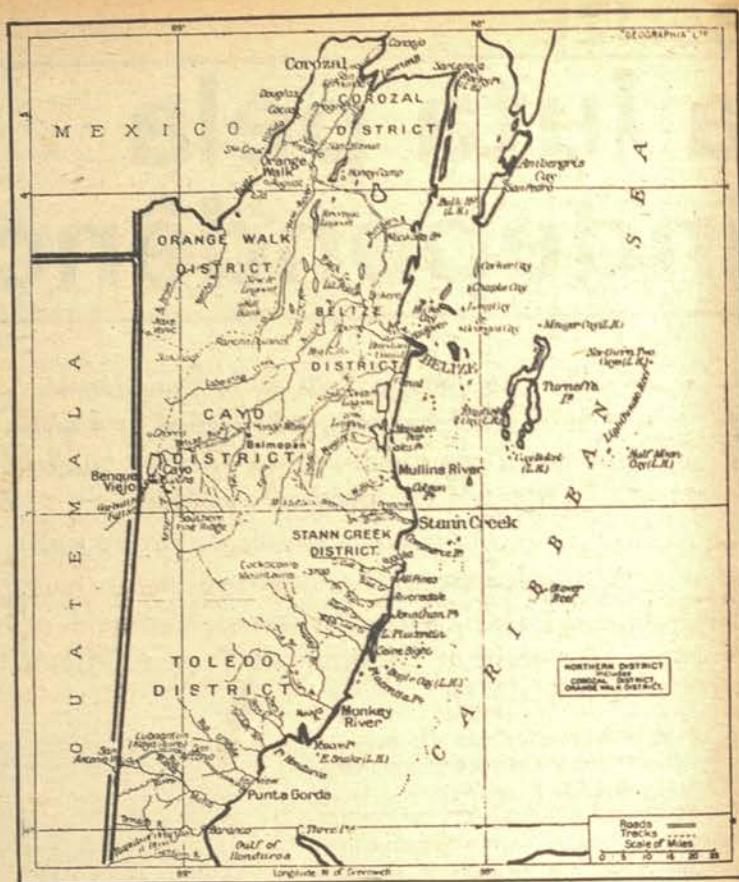
Desde o início deixámos claro que há dois aspectos vitais não negociáveis: a soberania de Belize e a sua integridade territorial. Antes das negociações finalizarem, antes que nelas surgisse algo definitivo para apresentar ao povo de Belize, houve eleições na Guatemala e se organizou (duvido muito poder dizer que foi eleito) um novo governo, em circunstâncias muito confusas. O novo presidente, o general Fernando Lucas Garcia, parece ser o candidato escolhido a dedo pelo anterior.

Acredita que este novo governo estaria mais disposto a negociar?

— Não esperamos mudanças na políti-



George Price, primeiro-ministro de Belize



ca guatemalteca. Porquê? Porque este continua a ser um regime militar, apoiado somente pelas Forças Armadas. O controlo militar da Guatemala continuará, e a partir daí deduzo que a política continuará idêntica. Ainda sustentam que se proclamamos a independência sem o seu consentimento, invadem-nos. Agora começam a dizer que poderão aceitar algo menos que todo o Belize, e indicam que poderão reformar a sua constituição, na qual uma das cláusulas afirma que o Belize faz parte da Guatemala.

O seu governo propôs um acordo de segurança para o caso de não se concretizar uma solução negociada. Como funcionará?

— Pode ser contraproducente discutir publicamente um acordo de segurança enquanto ainda há negociações em curso. No entanto, já o fizemos. Para que um acordo de segurança beneficie o Belize tem que incluir a Grã-Bretanha. Eles criaram o problema, e é da sua responsabili-

dade manter a nossa segurança interna enquanto o Belize não for independente. É lógico então que sejam parte importante de um novo acordo de segurança. Porém, se as negociações terminarem sem a esperança de lograr uma solução de acordo com a vontade e as aspirações do povo do Belize, então um acordo de segurança pode solucionar o problema.

Isto poder-se-ia fazer, em primeiro lugar no marco da Commonwealth. Os chefes de Estado da Comunidade Britânica previram-no na sua conferência de Londres do ano passado. Oito países da Commonwealth foram designados para tratar de encontrar um acordo segundo este objectivo. São eles: o Canadá, a Jamaica, os Barbados, a Guiana e, do outro lado do mundo, a Índia, a Malásia e a Zâmbia. Os britânicos também estariam compreendidos neste acordo proposto.

No entanto, para nós, um acordo de segurança seria mais benéfico se incluísse países do hemisfério ocidental que não



estão na comunidade britânica. Se fosse este o resultado final, então far-se-ia no marco das Nações Unidas, já que os países latino-americanos de idioma espanhol não entrariam numa organização chefiada pela Commonwealth. Porém, ainda estamos na etapa de negociações, e por enquanto ainda não existe este acordo.

A OPOSIÇÃO MUDA A SUA POLÍTICA

Acredita que um tratado possa ser assinado antes das próximas eleições gerais no Belize?

— Considerando o tempo e as divisões existentes no seio da Assembleia Nacional, não creio que seja possível. Teremos que esperar até ao fim do nosso actual mandato de governo, em Outubro de 1979.

Quando consultámos o eleitorado em 1974, ambos os partidos propunham a independência de Belize. A oposição, porém, mudou a sua política nos últimos meses e fala agora de uma "moratória" da independência de pelo menos dez anos. Isto seria nocivo para o povo belizenho. Não vejo como poderiam as Nações Unidas apoiar uma política de não-independência quando o seu objectivo é a descolonização, nem posso conceber que a Guatemala permaneça ociosa durante "pelo menos" dez, ou vinte, ou trinta anos.

O partido da oposição afirma que o senhor não procurou apoio dos Estados Unidos para a independência do Belize.

Porque razão Washington continua a abster-se de falar desta questão?

— Procurámos esse apoio. Fomos recebidos por duas vezes pelo secretário de Estado, Vance, e três ou quatro vezes por Terence Todman, quando era sub-secretário. Nessas reuniões explicaram-me claramente que os Estados Unidos não apoiavam uma outra solução. Porém, a sua posição não ajuda o povo belizenho. Eles ainda acreditam que não pode haver acordo sem entrega de terras aos guatemaltecos. E enquanto pensarem assim, é razoável deduzir que não serão tão consequentes quanto poderiam sê-lo nas suas pressões sobre a Guatemala para que esqueça este tipo de acordos. x Também não ajuda a sua pretensa neutralidade. Nos factos não é neutral. Se um país reivindica para si outro menor, e a maior nação do mundo é neutral, na realidade está a ajudar o primeiro. Continuaremos com o nosso "lobby" dentro dos Estados Unidos a vários níveis: na administração, no congresso, junto do povo. Procuramos também mudar a sua convicção de que é necessário ceder terras, e que entendam que existe uma contradição entre a sua política de direitos humanos — apreciamos muito que se defenda os direitos humanos — e o seu esquecimento dos direitos do povo belizenho.

Crê que a propaganda anti-comunista terá um efeito decisivo nas próximas eleições gerais, à semelhança do ocorrido nas eleições municipais de Belize City no ano passado?

— Se a verdade se impuser não deveria ter qualquer efeito, porque longe de “disseminar o comunismo”, o PUP está tornando “capitalistas” as pessoas, fazendo-as proprietárias da sua terra e do seu lar. É uma intoxicação da Guatemala dizer que Cuba enviaria tropas para aqui. Pode ser que isso tenha surtido algum efeito nas eleições em Belize City, porque coincidiu com o momento em que Belize logrou o apoio das Nações Unidas com 126 votos a favor. A oposição utilizou esta vitória contra o governo. Como temos este apoio, disseram, seremos independentes de imediato. Virão as tropas cubanas e a Guatemala invadir-nos-ia, e a cidade será um campo de batalha. Isto pode ter assustado algumas pessoas. Mas há indícios de que o povo tomou consciência da mentira, já que passou o tempo sem que nada ocorresse.

PREPARADOS PARA A INDEPENDÊNCIA

É um “boomerang” contra a oposição esta afirmação de que existe influência comunista no nosso governo, como o foi quando disseram que o nosso governo era pro-guatemalteco. A Guatemala acusa-nos de bloquear os acordos que prevêm a cedência de terras, com declarações cáusticas contra o primeiro-ministro e oferendas para a oposição. A bandeira da oposição antes, era que nós estávamos entregando o país à Guatemala. Agora a sua bandeira é de que o estamos entregando a Cuba.

O Vosso país está realmente preparado para a independência?

— Temos estado a construir esta nação durante os últimos vinte e oito anos. Creio que temos uma personalidade internacional. Temos a nossa bandeira, o nosso hino, um nome para o país, que já não é mais o de “Honduras Britânicas”. Não somos britânicos. Não somos hondurenhos. Levamos por diante um programa de reforma agrária, aumentámos a produção de alimentos e estendemos a educação. Estimulámos a procura de energia a tal ponto, que os nossos serviços eléctricos já não podem fazer-lhe face sem um financiamento adicional.

Tudo isso fizemo-lo com uma constituição mal cozinhada, castrada, na qual o governo de Belize é responsável sem ter o



«Temos estado a construir esta nação durante os últimos 28 anos»

controlo sobre as alavancas do poder. Durante dezasseis anos trabalhamos com uma constituição de transição, que não previa um período tão longo. Nela, o governo britânico continua a controlar os mecanismos do poder.

A pesar de tudo isso, com o apoio político do povo, enfrentando as mentiras e a falsa propaganda da oposição, pudémos chegar longe. Agora estamos prontos para a independência por causa da ameaça da Guatemala, um país que já tem suficientes terras e não toma conta convenientemente do seu próprio povo.

Qual é a política agrária do seu governo?

— Já somos autosuficientes nos alimentos básicos e produzimos excedentes de milho, arroz, feijão, verduras de estação, e frutas. Neste momento as bananas estão a apodrecer no chão. Ainda dependemos da importação de farinha, porque não produzimos trigo. Porém, eu diria que os nossos problemas actuais são problemas de progresso. Em função dos avanços no aumento da produção agrícola é que apareceram os novos problemas.

A que atribui estes bons resultados?

— À política da nossa revolução, que começou em 1950. É pacífica, é construtiva, é belizenha. Um dos seus pilares foi a reforma agrária. Reduziu a propriedade dos estrangeiros a 26 por cento de toda a terra. Das terras de propriedade privada, que são menos do que um terço do total, oito por cento estão nas mãos de estrangeiros ou de companhias belizenhas de



Belize City a capital da futura nação centro-americana

propriedade estrangeira. Antes da reforma, áreas muito extensas pertenciam a latifundiários estrangeiros.

Quais os "problemas de progresso" a que se referia?

— A reforma agrária, por exemplo, incrementou a comercialização. Mas continuamos a ter excessos de um lado e carência do outro. Temos carne e exportamo-la para mercados lucrativos de Caribe, da mesma maneira que o peixe, e temos um excesso de aves no mercado. De modo que se não há carne, ou peixe, o povo come frango. Não há fome no país. Não dependemos do exterior para a nossa alimentação básica. A única coisa que não produzimos é a farinha de trigo, mas se estiver a comer "tortilhas", estará a comer um alimento belizenho. A oposição estaria feliz se pudesse dizer que ainda dependemos da importação de alimentos.

TURISMO E PETRÓLEO

À diferença de outros países do Caribe, aqui não encontramos hotéis de luxo. Qual é a política do governo em relação ao turismo?

— A sua observação é correcta. Belize é simultaneamente caribenha e centro-americana, e em muitos aspectos somos diferentes. Quanto ao turismo, vimos os erros dos outros países do Caribe. Investiram muito em turismo e talvez tivessem que fazê-lo, pois só tinham o seu clima a oferecer.

O Belize tem uma grande variedade de recursos, e o turismo não é a nossa prioridade. Entre as nossas prioridades está a reforma agrária, a construção de estradas, a produção agrícola e as infra-estruturas. Porém, ainda há lugar para o turismo. A nossa política é desenvolvê-lo de modo a que não crie problemas no futuro. Problemas de propriedade estrangeira das instalações turísticas, problemas criados pelos casinos que atraem tipos de turistas que não queremos, que poderiam criar danos ao nosso propósito de dar ao povo belizenho a participação na sua terra, a dignidade da sua nacionalidade e a esperança no futuro.

Demos prioridade, então, ao trabalho em pequenos hotéis, que estarão nas mãos de belizenhos. Reconhecemos que há espaço para um grande hotel interna-

belize cional, porém, queremos que seja do tipo apropriado.

Quais as perspectivas do petróleo, das quais tanto se fala?

— Durante muitos anos procurou-se petróleo em Belize, ultimamente no sul, no mar. O facto do programa continuar indica que as companhias petrolíferas, as multinacionais, esperam encontrá-lo. Até ao momento, porém, não há informação de que tenham descoberto petróleo em quantidades comerciais. Creio que conforme o disseram os técnicos mexicanos, há hidrocarbonantes no sob-solo. Porém, a tal profundidade, que os equipamentos convencionais não os atingem. Talvez entre quatro a cinco mil metros.

A busca continua. E creio que há petróleo, porque a PEMEX (empresa estatal mexicana) o encontrou em várias áreas vizinhas a Belize, em Chiapas e Tabasco, e os seus estudos mais recentes mostram que há depósitos que continuam sob o nosso país. Isso, porém, é a minha opinião pessoal, não temos conhecimento de que já se tenha encontrado.

Nesta entrevista, referiu-se várias vezes às dificuldades colocadas pela oposição. Isto poderia travar o acesso de Belize à independência?

— Esperamos que o apoio à nossa causa continue, e que esta divisão existente não afecte o apoio internacional a Belize.

Não desesperamos. Estudamos a História. Estudamos que a revolução nos Estados Unidos foi similar ao que agora acontece aqui. Quarenta e nove por cento queriam continuar a ser uma colónia britânica, mas os cinquenta e um por cento

impuseram-se. De modo que a história nos ensina, que é um desenvolvimento natural, sendo a natureza humana assim como é...

Esperamos que os nossos opositores se esclareçam e compreendam que as suas políticas negativas não estão a ajudar Belize. Estão a dar tempo à Guatemala para tomar não só o Rio Moho, mas todo o país.

Vamos lutar contra isso. Vamos levar por diante esta revolução para fortalecer a esperança e a determinação do povo.

Como será Belize independente?

— O futuro e a sorte de Belize estão intrinsecamente unidos com os dos países do Terceiro Mundo e com a sua luta contra o colonialismo, o racismo, a opressão e toda a forma de exploração; pela paz e pela cooperação mundial, numa nova ordem económica internacional o Belize independente terá uma política de não alinhamento e solicitará o seu ingresso no Movimento dos Países Não-Alinhados. Procurará estabelecer boas relações com os seus vizinhos, com os países das Américas e com todos os países do mundo anantes da paz. No plano social e económico guiar-se-á por políticas que busquem o bem-estar de todo o povo, particularmente a justiça social. Continuará o seu programa de reforma agrária, ampliará a educação, a saúde e outros serviços sociais, assegurará uma justa distribuição da riqueza e construirá uma nova ordem social na qual não haja exploração do homem pelo homem.

8

o difícil adeus ao colonialismo

*Num clima de intrigas criado
por uma oposição sem escrúpulos
os belizenhos prosséguem
a sua luta pela independência*

De Belize, o nosso enviado especial James Clough conta-nos as vicissitudes políticas por que passa o país e as impressões da sua visita, que culminaria com uma entrevista exclusiva

com o Primeiro-Ministro, George Price.

ANTES mesmo do nosso avião aterrar no aeroporto de *Belize City*, a presença militar britânica, claramente perceptível embora camuflada, advertia-nos para os problemas que defronta este pequeno país (o seu tamanho corresponde a metade de S. Salvador, a mais pequena das nações centro-americanas independentes, e a sua população é de apenas 140 mil habitantes). A bandeira britânica, desfraldada juntamente com a de cores branco e azul do Belize, é também testemunho da situação colonial, a última do continente americano, à excepção da Guiana "francesa".

DUAS CAPITAIS DOIS ESPÍRITOS

A própria *Belize City*, antiga capital com cerca de 50 mil habitantes, apresenta todas as características de um típico povoado colonial. Vendo fotografias da cidade nos princípios do século, pouco parece ter mudado até hoje. Evidentemente que existem automóveis em vez de cavalos, e um feíssimo relógio giratório a letras luminosas transmite um anúncio comercial. Mas se se olha a cidade através dos olhos nostálgicos de um turista que procura escapar aos estilos consumistas do século XX, fácil é enamorarmo-nos das belas casas de madeira sustentadas em estacas, com escadas da parte de fora e tetos em placas de ferro ondulado.

A presença britânica na cidade limita-se praticamente à bandeira que ondula sobre a *Central Police Station*. Já que os soldados britânicos estão, na sua grande maioria, concentrados a alguma distância, nas colinas Maya, perto da fronteira com a Guatemala. Mas apesar desta discreção e dos esforços de George Price (Primeiro-Ministro) e do seu *People's United Party* (PUP - Partido Unido do Povo) em fomentar uma consciência nacional e em romper com o colonialismo para assim criar uma nova nação, as atitudes e os malefícios coloniais são, porém, notórios em *Belize City*.

Não é, no entanto, essa a situação em todo o país, e a nova capital, *Belmopan*, sintetiza de algum modo as aspirações em construir uma nova nação. Em 1961 um devastador furacão, acompanhado de gigantescas ondas, destruiu muitas casas e causou vários mortos em *Belize City*. A semi-destruição da capital pela tormenta - ironicamente denominada pelo afectuoso nome de "Hat-tie" - foi uma das razões que motivaram a construção de uma nova capital em *Belmopan*, onde desde 1970 o governo tem a sua sede.

Localizada a uns 80 quilómetros de *Belize City*, no centro do país, *Belmopan* é a única cidade belizenha totalmente construída em cimento armado e tijolo, que constitui uma protecção necessária contra os furacões, naquela região tão frequentes. Física e simbolicamente, tem semelhanças com Brasília - uma mini-Brasília encravada na selva, corporizando a aspira-



ção nacional à independência.

DEFENDENDO AS FRONTEIRAS DO REI

Um dos problemas de *Belmopan* - um problema de progresso, como diria Price - é que até agora não possui qualquer hotel. Decidi, por isso, passar a noite na povoação de *San Ignacio*, a uma hora da capital na direcção da fronteira da Guatemala. O quartel do exército britânico de *Holdfast* encontra-se próximo e no bar do povoado encontrei vários soldados.

Eram todos escoceses, do primeiro batalhão do "King's Own Scottish Borderers" (Guardas fronteiriços escoceses do Rei). Homens corpulentos, de caras rosadas e tatuagens exóticas nos bícepes, todos eles odiando os regulamentos militares que os obrigam a conservar o cabelo curto.

Consumindo grandes quantidades de rum branco belizenho, falavam da Escócia e das suas possibilidades na "Copa do Mundo", ou sobre as vantagens e desvantagens de manter relações sexuais com as mulheres locais e o consequente remorso de enganar esposas e noivas que os esperavam na Escócia. Todos

belize estavam aborrecidos e um deles — que por acaso não estava bêbado — chegou a dizer-me que apesar do conflito ser muito mais “quente”, preferiria estar na Irlanda do Norte a lutar contra o IRA.

COMBATE AO COLONIALISMO

Existem dois partidos políticos no país. O PUP, no governo, e o *United Democratic Party* (UDP — Partido Democrático Unido) na oposição.

O PUP foi fundado em 1950, actuando tanto na União Geral de Trabalhadores como no Comité Popular. Desde a sua criação, foi o único partido a combater consequentemente o colonialismo. Em 1954, o PUP organizou a campanha a favor do direito de voto de todos os adultos, que veio finalmente a conquistar.

O autogoverno interno foi conseguido em 1963, também depois de uma longa campanha dirigida por Price e pelo seu partido. Desde então o PUP tem sido o partido governante e George Price o Primeiro-Ministro. Price continuou a dirigir a resistência ao colonialismo e à deslealdade britânica, que por mais de uma vez ameaçou ceder o país à Guatemala. O objectivo da sua luta actual é a independência total do seu país e a salvaguarda da sua integridade territorial.

A UDP é de recente formação. Conjugando um oportunismo vergonhoso e uma deliberada estimulação da mentalidade colonial com a crítica exagerada de certas deficiências do governo de Price, este par-

tido conseguiu uma posição que hoje o converte numa ameaça real, não só ao governo mas também às esperanças independentistas.

AINDA FALAM DE “HONDURAS BRITÂNICAS”

Em Dezembro do ano passado celebraram-se eleições em Belize City para designar um novo conselho, tendo a UDP conquistado todos os nove lugares em disputa. Dean Lindo, líder deste partido, acusa abertamente Price de ser

um agente da Guatemala. O que não deixa de ser irónico e cínico, já que basta escutar uma vez a Rádio guatemalteca *Mopan* para ouvir como a propaganda de Lindo é utilizada para atacar o governo de Price. A UDP faz todo o possível para alimentar uma ideologia colonial pró-britânica, e inclusivamente muitos dos seguidores de Dean Lindo negam-se a utilizar o nome do país, continuando-o a designar por “Honduras Britânicas”.

No Belize a religião joga um papel importante na vida quotidiana. Todos os





As crianças de Belize: futuros cidadãos de uma nação independente

domingos as igrejas enchem-se a tal ponto que muitos fiéis têm de permanecer de pé, e em algumas aldeias, parece mesmo que existem tantas igrejas como casas. Lindo explora este sentimento com um estilo que parece decalcado do anticomunismo de McCarthy. Um editorial do *The Beacon*, órgão central da UDP, por exemplo, afirma: "Fidel de Castro, à semelhança de um dos nossos governantes comunistas? Era um crente fervoroso... até que tomou o poder. Um dos seus primeiros actos foi encerrar todas as igrejas." A mentira é grosseira, mas esta política de estimular velhos temores parece ter-lhe dado resulta-

do. É incontestável que após duas décadas de governo de um só partido qualquer programa eleitoral que reclame alterações, por apolítico que seja ("Price tem que sair", proclama a UDP) terá sempre algum apoio. Estes factores, juntamente com a deterioração da electricidade e de outros serviços na ex-capital e a pouco escrupulosa utilização do tema da independência por parte da oposição causaram a derrota do PUP em Belize City. Durante uma entrevista aos *Cadernos do Terceiro Mundo*, Dean Lindo deixou bem clara a sua posição: "O estatuto colonial não é assim tão mau. Não me oponho à condição colonial." Recentemente, o seu partido afirmou que se

chegasse ao poder haveria uma "moratória da independência" durante "pelo menos dez anos". Toda a acção política de Lindo se destina a sabotar anos de trabalho de Price e do seu partido pela independência e pela identidade nacional. Esta controvérsia será o grande tema das eleições gerais do próximo ano.

UM FUTURO INCERTO

O futuro imediato de Belize é incerto. O novo governo guatemalteco insiste na sua política de reclamar a soberania sobre o país, e o recém vice-presidente, Francisco Villagrán Kramer, já afirmou em Washington que uma declaração unilateral de independência



"obrigar-nos-á a utilizar as nossas forças armadas". Nas negociações com a Grã-Bretanha, a Guatemala mostra-se disposta a aceitar a independência, mas reclama em troca uma porção pequena, porém importante, do sul de Belize.

Londres gostaria de "calar" a Guatemala desta forma, já que enquanto Belize for uma colônia britânica ela é responsável pela sua defesa. E a manutenção de um esquadrão de caças e um importante contingente de soldados britânicos no país representa um gasto adicional para a débil economia inglesa.

Porém, o governo de Price resistiu firmemente a todas as pressões nesse sentido, repetindo por mais de uma vez que nenhum acordo com a Guatemala é possível se tal implica a secessão de território ou a alienação da soberania belizenha.

A Guatemala, por sua vez, encontra-se cada vez mais isolada internacionalmente no que respeita à sua reivindicação. Na última votação realizada nas Nações Unidas a este res-

peito só apenas cinco países se pronunciaram contra o direito de Belize à autodeterminação, todos eles ditaduras militares centro e sul-americanas.

UM ACORDO COM KENNEDY

Neste contexto, a abstenção dos Estados Unidos na ONU é interpretada por Price como um apoio à Guatemala. Esta atitude não é nova, e num livro escrito pelo general Miguel Ydígoras Fuentes, este revela que quando foi presidente da Guatemala fez um acordo secreto em relação a este problema com a administração Kennedy. A troca da utilização da Guatemala como um dos pontos donde partiu a tentativa de invasão de Cuba em Playa Girón (1961), Fuentes impôs uma condição: que os Estados Unidos apoiariam a pretensão guatemalteca sobre Belize.

Para além deste acordo, que Washington nunca reconheceu publicamente, embora nunca o tenha desmentido até ao momento, as grandes multinacionais

norte-americanas, que possuem importante participação na economia guatemalteca, temem que uma tomada de posição do seu país favorável a Belize lhes retire o apoio governamental guatemalteco e lhes venha a criar problemas nas suas plantações de bananas.

A estes factores junta-se-lhes um outro que recentemente ganhou notoriedade pública: um consórcio norte-americano teria obtido — segundo informações jornalísticas — uma concessão para construir um "canal seco" através da Guatemala, unindo o Atlântico e o Pacífico com um oleoduto capaz de competir com o Canal do Panamá. Os interesses norte-americanos na Guatemala parecem assim aumentar ainda mais, o que torna improvável que Washington altere a sua posição em relação a Belize.

O que se passará então? Como explicou Price aos *Cadernos do Terceiro Mundo*, se um acordo negociado é impossível, um acordo internacional de segurança é a única alternativa para garantir a independência belizenha. O apoio popular de que goza o governo do PUP, que possui actualmente 13 dos 18 lugares na Câmara de Representantes, é uma sólida base para concretizar uma solução estável deste tipo. Belize pode libertar-se definitivamente do colonialismo e obter a tão esperada independência, se o povo belizenho se unir em apoio do seu Primeiro-Ministro e repudiar com firmeza as táticas confusionistas da oposição.

James Clough

GUATEMALA

24 anos de guerra civil



A luta iniciada em 1954 ainda não terminou.

*Ainda que o povo se encontre
há muitos anos numa situação terrível
as recentes mobilizações de massas
mostram que não foi esmagado.*

*Guilherme Toriello, antigo ministro
do governo popular de Jacobo Arbenz
— derrubado pela CIA em 1954 —
fala aos Cadernos do Terceiro Mundo*

Ramón Colombo

Mais de 60 mil mortos, sobre cujas ossadas se instalou o poder das multinacionais norte-americanas, que sugam implacavelmente as riquezas do país, este é o resultado de 24 anos de "democracia representativa" de estilo militar.

Falamos da Guatemala. O seu nome é sinónimo da tragédia dos povos da América Latina e das suas lutas pela libertação, pela recuperação absoluta da sua soberania num processo cujo capítulo final já está em marcha.

Guillermo Toriello, Primeiro-Ministro do governo popular de Jacobo Arbenz e uma das mais destacadas figuras daquela esperança fracassada (que se iniciou no dia 20 de Outubro de 1944 e terminou dez anos depois); um diplomata que representara no seu tempo a dignidade da América Latina frente à prepotência imperialista, fala para os **Cadernos do Terceiro Mundo** sobre o momento vivido pelo seu povo e as suas perspectivas de solução.

Entrevistado em Cuernavaca, México, onde reside na qualidade de exilado desde a queda do governo nacionalista de Arbens, Toriello oferece-nos o seguinte testemunho:

A REVOLUÇÃO DE 54

Em 1954, os Estados Unidos intervieram na Guatemala para terminar com a revolução democrático-burguesa que se havia iniciado dez anos antes e cujos objectivos essenciais eram a melhoria da situação do



Guillermo Toriello, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Jacobo Arbenz

povo, inclusive criando um sistema capitalista moderno para sair do atraso semi-feudal e semi-colonial.

A revolução tinha de ser, neste caso, nacionalista e anti-imperialista. Nós combatemos três monopólios multinacionais estabelecidos no país: a **Electric Bond and Share**, a **International Railroad of Central America** e a **United Fruit Company** que exploravam as comunicações internacionais, os transportes e a exportação de bananas.

Então, os Estados Unidos, partindo de uma falsa propaganda de que o governo de Arbenz era comunista — não o era — desencadearam uma enorme agressão contra a Guatemala em todos os aspectos. Primeiro no campo diplomático, no qual fracassaram apesar de que o então Secretário de Estado norte-americano, o tristemente famoso John Foster Dulles ter logrado em Caracas a aprovação de uma resolução permitindo a intervenção colectiva em qualquer país que pudesse ser "infiltrado pelo comunismo".

Logo se levou a cabo a

agressão através de Honduras, com o apoio de Trujillo de São Domingos, Somoza da Nicarágua e os governos de El Salvador e Panamá.

Mas os Estados Unidos não procuraram, na realidade, erradicar um inexistente perigo comunista, mas derrubar um governo nacionalista que consideravam um mau exemplo para a América Latina.

Ao destruir a revolução guatemalteca ou travar o seu desenvolvimento da forma mais violenta, criaram um sistema fascista na Guatemala, o primeiro na América Latina dirigido por militares. Assim impuseram um traidor "yankimalteco" chamado Carlos Castillo Armas. Desde então todos os governos militares têm estado ao serviço dos interesses norte-americanos.

Não cabem dúvidas de que a revolução guatemalteca foi a última revolução democrático-burguesa deste continente, porque as do futuro não poderão ser senão socialistas.

Os Estados Unidos necessitavam, para poder exercer o domínio absoluto da Guatemala, primeiro a submissão do exército que se converteu em força de ocupação do seu próprio povo.

Washington logrou o controlo do exército através de um grupo de oficiais traidores. Porém nem todos os militares aceitam esta situação. Muitos estão inconformados, mas a estrutura vertical destes exércitos fascistas é muito difícil para que possam expressar-se e lutar contra a ignomínia.

Depois disso, os Estados Unidos organizaram um sistema eleitoral aparente-



«A vitória gloriosa», mural de Diego Rivera sobre a intervenção imperialista na Guatemala. Mostra o aperto de mão entre o ditador Castillo Armas e o seu amo John Foster Dulles.

mente democrático (falso, na medida em que a sua embaixada tem sido sempre o grande eleitor), para levar ao governo quase sempre figuras militares.

MILITARES E MULTINA- CIONAIS

Durante estes 24 anos que decorreram desde a queda de Arbenz, a Guatemala tem sido governada

por regimes militares. Só um civil — Júlio César Méndez Montenegro — chegou à presidência; porém previamente submeteu-se a um pacto vergonhoso, que consta histórica e publicamente, do controlo dos militares. Durante o seu governo desencadeou-se a maior onda de repressão dos últimos anos, quando surgiu a guerrilha na Guatemala.

Os altos chefes militares, à sombra deste sistema recolhem as migalhas que lhes deixam as multinacionais para enriquecerem e poderem viver uma existência da grande luxo no qual gozam de grandes benefícios.

Os militares criaram, inclusivamente, o seu próprio banco do Exército; podem importar tudo o que querem e fazem contrabando

com todo tipo de mercado-ria competindo deslealmente com o comércio organizado.

Para consolidar o seu poder, não só na Guatemala como em toda a América Central, os Estados Unidos criaram uma "entente" de militares de todos os países da área, chamada Conselho de Defesa da América Central (CONDECA), dirigido directamente pelo Pentágono.

Só a Costa Rica e as Honduras, apesar da forte pressão exercida contra os seus governos se mantiveram de certa forma à margem desta estrutura militar imperialista.

Uma das acções típicas do CONDECA deu-se em El Salvador, há três ou quatro anos quando venceu as eleições o candidato da oposição com o apoio do povo e de um sector militar, o Pentágono ordenou a interferência na posse do governo eleito, que sustentava ideias bastante progressistas e democráticas.

Foi assim que a Nicarágua e as Honduras bombardearam duas guarnições militares que estavam nas mãos dos "rebeldes" até lograr a sua rendição e impuseram desta forma o governante que era do seu agrado.

DE MAMA YUNAI AOS TEMPOS MODERNOS

Existe uma diferença de tipo histórico entre o modelo dos investimentos multinacionais prévias a 1944 e as posteriores à queda de Arbenz.

Quando no princípio do século chegou à Guatemala a United Fruit Company para estabelecer o seu im-

pério bananeiro, o país era governado por uma terrível ditadura chefiada por Manuel Estrada Cabrera, quem exerceu a presidência durante 22 anos.

Estrada Cabrera era intocável precisamente porque as grandes concessões que deu à United Fruit e a outras empresas multinacionais lhe permitiram exercer o poder de forma vitalícia.

Este ditador concedeu enormes concessões às multinacionais. Entre elas as dos portos e caminhos de ferro que eram de 99 anos e terminariam no ano 2009!

A revolução de Outubro de 44, que se inicia com o governo de Juan José Arévalo, estabeleceu uma constituição altamente nacionalista, na qual pela primeira vez se consagrava que no país não se poderiam fazer concessões como as anteriores; que o subsolo e as riquezas eram propriedade da nação; que a exploração do subsolo seria feita na base de uma participação prioritária do Estado e do capital privado nacional, para garantir que esses recursos não fossem utilizados contra os interesses nacionais.

A primeira coisa que fez Castillo Armas foi anular a Constituição da República para voltar ao antigo status.

Outra conquista anulada pelo governo fascista de Armas foi a reforma agrária, um dos passos mais importantes da Revolução. Devolveu as terras expropriadas aos latifundiários e naturalmente à United Fruit Company, restituindo-lhes o seu antigo poder.

Porém, dentro das novas transformações tecnológicas já não interessava tanto

aos Estados Unidos a exploração da banana, de maneira que a United Fruit Company vendeu todas as suas instalações à companhia Del Monte por 22 milhões de dólares para dedicar-se, em seguida, à exploração da margarina, dos têxteis, dos plásticos e assim dispõe em toda a América Central de uma série de empresas subsidiárias.

A nova penetração levava-se a cabo mediante outro estilo com outros objectivos. Os militares abriram totalmente as comportas do saque sob o pretexto de que "o investimento estrangeiro é altamente benéfico para o país". Nestas condições, deixaram entrar, entre outras, duas companhias associadas, a International Niquel Company e a Hanna Mining Company, esta última pertencente ao grupo Morgan.

Estas companhias, com um investimento de 250 milhões de dólares, exploraram uma mina de níquel que lhes oferece grandes vantagens por ser de "céu aberto" o que lhes poupa grandes problemas no processo extractivo.

A jazida de níquel da Guatemala é uma das mais ricas da América Latina, similar à de Cuba que também é de superfície.

A concessão para a exploração do níquel, a cargo deste consórcio internacional foi feita por quarenta anos prorrogáveis. Já não são 99, mas podem vir a ser mais, se é que os militares pensam que o povo lhes vai permitir permanecer este tempo todo no poder.

Entretanto já se descobriram jazidas petrolíferas na Guatemala, ao ponto de Castillo Armas ter concedido concessões à prospecção

e à exploração a mais de 60 companhias de petróleo.

Era tal a extensão territorial concedida para fazerem as perfurações que a Guatemala ia ser "um grande poço" (como o assinalava o próprio Torriello no seu livro *Onde vai a Guatemala?* N. de R.).

Estes planos estiveram sob reserva durante muitos anos, mas agora — diante da situação criada pela OPEP e das dificuldades encontradas pelos Estados Unidos que já não podem saquear ao seu bel-prazer o petróleo das nações árabes — pensa-se que os nossos países são mais "tratáveis". Por isso chegaram recentemente à Guatemala várias companhias petrolíferas, entre elas a Shennandoah, que tem a maior parte das concessões.

O FIM DA OLIGARQUIA TRADICIONAL

Na Guatemala as multinacionais introduziram o mesmo sistema de dominação que em outros países da América Latina, ainda que com algumas variantes. Se no Brasil, por exemplo, os chefes militares passaram a integrar o corpo de accionistas de importantes empresas, constituindo uma classe burguesa *sui generis*, neste país centro-americano não foram directamente incorporados no manejo directo dos investimentos produtivos.

Na Guatemala as multinacionais operam ao seu bel-prazer e, em troca, deixam aos militares o pleno usufruto do aparelho administrativo; relegam-os ao simples papel de "gendarmes" dos grandes investimentos. Para garantir o



usufruto das suas concessões, as multinacionais estimularam uma grande onda de corrupção através do suborno. Inclusivamente, confessaram em alguns casos, como o da empresa Exmibal, que tiveram que dar muito dinheiro a funcionários civis e militares para que fossem aprovados os contratos.

A oligarquia tradicional guatemalteca perdeu força, especialmente no campo dos investimentos porque as multinacionais compraram, à base de pressões, a maioria daquelas indústrias que eram florescentes no país, como a de alimentos.

Durante os últimos anos, 37 companhias guatemaltecas passaram para as mãos do capital estrangeiro.

O AUGES DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

Desde que se instaurou o fascismo, em Junho de 54, desatou-se uma perseguição impiedosa contra todos os

líderes, e os militares golpistas acabaram com as organizações democráticas que existiam no país. Não só ilegalizaram as organizações operárias e camponesas, como proibiram o próprio exercício da política.

Abalada a resitência popular, chegaram ao extremo de legalizar, por exemplo, um código petrolero para favorecer as multinacionais deste ramo, redigido em inglês pelas mesmas empresas beneficiárias. Tiveram que traduzi-lo para o espanhol, muito mal, diga-se de passagem.

O povo não deixou de lutar um só dia, desde o momento em que os militares assaltaram o poder. Desarmada, perseguida, com os seus líderes assassinados, a resistência popular atravessou momentos de crise.

A Guatemala é, indubitavelmente, o país da América Latina onde o genocídio foi o mais selvagem, ao ponto de se calcular entre

guatemala mortos e desaparecidos, uma cifra que chega a quase 60 mil pessoas nestes 24 anos. Só durante os governos de Méndez Montenegro e Arana — segundo estimativas do New York Times e do Time — foram assassinadas 6 mil pessoas. Mas estes são dados oficiais. Calcula-se, porém, que foram assassinados cerca de 15 mil guatemaltecos pela ditadura por razões políticas, sem contar os desaparecidos. Encontraram-se verdadeiros cemitérios clandestinos, como mostras desta horrenda barbárie.

As forças revolucionárias foram decapitadas e dispersas por uma terrível perseguição. Porém foram-se reagrupando. No ano passado foi admirável, e ao mesmo tempo encorajador, ver uma manifestação de 60 mil pessoas levada a cabo quando o exército assassinou dois estudantes. Foi organizada em poucas horas pelo Comité Nacional de Unidade Sindical, pela Federação Autónoma Sindical da Guatemala, pelo Partido Guatemalteco do Trabalho (Partido Comunista), pela Associação dos Estudantes Universitários, os professores e até mesmo os empregados estatais que repudiaram este acto de violência.

Recentemente, por motivo da matança de Panzós, o último massacre perpetrado pelo exército, voltaram a reunir-se, numa demonstração de repúdio a este acto infame, mais de 70 mil pessoas. E não deixaram entrar os camponeses das regiões próximas à capital. O exército proibiu-lhes a entrada.

É evidente que existe uma maior consciencialização com relação à luta de

mocrática e contra a ditadura militar.

A DIVISÃO SINO-SOVIÉTICA.

UM FACTOR NEGATIVO

O reflexo da divisão sino-soviética no campo revolucionário é um dos factores que obstaculizam a busca de uma via definitiva no processo de libertação.

Todos sabemos, e isto é fundamental, que o inimigo principal dos nossos povos é o imperialismo e os seus agentes locais.

As direitas estão perfeitamente unificadas em torno dos seus interesses económicos. Ao contrário, os sectores de esquerda estão divididos, nos seus métodos de acção porque cada um quer actuar de acordo com as suas concepções particulares.

Esta divisão chegou a propiciar graves erros, inclusivamente durante a época guerrilheira, em que houve uma divisão entre Yon Sosa e Turcios Lima, este último muito mais consequente com o movimento revolucionário e aliado das forças marxistas.

Na Guatemala, todavia, perduram divisões deste tipo, mas agora o movimento revolucionário reviu os seus antigos erros e a organização das massas tem uma orientação muito mais positiva e ajustada à realidade.

Ainda não se pode dizer que exista uma consciência plena de todos esses fenómenos e obstáculos, existe bastantes conhecimentos, especialmente ao nível dos líderes, acerca dos grandes erros do passado e está-se a conseguir uma unidade muito mais estreita.

Isto fica demonstrado no facto de que, apesar da repressão e das perseguições constantes, se conseguem reunir grandes movimentações de massa, que só se podem produzir com base na organização.

As organizações revolucionárias fundamentais são o Partido Guatemalteco do Trabalho, que tem sido muito consequente, e apesar de ter sido profundamente golpeado, é a vanguarda da classe operária, como deve ser, de acordo com o seu papel histórico.

O PGT fortaleceu-se, apesar dos enormes crimes cometidos contra a sua direcção, que, num caso único no mundo, foi totalmente decapitada em duas ocasiões.

Quanto às organizações sindicais, existe a FASGUA e o CNUS (Comité Nacional de Unidade Sindical). No que respeita aos movimentos intelectuais e universitários existem a AEU (Associação de Estudantes Universitários), que surgiu em 1920, na luta contra Estrada Cabrera e que logo desempenhou um papel histórico extraordinário na queda da ditadura de Ubico, que abriu caminho à revolução de 20 de Outubro. Assim como o PGT, a AEU voltou a ressurgir com um dinamismo extraordinário, apesar do assassinio e da prisão de muitos dos seus líderes.

Outra força importante é a própria Universidade de San Carlos, que especialmente durante a última década teve uma atitude brilhante na defesa da soberania e na condenação da repressão.

Existe também a Frente Nacional de Unidade Revo-

lucionária, chefiada por Manuel Colón Argueta. Ainda que não tenha podido ser inscrito como partido político (por ser civil) agrupa bastantes elementos democráticos que apoiam a instauração de um clima de liberdades. Colón Argueda representa as aspirações de muitas pessoas dentro de um esquema democrático, amparado no pensamento da burguesia nacionalista.

Essas forças representam um papel sumamente importante no processo revolucionário, do qual são aliadas transitórias.

Quanto aos camponeses, estão a lutar pelo reconhecimento das suas organizações que ressurgem depois de haverem sido esmagadas a sangue e fogo pelos militares. O seu esforço vai dirigido para reintegrar a grande Confederação Camponesa, que foi um dos pilares fundamentais da reforma agrária do governo revolucionário de Jacobo Arbenz.

A BURGUESIA NACIONALISTA NÃO JOGOU O SEU PAPEL

A burguesia nacionalista foi profundamente afectada pelo actual estado de coisas, o seu desenvolvimento foi mutilado, relegado a segundo ou terceiro plano, por isso está em contradição com o imperialismo.

O capital nacional é vítima do processo de monopolização de todas as actividades económicas por parte dos capitais estrangeiros, cuja penetração se estende a todos os resquícios financeiros. Por isso surgiu na burguesia um certo sentimento patriótico, que



ainda que não a leve a fazer parte da revolução, a incorpora momentaneamente ao processo de luta anti-imperialista.

A ABERTURA DE CARTER

O presidente Carter não pode fazer nada. Ele, como indivíduo, não pode transformar um sistema imperialista. E está ao serviço das multinacionais. E ainda que não estivesse, este homem sozinho não pode fazer nada, está sentado sobre uma pirâmide formada por interesses multinacionais que pesam milhões de toneladas.

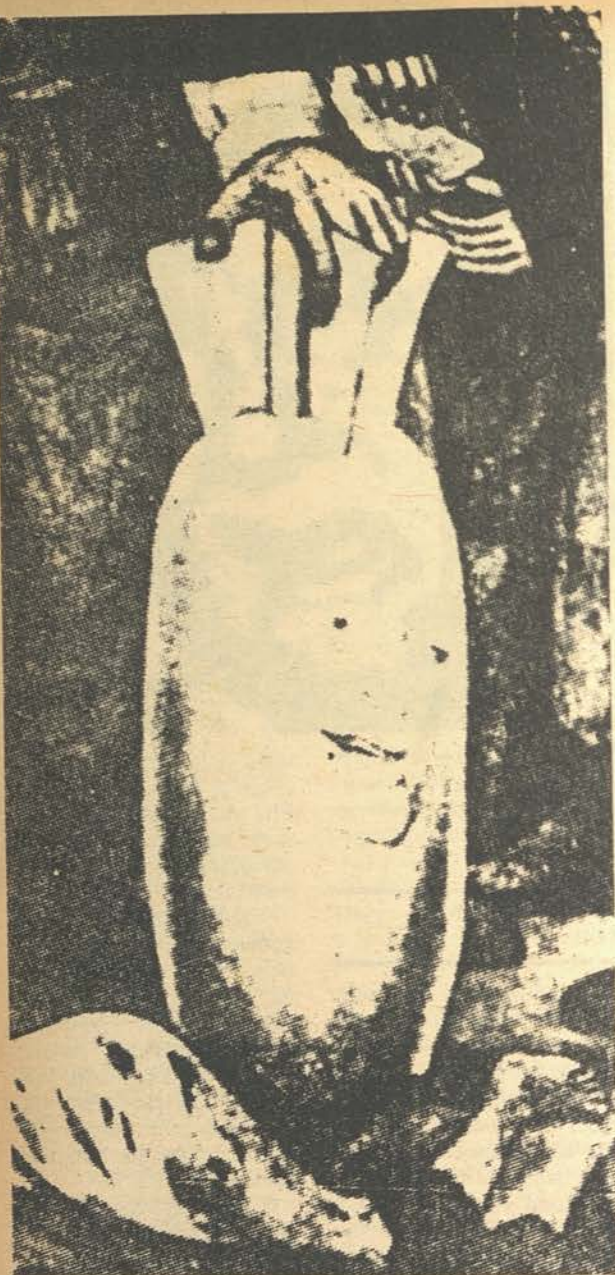
Para movê-la de um lado para o outro, ou transformá-la, é necessária do concurso dos que estão na base, e essa base imperialista por si mesma não quer mudar as suas estruturas. Então Carter não pode fazer

mais nada, além de falar — como já o fez — com a Bíblia numa das mãos e as armas nucleares na outra, ameaçando o mundo de destruição.

Todos os presidentes dos Estados Unidos sempre tratam de fazer uma "doutrina". Assim como houve uma "doutrina" Johnson, uma "doutrina" Nixon, uma "doutrina" Roosevelt, Carter tinha que fazer a sua "doutrina", e ocorreu-lhe fazê-la sobre os "direitos humanos".

Porém, os "direitos humanos" de Carter, estamos a vê-lo, actuam no continente, apoiando e financiando os regimes de Pinochet, de Somoza e a junta militar argentina. Em nenhuma das ditaduras da América Latina houve alguma mudança significativa, apesar da "doutrina Carter".

Poderia até fazer-se uma



frase meio humorística, dizendo que "os direitos humanos de Carter são tão respeitáveis que até respeitam todas as ditaduras", sempre que sejam aliadas dos Estados Unidos.

A abertura democrática

de Carter, particularmente na Guatemala, pretende liberalizar ligeiramente os métodos, travar um pouco os exércitos: "bem, já são muitos os assassínios, muitas as matanças. Deixemos então uma meia aparência

eleitoral; permitimos o jogo eleitoral de candidatos; façam-se algumas pequenas reformas; aumentem-se um pouco os salários..."; para dar a aparência de uma transformação democrática no continente.

Mas as estruturas de opressão não mudarão com base nestas pequenas medidas reformistas.

A GUERRA CIVIL CONTINUA

Na Guatemala há uma guerra civil que começou em 1954 e ainda não terminou, com a desvantagem para o povo que está desarmado, com exceção de alguns grupos que têm armas na mão e fazem certas ações como braço justiceiro desse povo.

A única saída imediata é a organização das massas, e isso está a ser conseguido, felizmente, com base no trabalho realizado pelo PGT e por outras organizações progressistas que se uniram nesta tarefa, compreendendo que frente ao inimigo não podem haver mais do que um bloco de vontades e de decisão.

Por outra parte, os Estados Unidos aplicam a técnica maquiavélica de dividir para governar, como o fizeram em toda a América Latina. Mas custou milhares de mortos chegar à convicção de que só a unidade pode salvar mais vidas.

A médio prazo, creio que tanto na Guatemala como na América Latina, todas essas novas juventudes vão fazer o socialismo e lutar para construí-lo. É uma luta cheia de obstáculos, mas a revolução não poderá ser detida pelo imperialismo.

AFRICA

MAURITÂNIA

a paz ou a guerra?

*O golpe de Estado contra Ould Daddah
poderá contribuir para o fim da guerra do Sahara?*

O derrube do co-responsável

*pela invasão da República Árabe Unida Saharaui Democrática,
por grandes sofrimentos do povo mauritano*

*e pelo virtual colapso da sua economia
permitirá à Mauritânia sair da perigosa engrenagem?*

São perguntas ainda sem resposta...

Mohamed Salem

falta de definições do novo governo da Mauritânia causa apreensões nos meios internacionais, que esperavam dele medidas concretas com vista a terminar a guerra com a República Árabe Saharaui Democrática. As condições em que o actual regime encontrou o país não são, no entanto, propícias para tomar essas decisões, ainda que eventualmente fosse esse o objectivo.

A Mauritânia é hoje um país ocupado por uns doze ou catorze mil soldados de Marrocos e o seu espaço aéreo é permanentemente vi-



Guerrilheiros da Frente Polisário

giado por aviões de guerra franceses. Ainda que a Frente POLISÁRIO tenha decretado o cessar unilateral das operações de guerra e pudesse eventualmente

ajudar os mauritanos a repelir as possíveis represálias militares marroquinas, a verdade é que o estado das tropas nacionais não justificaria o optimismo no que

respeita a uma resistência eficaz aos seus actuais aliados.

Por outro lado, o quadro político interno da Mauritânia não oferece ainda um grau de coesão e unidade capaz de levar por diante o fim da guerra, com a consequente ruptura com Marrocos. O novo governo integra sectores sociais com interesses contraditórios. Há uma acentuada influência dos estratos mais ricos do país que, a partir da viragem direita do presidente Daddah, passaram a exercer pressões de liberalização económica sobre o governo, ao mesmo tempo que ampliavam a sua colaboração com os interesses mineiros estrangeiros instalados no país.

Para além disso, não é certo se o grupo de militares encabeçado pelo tenente-coronel Mustafá Uld Mohamed Salek — cujas tendências ideológicas são contraditórias ou não estão suficientemente definidas para permitir um juízo definitivo — tem realmente o propósito de acabar com a guerra. E quando dizemos acabar com a guerra, referimo-nos naturalmente à procura de uma solução negociada com a Frente POLISÁRIO, aceitando a condição que esta, e a própria realidade, impõe: o reconhecimento da independência da República do Sahara, com a sua consequente integridade territorial.

Existem, no entanto, indícios de uma certa tendência da Junta Militar de Nuakchott a favor da paz. Na sua proclamação, ao assumir o governo, o tenente-coronel Uld Salek declarou: "O Comité de Salvação Nacional (a que ele



Ould Daddah: quem semela ventos colhe tempestades...

preside) está consciente que a guerra é uma das maiores preocupações do povo, e constitui o principal obstáculo à nossa salvação nacional". Prometeu "procurar uma solução em harmonia com os interesses do povo e em acordo com a nação irmã de Marrocos."

Uma paz que atenda às aspirações do povo mauritano e que seja, ao mesmo tempo, concertada de acordo com o governo de Marrocos, não seria decerto fácil de conseguir. Todas as informações e testemunhos sobre as aspirações dos mauritanos coincidem no seu desejo de uma paz que reconheça a independência do Sahara e esta não é, evidentemente, a linha política da monarquia marroquina.

APOIO AO SAHARA

Os estreitos laços de amizade e cooperação entre a Mauritânia e o Sahara têm raízes históricas. Deste princípio que o povo mau-

ritano apoiou a luta da Frente POLISÁRIO a favor da independência. O próprio governo do presidente Uld Daddah esteve mesmo no início a favor dessa solução. É considerável o número de dirigentes polisários que são naturais da Mauritânia. Entre os combatentes saharauis, inclusive a nível de oficiais de alta patente, encontram-se também mauritanos que estão a dar o seu esforço e às vezes a sua própria vida pelo povo árabe irmão.

Mesmo depois do presidente Uld Daddah se ter afastado dos países árabes progressistas, particularmente da Argélia e da Líbia, o apoio aos saharauis continuou a expressar-se através de outros sectores da vida nacional. O Movimento Nacional Democrata (MND) que encabeçou a oposição ao governo anterior sempre reivindicou a identidade cultural, religiosa, histórica e de interesses políticos entre os dois povos, o mauritano e o saharauí, lembrando que só a independência do Sahara permitiria uma cooperação entre ambos.

O MND denunciou o governo de Uld Daddah por haver transformado a Mauritânia num satélite de Marrocos, por haver cortado com a Argélia e por se afastar de muitos povos e governos africanos que reconheceram a Frente POLISÁRIO.

Não subsistem dúvidas de que o povo mauritano assim pensa, mas o problema não se centra aí, mas na capacidade que tenha o novo governo de actuar com independência em relação ao Marrocos e à França. Ambos os países exercem hoje sobre a Mauritânia um



O comboio de minério da linha Zouerat-Nouhadibou, o nó górdio da economia mauritana

amplo domínio económico e militar.

Depois da independência em 1960, a Mauritânia lançava-se a consolidar a sua economia, seguindo o modelo dos países progressistas ou revolucionários de África. As grandes empresas mineiras de ferro e de cobre — que constitui a base económica do país — foram nacionalizadas.

Com a criação do Banco Central e de uma moeda

nacional reduziu-se muito a dependência financeira do sistema bancário neocolonial que de Paris e Dakar controlava as finanças mauritanas.

No campo da política externa, o governo do Presidente Uld Daddah alinhava com o bloco progressista e obtinha da Argélia um sólido apoio aos seus planos de desenvolvimento. Dado o prestígio internacional de que gozava o seu presiden-

te e a solidariedade que despertavam as dramáticas condições económicas do país, a Mauritânia talvez tenha sido o Estado árabe que mais beneficiou da ajuda financeira de outras nações árabes.

Quando os interesses multinacionais do ferro, do cobre e dos fosfatos começaram a pressionar a Mauritânia para que capitulasse ante as suas imposições, o seu governo, com uma fir-

me decisão política, teria estado em boas condições para resistir ao cerco.

Mas Uld Daddah não teve a integridade necessária para manter a sua linha de independência. Trocou uma relação assente no interesse comum dos povos mauritano e argelino por uma aventura belicista de aliança com o Rei Hassan, cujas ambições expansionistas não dão lugar a dúvidas.

UMA ESTRATÉGIA CORRECTA

O resultado dessa mudança, como era previsível, foi nefasto para a Mauritânia. Arruinada pela guerra, a economia do país afundou-se. Os importantes projectos de desenvolvimento, principalmente no campo da produção de alimentos, foram sacrificados às necessidades bélicas. Uld Daddah passou a viajar de capital em capital árabe, pedindo dinheiro, já não para um projecto económico transformador, mas para pagar soldados e armamentos. O país voltou a ser dependente da ajuda francesa (40 por cento do orçamento nacional) e dos empréstimos da Arábia Saudita, que interessada na viragem direitista de Uld Daddah, aumentou a sua cooperação financeira com a Mauritânia, principalmente para a compra de armamentos.

A total deterioração da situação económica, num quadro de crescente repressão política, somou-se ao desastre no campo militar. Através de uma estratégia que hoje se comprova ter sido extremamente correcta e eficaz, a Frente POLI-

SÁRIO concentrou sobre a Mauritânia a sua maior pressão militar. As principais instalações económicas do país foram atacadas e a própria capital, Nuakchott, foi bombardeada sendo o alvo principal nada mais nada menos que o Palácio do governo. No curso destas operações o exército mauritano revelava uma cada vez menor capacidade de luta. Tendo mesmo algumas unidades passado com "armas e bagagens" para as fileiras da POLISÁRIO. Uld Daddah teve que admitir o aumento da presença do exército expedicionário marroquino no seu país. E como este se revelava insuficiente para conter o avanço dos saharauis, teve de aceitar a crescente participação francesa nos combates, sem a qual teria sido impossível deter os polisários. Isto tornou-se particularmente patente durante a última batalha de Zouerat, onde se encontram as grandes jazigas de ferro, que voltaram de novo ao controlo das multinacionais.

A crise política e económica e a desmoralização militar criaram o clima para o golpe. E é evidente que as causas contra as quais se revoltaram os comandos militares terão de ser encontradas na guerra, como o reconheceu o tenente-coronel Uld Salek, novo presidente da Mauritânia.

Entre o reconhecer as origens de uma doença e curá-la, há uma distância apreciável. Tudo indica no entanto que o novo governo militar está a procurar uma solução viável para o problema. Denunciar a aliança imposta por Marro-

cos poderá ser uma meta a médio prazo, quando melhorar a situação política, económica e militar do país. Nas condições actuais seria um convite ao Rei Hassan para destruir o que resta da independência do Estado mauritano e inclusive avançar com o velho plano do "Grande Marrocos" de dividir o país em dois apoderando-se de uma parte (Norte) e entregando o restante ao Senegal.

Se a paz é já uma decisão eventualmente tomada pelo governo de Nuakchott, o fim da guerra e o consequente reconhecimento da República Árabe Saharaui Democrática terá ainda que passar por um longo e complexo período de negociações, nas quais será importante a presença argelina. Há indícios de que algo se está a fazer nesse terreno.

A única coisa que se pode assinalar como um acontecimento definitivo é que a presença do presidente Uld Daddah no governo era insustentável e que a Mauritânia não terá outro caminho que não seja o de procurar uma saída pacífica para este estúpido conflito para o qual o seu governo a arrastou. É possível que pressionados por Marrocos, os militares que tomaram o poder em Nuakchott retardem as decisões necessárias. Mas ser-lhes-á completamente impossível manter a coesão nacional e a operacionalidade do exército quando o sentimento do povo é esmagadoramente favorável à paz e ao reconhecimento da independência do Sahara. E se não é para concretizar essas aspirações, porque razão derubaram Uld Daddah?

NAMÍBIA

o difícil caminho da independência

*No campo de batalha e na mesa das negociações,
sob os auspícios da ONU,
a luta prossegue.
O povo da Namíbia,
ilegalmente ocupada pelo regime racista,
luta pela sua independência e integridade territorial*



Paulo César Braz

A Namíbia, antes conhecida por Sudoeste Africano, é um dos países mais ricos do Mundo, e permanece ainda hoje como objecto de opressão e exploração por parte dos monopólios. Uma população nativa de 752 mil pessoas e perto de 100 mil brancos; vivem sob uma dupla tirania: a dos colonos brancos locais, e a do regime racista-fascista da República Sul-Africana.

A população da Namíbia encontra-se sob o jugo colonial estrangeiro há mais de noventa anos. Em 1884, o país tornou-se colónia do Império Alemão. Um ano mais tarde, a colonização foi oficializada de jure, na Conferência de Berlim, onde as potências europeias partilharam a África entre si. Os imperialistas alemães dominaram o Sudoeste Africano até 1915, ano em que as tropas britânicas e sul-africanas ocuparam, no

namíbia decorrer da Primeira Guerra Mundial, todo o território, fixando-se desde então de facto nesse país, a elite branca da África do Sul.

Foi somente em 1920 que o seu território foi consagrado oficialmente, através do mandato para a administração do Sudoeste Africano, e entregue pela Sociedade das Nações à União Sul-Africana, como domínio da África do Sul.

O mandato, conferido de acordo com o artigo 22 do Pacto da Sociedade das Nações, outorgou ao Estado mandatário plenos poderes legislativos e executivos no território, "como parte constitutiva da União Sul-Africana" prescrevendo-lhe "contribuir por todos os meios para o bem-estar material e moral e para o progresso social dos habitantes do território". Este mesmo artigo definiu a transferência do Sudoeste Africano para a administração da África do Sul como "um dever sagrado da Civilização".

Foi nesse momento que as leis discriminatórias vigentes na África do Sul começaram a ser implantadas no país. A liberdade de deslocamento da população nativa foi restringida. E entrou em vigor a Lei dos Donos e dos Criados. Apenas os cidadãos brancos podiam ser eleitos para a Assembleia Legislativa do Sudoeste Africano, e estabeleceu-se o apartheid.

A QUINTA PROVÍNCIA

Após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas tentou inutilmente, e durante os vinte anos seguintes, convencer a África do Sul para que cumprisse os compromissos

para com a população do Sudoeste Africano, assumidos no mandato. Em 1966, a Assembleia Geral da ONU anulou o mandato conferido pela Sociedade das Nações e concedeu à ONU a responsabilidade por esse território. Em 1967, o Conselho de Segurança confirmou essa decisão. E foi de acordo com a vontade da população do Sudoeste Africano, que o país recebeu oficialmente o nome de Namíbia.

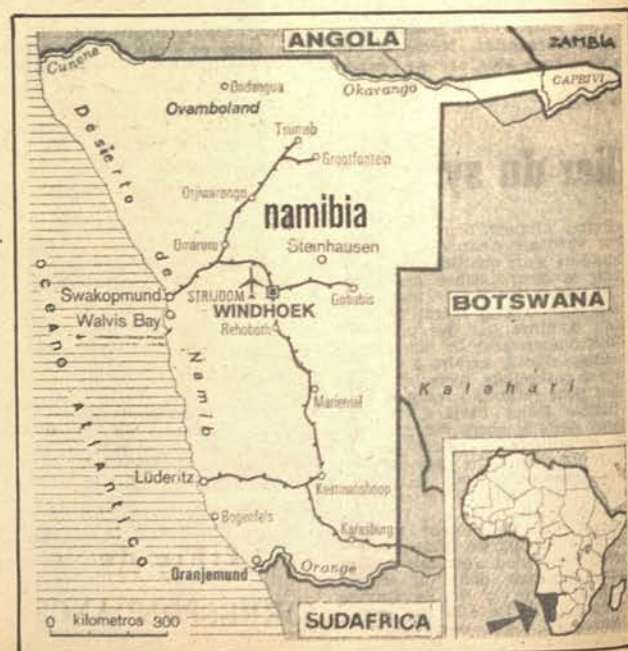
A África do Sul, em confronto directo com essa resolução, continuou a ocupar a Namíbia. E mais ainda, Pretória realiza de jure et facto uma política de integração da Namíbia: o país é governado por um cidadão da África do Sul, e é a população branca quem delega os seus representantes no parlamento do país "protector".

A chamada "linha vermelha" divide a Namíbia em duas desde o século

passado: ao norte encontram-se reservas para os africanos, e ao sul dessa "linha" está situada a "zona policial", que ocupa dois terços do território nacional, e abriga as zonas mais férteis, portos, estradas e as maiores cidades. A residência fixa na "zona policial" só é permitida aos brancos, mas o número de africanos empregados nas granjas, minas e empresas industriais dessa "zona" é muito superior ao dos colonos brancos. Os africanos que tem permissão para trabalhar nessa parte do país vivem em aldeias segregadas ou em regiões separadas das povoações brancas por uma zona-tampão que oscila entre cinquenta e cem metros.

OSAUJI

A Namíbia, é um dos países mais ricos em minérios da África, e produz em





Guerrilheiros da SWAPO: conquistar a independência, garantir a integridade territorial

grande escala urânio, diamantes, cobre, zinco, lítio, cádmio, e outros minérios.

A sua indústria mineira é a quarta maior na África, logo a seguir à África do Sul, ao Zaire e à Zâmbia. Nos últimos anos, dezenas de companhias de vários países ocidentais iniciaram uma intensa e voraz exploração das riquezas nacionais. A economia do país é dominada por companhias sul-africanas, norte-americanas, inglesas, alemãs ocidentais e de outros países capitalistas. Um relatório da Comissão da ONU para a Descolonização, cita dezasseis companhias sul-africanas, onze norte-america-

nas, e três inglesas que nos últimos anos investiram capitais nas indústrias de minas da Namíbia. São os ocupantes sul-africanos que distribuem as licenças para a prospecção e a exploração de minérios.

Mas é o urânio da Namíbia que atrai de maneira especial a atenção das multinacionais. Grandes jazigos desse minério foram descobertos, e realizam-se agora obras de prospecção de novos jazigos, com a participação mesmo de satélites artificiais norte-americanos nesse trabalho. A companhia "Goldfield of South Africa" encontrou urânio perto de Rossing, e o novo

jazigo é agora explorado por um "cartel" internacional liderado pela companhia inglesa "Rio Tinto Zine". Já foram extraídas desse jazigo desde 1976, mais de dez mil toneladas de óxido de urânio. Empresas estatais inglesas, japonesas e sul-africanas concluíram acordos de aquisição a longo prazo da produção da "Rio Tinto", e esperam conseguir da Namíbia 15 por cento das suas necessidades de minério de urânio para os seus consumos de energia e militares.

No que se refere aos diamantes, a sua extração foi totalmente monopolizada pela "Consolidated Dia-

mond Mines", controlada pelo capital inglês e sul-africano. Cerca de um milhão e quinhentos mil quilates de cristais preciosos são extraídos anualmente do solo da Namíbia. Uma pedra preciosa de um quilate vale no mercado internacional, pelo menos, oito mil dólares. Segundo dados disponíveis, a companhia sul-africana "De Birs", especializada também na extração de diamantes, obteve em 1977 um lucro de noventa milhões de dólares na venda de diamantes.

Em amplas proporções são também realizadas a extração e a exportação de vários metais não ferrosos, entre os quais o cobre, o zinco, estanho, chumbo e cádmio, e esta área é controlada pela "Zumed Corporation", onde predomina o capital norte-americano.

Mais de metade das peles de astracã comercializadas no mercado mundial, são produzidas na Namíbia. Estas peles, com um lucro anual superior a vinte e oito milhões de dólares, são exportadas principalmente para a Alemanha Ocidental, Itália, França e Estados Unidos.

O sistema de exploração da Namíbia reserva aos africanos o papel de mão-de-obra barata, em condições de verdadeira escravatura. Segundo o sistema de contratos vigentes, o trabalhador negro não pode mudar de local de trabalho nem reivindicar melhorias nas condições de trabalho. Obrigam-no a trazer sempre uma pulseira especial, que atesta que o seu portador tem um emprego. Findo o prazo do contrato, o trabalhador é mandado logo em seguida de volta para

a sua reserva. Todos os homens com mais de dezoito anos e residentes nnas terras de um agricultor branco, são obrigados a trabalhar para ele.

A greve está totalmente proibida. Um mineiro negro ganha habitualmente entre seis a onze rands mensais, enquanto que um mineiro branco recebe mais de duzentos.

«DIVIDIR PARA REINAR»

O território da Namíbia tem os seus quarenta por cento da sua área divididos em **homelans** ou **bantustões**, sendo o seu número total de onze. O governo da África do Sul, ao aplicar na Namíbia a política da **Bantustanização**, fomenta o tribalismo, utilizando no seu interesse os chefes tribais, que recebem ordenados estatal.

A missão principal dos chefes tribais é o de assegurar o cumprimento das ordens das autoridades brancas. Devem controlar ainda a cobrança dos impostos, fornecer a mão-de-obra, informar as autoridades sobre a presença de pessoas suspeitas no seu território, e impedir "a entrada ilegal de armas" e os encontros realizados para "fins indesejáveis ou ilegítimos". São proibidos aos chefes tribais e dirigentes rurais a realização de actividades políticas, a menos que os próprios racistas o desejem.

As autoridades sul-africanas afirmam que, com o decorrer do tempo, os "bantustões" da Namíbia, tais como os da África do Sul, transformar-se-ão em unidades económicas independentes. Exceptuando a Ovobolândia, cada um dos

"bantustões" da Namíbia é habitado por três a trinta mil pessoas, para as quais o único meio de subsistência é o trabalho escravo em empresas, minas e propriedades da "zona branca".

A NAMÍBIA E A ONU

Depois da Assembleia geral da ONU ter tomado a histórica decisão de retirar à África do Sul o mandato para a administração da Namíbia, foi instituído um conselho da ONU para a Namíbia, composto actualmente por vinte e cinco países membros daquela organização, e autorizado a agir em nome da Assembleia Geral. Este Conselho foi oficialmente investido da responsabilidade pela administração desse território, até à concessão da independência.

Dada a recusa de Pretória em obedecer às decisões da Assembleia Geral e a reconhecer o seu direito em tomar tais decisões, o caso foi levado ao Tribunal Internacional de Haia que, em 1971, tomou por sua vez uma resolução clara e precisa. A resolução contém as conclusões que se seguem, confirmadas posteriormente pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança da ONU:

1. A anulação do mandato pela Assembleia Geral da ONU foi legítima e não precisa da aprovação da África do Sul.

2. Disso se depreende que a contínua presença da África do Sul na Namíbia é ilegítima, devendo a África do Sul retirar-se imediatamente da Namíbia.

3. Os Estados membros da ONU devem reconhecer

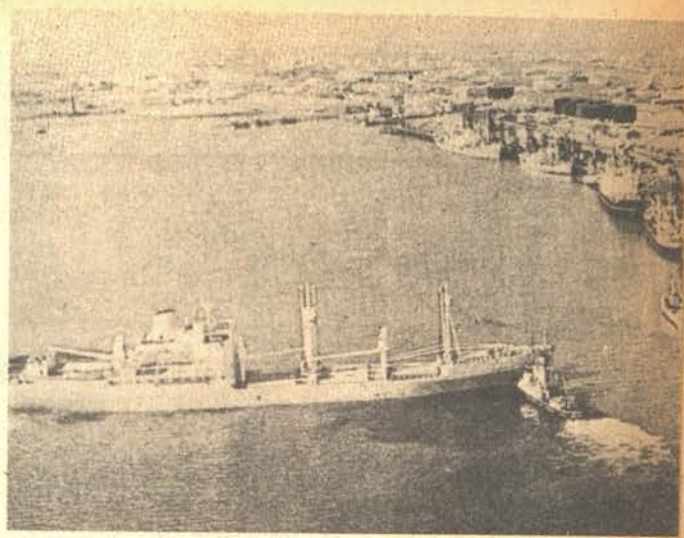
como ilegítima a ocupação realizada pela África do Sul, e devem abster-se de quaisquer actos ou acções que pressuponham o reconhecimento da presença da África do Sul na Namíbia como legítima.

4. De acordo com o artigo 25 da Carta da ONU, os Estados membros da Organização devem obedecer às decisões tomadas pelo Conselho de Segurança, mesmo os que votaram contra.

5. A África do Sul continua responsável por qualquer violação dos direitos do povo da Namíbia.

As resoluções do Tribunal Internacional e do Conselho de Segurança são suficientemente explícitas. A África do Sul deve abdicar de todas as suas pretensões sobre o território da Namíbia, e transferir para a ONU toda a responsabilidade, para que a Organização, por sua vez, organize eleições livres sob a sua própria observação e controlo, e com base no sufrágio universal em todo um território que representa um Estado unificado. Como resultado das eleições, deve ser eleita uma comissão constituinte, que formará um governo provisório e promulgará uma Constituição para a Namíbia.

A ONU insiste ainda em que sejam tomadas uma série de medidas preliminares, entre as quais a amnistia imediata para todos os presos políticos, a liberdade de ir e vir e de reunião de todos os membros da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO - South Western African People Organization), reconhecida tanto pela ONU como pela Organiza-



Walvis Bay: a África do Sul insiste em conservar o único porto de águas profundas da Namíbia

ção da Unidade Africana, como o único representante legítimo do povo da Namíbia.

SWAPO REPRESENTANTE DO POVO

Desde os primeiros dias da colonização, o povo da Namíbia não deixou de lutar nunca contra os invasores. Na segunda metade dos anos cinquenta, ficou clara a premente necessidade de ser criada uma organização política, capaz de dirigir a luta anticolonialista que, até então, era espontânea e isolada. E foi com esse fim que, em 19 de Abril de 1960, foi fundada a SWAPO.

A SWAPO utilizou a princípio métodos pacíficos de luta: manifestações e greves de zelo, embora os racistas as considerassem ilegítimas. Enviou sistematicamente abaixo-assinados às Nações Unidas, visto ser esta a organização que assumia a responsabilidade jurídica pela Namíbia. Mas

tudo foi em vão, porque os países ocidentais membros do Conselho de Segurança opunham-se a quaisquer sanções eficazes em relação à África do Sul. O regime de Pretória recorreu, sem hesitar, às armas, para esmagar o movimento libertador. E a saída, foi a decisão do povo da Namíbia de também pegar em armas.

Segundo afirma Sam Nujoma, presidente da SWAPO, não havia então esperança alguma de que o problema viesse a ser resolvido pela via negociada. E a SWAPO, como movimento de libertação, viu-se obrigada a formar uma organização armada para libertar o país.

Nos últimos anos, os guerrilheiros da SWAPO obtiveram consideráveis êxitos. Realizaram-se operações militares bem sucedidas contra as tropas de ocupação sul-africanas no noroeste, norte e nordeste do país. Por outro lado, a luta armada é acompanhada por movimentos grevistas, manifestações contra o

namíbia apartheid e contra a divisão da Namíbia em bantustões.

A SWAPO é largamente apoiada pelo povo. Jovens, estudantes, operários e camponeses, ingressam nas suas fileiras. A única oposição à SWAPO é o regime racista da África do Sul, apoiado pelo imperialismo internacional que, por intermédio dos racistas locais e dos seus fantoches negros, procura manter o seu domínio colonial, a opressão e a exploração do povo da Namíbia.

A "INDEPENDÊNCIA"

As potências ocidentais e a África do Sul consideram a Namíbia como um posto estratégico avançado em África, e cuja importância veio a aumentar depois da independência de Angola.

Os círculos governamentais de Pretória e os países ocidentais compreendem cada vez mais claramente que os seus planos de transformação da Namíbia numa quinta província da África do Sul, isto é, a sua anexação total, estão condenados ao fracasso. O ascenso do movimento libertador no país, a condenação da política racista pela comunidade internacional e a modificação da correlação de forças no cenário mundial e em África, frustraram a concretização desses desígnios. Os racistas e os seus protectores internacionais viram-se obrigados a procurar novas vias de solução do problema e, evidentemente, de acordo com os seus próprios interesses.

A saída parecia ter sido encontrada quando, em 1975, o governo de Vorster convocou em Windhoek,

centro administrativo da Namíbia, uma conferência com a participação de representantes da minoria racista e chefes tribais coniventes.

Segundo as declarações oficiais, a conferência teve por missão elaborar as condições de concessão da "independência", mas o seu verdadeiro objectivo era impôr ao país um regime subserviente e pró-occidental, através de chefes tribais obedientes e bem-comportados.

Diro Madge, agricultor e dirigente racista, que presidiu às conversações em outra conferência que ficou conhecida como "de Tuenhalle", expressou o seguinte fundamento filosófico (dele):

"É preciso partir dos factos reais. Se os factos reais forem ignorados não se conseguirá encontrar uma solução. E os factos são que as pessoas aqui têm idiomas e costumes diferentes, estatura e cor de pele diferentes; antes da chegada do homem branco, muitos nativos estavam influenciados por desavenças

tribais; os africanos diferem uns dos outros mais que os ingleses dos franceses"

Quer dizer, há pretos maus e pretos maus, mas todos os brancos são iguais e "bons". Uma fina jóia do pensamento reduzido e mesquinho de um racista.

Depois dos países africanos e o Movimento dos Países Não Alinhados terem denunciado a conferência, a diplomacia ocidental entabulou nos bastidores, através do Conselho de Segurança, conversações com Vorster e os participantes de Turnhalle. O Conselho de Segurança, como é sabido, é composto por representantes dos Estados Unidos, da Alemanha Ocidental, da Inglaterra, da França e do Canadá. x Foi ainda o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, que deu início a essas negociações. Durante a sua visita à África, nos meses de Abril e Maio de 1976, proclamou solenemente a intenção do seu governo de lutar pela concessão da independência da Namíbia.



Sam Nujoma,
líder da
SWAPO

Enquanto a imprensa mundial saudava essa "viragem histórica" da política norte-americana, Kissinger organizava em Zurique um encontro com Vorster, na presença do general Alexander Haig, comandante-em-chefe das forças da NATO na Europa. Nesse encontro, Kissinger e Vorster chegaram a acordo, no sentido de partilharem as responsabilidades pela transformação da Namíbia em satélite da África do Sul e vassalo do Mundo Ocidental.

A administração Carter também se comprometeu a contribuir para a causa da descolonização e autodeterminação dos povos da África Austral, ao mesmo tempo que organizou uma "missão mediadora".

Nas conferências de Maputo e Lagos, o novo embaixador dos Estados Unidos na ONU, Andrew Young, tentou convencer a SWAPO a renunciar à luta armada, procurando obter dos delegados africanos a renúncia ao apoio prestado a essa luta, a fim de facilitar à "missão" os seus "esforços pacíficos".

MERCENÁRIOS E WALVIS BAY

Dado o embargo imposto pela ONU ao fornecimento de armas à África do Sul, tornou-se necessário para as potências ocidentais arranjar intermediários.

A junta militar de Pinochet prestou-se a esse favor. Mercenários chilenos estão estacionados na base militar de Ondangua (um dos pontos de partida para o massacre de Kassinga), a norte do país, a partir da qual realizam ataques con-

tra os guerrilheiros da SWAPO e semeiam a morte entre a população pacífica. Militares chilenos treinam na mesma região grupos armados da UNITA, organização contra-revolucionária utilizada por Pretória tanto para combater os destacamentos guerrilheiros da SWAPO, como para desestabilizar a situação em Angola. Foram mesmo localizadas as presenças de contra-revolucionários cubanos, os conhecidos "gusanos", treinados e apetrechados pela CIA e congêneres.

Mas no Outono do ano passado, o regime vorstiano resolveu anexar também Walvis Bay, o único porto de importância da Namíbia, colocando-o sob administração das autoridades da província do Cabo.

Mais uma vez, estas acções anexionistas de Pretória foram condenadas pelo Conselho da Onu para a Namíbia que, nos últimos dias de Março deste ano, reuniu em Lusaka, capital da Zâmbia. A resolução do Conselho aponta que a anexação de Walvis Bay constitui um acto de agressão contra o povo da Namíbia.

UM PROGRAMA DE LUTA

A atitude da SWAPO para com a situação da Namíbia e a solução do problema do País não admite duas interpretações diferentes. A Organização do Povo do Sudoeste Africano pode aceitar a proposta das potências ocidentais de cessar a luta armada, desde que a África do Sul retire todas as suas tropas da Namíbia antes do início da campanha eleitoral.

Na opinião da SWAPO, as Forças Armadas da África do Sul devem ser substituídas por forças enviadas pelas Nações Unidas para manterem a paz. A SWAPO exige ainda a dissolução da polícia sul-africana e das formações para-militares no território. Todas as acções da actual administração provisória devem ser aprovadas pelo Secretário Geral da ONU.

A Organização insiste ainda em que sejam libertados todos os presos políticos mantidos nos cárceres da África do Sul e da Namíbia. A Organização do Povo do Sudoeste Africano opõe-se às tentativas para a anexação de Walvis Bay, e jamais concordará em ceder um palmo do território nacional aos racistas da África do Sul.

Actualmente, a tarefa principal da SWAPO é liquidar o domínio colonial-fascista-racista da África do Sul, e obter uma verdadeira independência nacional. O cumprimento dessa tarefa será seguido de uma reorganização económica e social do país, para que todos os recursos da Namíbia sejam protegidos e utilizados em benefício de todo o povo.

Não haverá mais exploração económica do povo da Namíbia pelos monopólios estrangeiros, nem o domínio das multinacionais.

A SWAPO luta pela criação de um governo popular que sirva todos os habitantes da Namíbia, independentemente da cor da sua pele, da sua raça, da sua religião, ou da sua nacionalidade.

É esse o seu Programa de Luta.

MEDIO ORIENTE

PALESTINA: a luta fratricida



A sangrenta vendetta entre a OLP e as facções pró-iraquianas da «Frente de Rejeição» prejudica gravemente a causa palestina e a causa árabe.

A condenação do fratricídio deve ser acompanhada de uma rigorosa análise política das raízes deste drama

Marcelo Dias

DE Beirute à Paris, de Trípoli a Karachi, de Londres a Sidon, mais uma tragédia se abateu sobre a causa palestina e o Mundo Árabe em geral. Nos campos de refugiados no Líbano e nos bairros diplomáticos de Paris e Londres uma sangrenta "vendetta" confrontou a direção da OLP e os sectores maioritários da organização Al Fatah aos núcleos pro-iraquianos da chamada "Frente da Rejeição".

O conflito — latente desde 1974 quando da cisão do então representante da OLP em Bagdad, Abu Nidal — degenerou em guerra aberta a partir do início deste ano.

Em Janeiro, o representante da OLP em Londres, Said Hammani, foi assassinado. No primeiro momento pensou-se que à semelhança do ocorrido em 73 com Mahmud Hamchari, embaixador palestino em Paris, o crime fora praticado pelo "Mossad", o implacável serviço secreto de Israel.

Logo porém se constatou que desta vez se tratava de algo ainda mais grave: o início de uma guerra fratricida entre palestinos e entre árabes.

A invasão do sul do Líbano por Israel provocou uma pausa momentânea nesta guerra surda mas, logo, forneceu mais combustível. Com efeito, a atitude a adoptar face às forças da ONU estacionadas na região tornou-se um novo e particularmente explosivo "pomo da discórdia" entre a OLP e a Frente da Rejeição.

Embora militarmente numa situação difícil, depois da invasão, a OLP conseguiu o importante ganho político de se ver reconhecida como interlocutora das Nações Unidas, isso num momento em que a iniciativa de Sadat e o seu abandono da central palestina criava uma perigosíssima ameaça de isolamento internacional. A Frente da Rejeição e, particularmente, as suas facções pró-iraquianas não quiseram aceitar a presença da ONU no sul e multiplicaram as acções de fustigamento contra os "capacetes azuis".

Registaram-se então sangrentos choques entre a Al Fatah — disposta a proteger as forças das Nações Unidas — e os elementos dos grupos pro-iraquianos. Dentro da própria Al Fatah ocorreu uma purga com a prisão de cento e vinte militantes da tendência chefiada por Abu Daud e Naji Alluche, suspeitos de ligações com Abu Nidal.

Este, em meados de Junho ordenou a morte do representante da OLP no Kuwait, Ali Yassine. Cinco dias mais tarde dois partidários de Abu Nidal, presos desde Abril, foram fuzilados. No dia 19 de Julho os escritórios da sua facção em Trípoli, na Líbia, foram atacados causando a morte de dois dos seus representantes.

E a "vendetta" continuou: ataque às embaixadas do Iraque em Londres, Paris e Karachi, denunciadas como bases de operação dos partidários de Abu Nidal, seguidas de represálias dos mesmos contra os escritórios da OLP em Paris e Istambul.

CAI EZEDINE KALLAK

Os ataques às embaixadas do Iraque na Inglaterra, França e Paquistão, bem como um atentado frustrado contra o embaixador de Bagdad no Líbano foram, aparentemente, acções tecnicamente bastante improvisadas e muitos observadores consideram que possivelmente obedeceram mais a uma iniciativa descontrolada dos familiares de Said Hammani, o representante da OLP morto em Londres em Janeiro, do que a uma acção decidida e planeada pela central palestina enquanto tal.

A irmã de Hammani foi presa em Londres e o irmão foi capturado em Paris nas respectivas embaixadas do Iraque. No segundo caso, o palestino foi gravemente ferido por guardas da embaixada, quando já se rendera à polícia francesa, durante um recamboloso episódio que custou a vida a um agente francês e a um dos iraquianos.

As represálias levadas a cabo quase imediatamente pelos partidários de Abu Nidal e, segundo a OLP, pelos serviços secretos de Bagdad, foram fulminantes: em Paris a sede da central palestina, que funciona na sede da Liga Árabe, foi atacada sendo assassinados o representante da OLP na capital francesa Ezedine Kallak e o correspondente da agência Wafa Adnan Hammad.

Em Istambul o escritório local da OLP foi atacado igualmente morrendo três palestinos e um polícia paquistanês.

Com a morte de Kallak a

palestina Palestina perdeu um dos seus mais brilhantes diplomatas, um homem que conquistara numerosas simpatias para a causa palestina e contribuiu muito para o reconhecimento e implantação internacional da OLP.

Pode adivinhar-se, facilmente, o contentamento das forças sionistas que viam no jovem dirigente político um constante obstáculo às tentativas de isolamento internacional do povo palestino. Há poucos meses estes círculos haviam mobilizado todas as suas bases de apoio na França para tentar forçar o encerramento do escritório da OLP em Paris... agora era fechado à granada por outros árabes...

NO LÍBANO

As tragédias de Londres, Paris, Karachi e Istambul coincidiram com violentíssimos choques fratricidas em campos de refugiados do sul e do norte do Líbano, particularmente em Sidon e Beddauí, onde, depois de três dias de luta, os partidários das facções pro-iraquianas da Frente de Rejeição parecem ter sido severamente dizimados pelas forças da Al Fatah.

Todos os actos sangrentos, de parte a parte, merecem a condenação dos amigos da causa palestina e da causa árabe. Prejudicam gravemente a luta comum contra o sionismo e o imperialismo que, conforme é sabido, não se encontram no Médio-Oriente exactamente naquilo que se poderia considerar uma posição de fraqueza. Pelo contrário, estão mais fortes que nunca e a luta fratricida en-

a catástrofe de beirute

No dia 12 de Agosto sucedeu mais uma terrível tragédia na existência do povo palestino: uma bomba fez voar pelos ares um paiol de mais de 250 kg de munição, situado no porão de um edifício de oito andares em Beirute ocidental, junto a um campo palestino.

O edifício onde funcionavam simultaneamente a sede da FLP (Frente de Libertação da Palestina, pró-iraquiana) e um escritório da Al Fatah — mas onde igualmente residiam numerosas famílias palestinas e libanesas — ruiu, soterrando duas centenas de pessoas, das quais pelo menos 175 perderam a vida.

No primeiro momento a imprensa atribuiu o infernal atentado à surda guerra que se lavrava entre a OLP e os sectores pró-iraquianos dos quais faz parte a FLP. O atentado seria segundo essa versão, uma represália pela morte do representante da Central palestina e militante da Al Fatah, Ezedine Kallak, assassinado em Paris.

Logo porém ficou patente que esta primeira hipótese era totalmente inverosímil. A Al Fatah não iria dinamitar um edifício onde funcionavam os seus próprios escritórios — ao preço da vida de dez dos seus militantes e de mais de cem civis — e tinha outros meios para liquidar, se fosse o caso, a FLP.

Coube a Yasser Arafat, em pessoa, desmentir enérgica e categoricamente qualquer participação da OLP ou da Al Fatah no acto e ordenar um severo inquérito. A própria FLP admitiu em comunicado, que apesar da guerra latente, não atribua à corrente maioritária da resistência palestina o atentado que custou a vida de quase 40 dos seus militantes e do qual o seu dirigente Abul Abbas escapou por poucos minutos.

A maioria dos observadores já descartou esta versão.

A quem cabe então a responsabilidade? O sector pró-sírio, especialmente a FPLP (CG) de Ahmed Jibril foi posta em questão, mas igualmente negou a autoria do acto que segundo certos observadores poderia ter, nesta hipótese, a lógica de torpedear supostas negociações secretas em curso entre a Al Fatah e as facções pró-Bagdad, para pôr fim à sangrenta "vendetta".

A hipótese mais provável parece ser a de uma acção do Mossad, o serviço secreto de Israel. Mas enquanto não aparecem as evidências materiais capazes de comprová-la, a explosão do dia 12 continua a semear as piores dúvidas e a alimentar a surda guerra entre progressistas árabes que no dia 17 de Agosto causou mais uma vítima: um diplomata iraquiano abatido em Trípoli.

tre palestinos e entre árabes só faz reforçar-lhes, mais ainda, a posição hegemônica e arrogante.

Esta condenação de todos os actos de violência entre irmãos árabes, venham de onde vierem não deve porém impedir nem substituir uma fria análise das questões políticas em jogo.

Nesta análise dois pontos ocupam um lugar central: a questão da independência palestina face aos regimes árabes e a questão da estratégia a seguir face a Israel.

AS INSEGURANÇAS

A dramaticidade da situação leva a que se digam algumas verdades duras e desagradáveis. Uma delas é de que muitos regimes árabes, quer reacçãoários quer meio-progressistas quer progressistas, cultivam o péssimo hábito de intervir nas questões internas do povo palestino e procuram empurrar numa ou noutra direcção a política da OLP. Mais do que isso, alimentam a criação de organizações, tendências e fracções que estimulam e exacerbam a atomização — já considerável — das organizações palestinas.

A Síria patrocina uma organização, a Saika, em dado momento chegou a tomar armas contra o grosso do povo palestino, no Líbano. O Egipto tenta captar os sectores mais "moderados" da Al Fatah e juntamente com a Jordânia faz o possível para ganhar certos dignatários dos territórios ocupados, em Gaza e na Cisjordânia. A Arábia Saudita apoia estes esforços.

O Iraque, país árabe progressista, que durante muitos anos forneceu uma valiosa ajuda à OLP, passou, a partir de um certo momento, a condicioná-la a concessões políticas e, mais tarde, a apoiar por todos os meios a política aventureira da facção de Abu Nidal, dissidente da Al Fatah além de sustentar mais dois grupúsculos, a FPL de Abou Abas e a FLA, que apesar de periodicamente se guerream entre si recebem ambas apoio de Bagdad.

Povo sem pátria, sem terra, sob ocupação na Cisjordânia, Gaza e no Estado Sionista; refugiado no Líbano; espalhado pelo mundo árabe e, numa diáspora cada vez maior, na Europa e nas Américas; os palestinos foram obrigados, no decorrer das últimas décadas, a sucessivas alianças e a sucessivos conflitos com diferentes países árabes. Ora com a Síria contra a Jordânia, ora com o Iraque e o Egipto contra a Síria, ora de novo com a Síria contra o Egipto.

Os seus aliados mais profundos e talvez os únicos verdadeiramente sinceros foram sempre as massas árabes exploradas e oprimidas. A aliança entre a causa nacional deste povo em armas e a causa social das massas exploradas revelou-se um perigo para os regimes árabes conservadores. Foi a razão do Setembro Negro, de 1970, na Jordânia; e da guerra civil iniciada pela direita marronita no Líbano, em 1975.

Por entre todas estas sucessivas lutas e alianças, massacrados na Jordânia, atacados no Líbano, bombardeados sem cessar por



Ezedine Kallak: uma grave perda para a Palestina

Israel; os palestinos sobreviveram de espingarda em punho lutando sempre, combatendo e negociando pela própria sobrevivência. A OLP tornou-se a direcção política — mundialmente reconhecida — deste povo combatente e a sua liderança. Com os seus acertos e erros, derrotas e vitórias conseguiu, pelo menos, assegurar a sua sobrevivência enquanto povo, a sua autonomia e a sua personalidade própria perante a Nação Árabe, o Mundo e face ao próprio inimigo sionista.

ESTRATÉGIA FRENTE A ISRAEL

É com essa autoridade moral que Yasser Arafat, depois da guerra de 1973, passou a admitir, tacitamente, uma solução de compromisso que não passaria pela esperança da destruição do estado de Israel, mas pela edificação, ao seu lado, de um estado palesti-

niano na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Traição? A "Frente da Rejeição" formou-se precisamente para "rejeitar" esta perspectiva. A perspectiva do pequeno estado mereceu vitupérios do Iraque, da Líbia, de outros regimes árabes — progressistas sim — mas que podem falar com o conforto de quem está instalado na sua própria terra. A uma prudente distância de Israel, diga-se de passagem...

Na verdade Israel é militarmente indestrutível, já não só pelo seu imenso poderio bélico convencional e agora, inclusive, nuclear, mas também porque a que existência é garantida pelos EUA que lhes arma os exércitos bem como pela URSS, a outra superpotência, que em 1948 votou na ONU a favor do nascimento do estado judeu e que tem compromissos tanto explícitos como secretos com os EUA relativamente ao "direito à existência de Israel".

Mas a força do estado sionista provém também de outros factores que, para efeitos de qualquer análise mais séria — sem qualquer prejuízo do comprometimento com a causa palestiniana — devem ser levados em consideração.

Primeiramente, o estado sionista não representa um fenómeno colonial do tipo clássico, nem uma "ocupação estrangeira" do género tradicional. Trata-se negativamente de um país. Um país com todas as características objectivas ainda que tenha os seus fundamentos assentes na criminosa expulsão de todo um povo das suas terras.

A população deste país

que é Israel auto-legitimase ideologicamente através do sionismo e da convicção de que é essa a única solução para o problema judaico, depois de milénios de perseguição anti-semita.

É nesta convicção e na imensa paranóia nacional anti-árabe que se baseia a solidez e o inegável apoio das massas judaicas ao "seu" estado. Um estado capitalista cada vez mais explorador dos trabalhadores, um estado religioso-obscurantista cada vez mais opressor da vida de cada cidadão, um estado racista, expansionista e aliado dos piores regimes do mundo.

Enquanto os dirigentes sionistas tiverem oportunidade de continuar a incutir o medo, a paranóia, o ódio e o racismo anti-árabe nos seus concidadãos, será muito difícil quebrar-se o círculo vicioso.

Mas o que acontecerá quando parcelas significativas da população judaica vierem a convencer-se que os árabes não pretendem "deitá-los ao mar" nem cortar-lhes o pescoço? De que a paz é mais vantajosa do que a guerra e que só pode ser assegurada por uma justa solução do problema palestiniano? De que eventualmente o trabalhador ou o jovem judeu tem mais em comum com um trabalhador ou um jovem árabe, do que com o seu explorador judeu?

UMA SOLUÇÃO A LONGO PRAZO

Um sonho? A coexistência de árabes e judeus numa Palestina unificada laica e democrática é a única solução definitiva realmente justa. Este processo porém

não poderá ser alcançado pela guerra mas pela progressiva união e convergência de interesses entre as massas palestinianas e, pelo menos, um sector importante das massas judaicas.

Noutras palavras: terá que ser um processo pacífico e longo de união entre um estado árabe Palestino previamente construído na Cisjordânia e em Gaza e os sectores populares e democráticos judaicos, cuja configuração enquanto tal, só será possível no quadro da quebra das paranóias de massa, dos condicionalismos e dos reflexos racistas anti-árabes profundamente incrustados na sociedade israelita.

Seja como for, o primeiro passo é sempre aquele que pode ser dado. Se a destruição do estado de Israel nas suas fronteiras de 1967 é impossível, a mesma impossibilidade histórica já não se aplica à criação de um estado palestiniano na Cisjordânia e em Gaza.

É verdade que o Establishment sionista, e tanto os governantes trabalhistas anteriores como o actual governo direitista, se opõem ferozmente a essa solução. A diferença é que, do ponto de vista dos interesses objectivos da população judaica, trata-se não só de uma solução aceitável como da única solução possível.

A causa palestiniana está isolada pela divisão do Mundo Árabe, pela traição de Sadat e pelas manobras do imperialismo. Politicamente sofreu um considerável desgaste em função da política aventureirista e terrorista de certos grupos.

Nesta situação o sector

as organizações da resistência

A Al Fatah é a principal organização palestina e fornece à OLP o grosso dos seus combatentes além de ser maioritária no Cosenho Nacional Palestino. Os seus principais dirigentes são Yasser Arafat, Farouk Khadoumi, Abu Iyad, Abu Jihad e Khaled el Hassan. A sua ideologia pode ser classificada de nacionalista-revolucionária e sofreu uma considerável influência social-nasserista. Existem várias tendências no seu interior (sem contar com a cisão de Abu Nidal). Arafat joga o papel de árbitro e tem o apoio de Khadoumi, Jihad e el Hassan enquanto que Abu Iyad representaria uma tendência mais "dura". O Al Fatah, actualmente, aceita a perspectiva de um estado palestino ao lado de Israel.

A Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) quase sempre aparece como a principal aliada da Al Fatah. Faz parte da OLP e é liderada por Nayef Hawatmeh. Ideologicamente poderia ser classificada de marxista-leninista e mantém boas relações com a URSS. Aparentemente mantém também contactos com o Rakak (PC de Israel) com o qual colabora na Frente Nacional Palestina organismo específico para a actuação nos territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza.

A Saika é a principal organização pró-síria. Expulsa da OLP em 1976 foi readmitida quando da reconciliação OLP-Damasco. É comandada por Zoheir Moshen que obedece à orientação do partido Baas sírio. É militarmente bastante forte mas politicamente a sua audiência é limitada. A outra força geralmente considerada pró-síria é a FPLP (Comando Geral) de Ahmed Jibril, pequena cisão da FPLP de Habache. Além dos seus laços com Damasco a FPLP (CG) parece também manter ligações estreitas com a Líbia.

A Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) de Georges Habache é politicamente a organização mais importante da chamada Frente da Rejeição. O seu líder é um médico de origem cristã. Habache não aceita a tese do estado palestino na Cisjordânia e em Gaza e continua a advogar a destruição militar de Israel e a criação de um estado único, laico em toda Palestina. Ideologicamente a FPLP define-se como marxista-leninista. Foi esta organização que inaugurou a tática dos sequestros de avião e das acções fora do Médio-Oriente. Desde algum tempo porém afirma ter renunciado a estas formas de luta por considerá-las contra-producentes. Mantém relações com o Iraque e com a Líbia mas sem laços de subordinação.

Os grupos pró-iraquianos são: Frente de Libertação Árabe (FLA), a Frente de Libertação Palestina (FLP) que é uma cisão da FPLP (CG), liderada por Abu Abas e o sector dissidente expulso da Al Fatah liderado por Abu Nidal que adopta vários nomes diferentes: Comando Geral de Al Assifa, Setembro Negro, Julho Negro, etc.

A estes grupos pró-iraquianos, todos membros da Frente da Rejeição, agrega-se também uma outra pequena dissidência da FPLP de Habache chefiada por Wadid Haddad, recentemente falecido.



Yasser Arafat



Nayef Hawatmeh



Georges Habache



palestina maioritário da Al Fatah e também a FDPLP (Frente Democrática para a Libertação da Palestina) de Nasser Hawatmeh optaram por colocar o objectivo do estado palestino na Cisjordânia e em Gaza, ao lado de Israel.

Ao contrário do objectivo de destruição de Israel nas suas fronteiras de 67, inviável pelas razões já expostas, esta meta — mais realista — poderia eventualmente ser alcançada por uma política hábil de resistência que lograsse simultaneamente: preservar e ampliar a posição internacional do povo palestino, derrotar as manobras imperialistas, criar uma situação político-militar difícil para os sionistas no interior dos territórios ocupados e ganhar compreensão para a causa palestina junto de certos sectores da população judaica do estado sionista.

Este último objectivo — o mais difícil de todos — não é impossível. Por trás da aparente coesão espartana da população de Israel em torno dos seus dirigentes, existe uma série de intrincadas e potencialmente fortes contradições sociais, culturais e ideológicas. A engrenagem expansionista e belicista e a paranóia colectiva do sionismo permitem ao Establishment israelita manter tapada a panela de pressão. Ainda assim, sobretudo nos últimos tempos, depois da brutal invasão do Líbano, surgiram fenómenos novos como o Movimento pela Paz.

Este movimento extra-parlamentar cuja força parece ser crescente não é algo homogéneo. Uma grande parte dos seus adeptos

concebe a paz nos moldes de um acordo com Sadat e critica Begin e a sua camarilha por serem demasiado intransigentes. Outros sectores porém já vislumbram que mesmo um acordo com Sadat não traria a paz — e muito menos uma paz justa — e que é necessário debruçar-se sobre o aspecto fundamental de todo o conflito no Médio-Oriente: a questão dos direitos do povo palestino.

A OLP estabeleceu, em várias ocasiões, contactos secretos e alguns semi-oficiais com este sector e mantém também uma relação regular com o Rakah, o Partido Comunista de Israel, cuja base é maioritariamente árabe mas que é dirigido por um judeu, Meir Vilner.

Entre os elementos mais activos nestes contactos estavam precisamente Said Hammani e Ezedine Kallak. A violenta pressão da chamada "Frente da Rejeição" dificultou ao extremo o aprofundamento destes contactos e posteriormente provocou a sua interrupção.

O PROBLEMA DOS TERRORISMOS

Outro obstáculo formidável no caminho da gestação de um movimento democrático em Israel é a terrível engrenagem atentado-represália-atentado-represália.

A questão deve ser analisada lucidamente em termos políticos. Em termos morais não existe medida comum entre o grande crime — a expulsão dos palestinos da sua própria terra —, os anos de bombardeios e massacres da popu-

lação civil palestina e os actos de resistência deste povo, mesmo quando assumem formas desesperadas, politicamente questionáveis e de características indisciplinadas.

• Certas acções como a do aeroporto de Lod, de Khiriat Shimoneh ou da estrada Tel Aviv-Haifa por exemplo podem aparecer aos olhos de muitos como condenáveis ataques cegos contra a população civil. Porém, por uma questão de honestidade e sem assumir a sua defesa enquanto tais é necessário reconhecer-se que em matéria de agressões indiscriminadas a civis, estão para as operações israelitas assim como o pequeno artesanato para a grande indústria.

Os "mass-média" ocidentais escandalizam-se com operações como as da estrada Tel Aviv-Haifa e clamam aos céus contra o terrorismo. Para eles atacar israelitas com metralhadoras e granadas é crime. Atacar civis palestinos com artilharia pesada e aviões é normal faz parte da guerra... Viva o terror dos fortes, abaixo o dos fracos...

Na verdade o próprio ex-chefe do estado-maior sionista, gen. Mordechai Gur reconheceu explicitamente que, desde 1948, Israel faz a guerra contra a população civil palestina enquanto tal.

Em termos políticos porém a questão das acções indiscriminadas deve ser vista noutros termos. Os palestinos necessitam hoje mais do que nunca de ganhar simpatias internacionais e compreensão para a sua causa dentro da própria população judaica do estado sionista. Para tanto nada contribue deixar le-

var-se pela engrenagem de terror que só beneficia o sionismo pois fornece-lhe armas políticas e ideológicas e aumenta os sentimentos de medo e paranóia que são o seu principal alimento.

Por outro lado, as acções fora do teatro de operações do Médio-Oriente vem tendo nos últimos anos, repercussões cada vez mais negativas e nocivas à causa palestina. A OLP condena-as há muito tempo, mas certos grupos da Frente da Rejeição, continuam a realizar sequestros de aviões e outros actos altamente condenáveis, quer no plano moral — é inconcebível que se tomem passageiros de avião das mais variadas nacionalidades como reféns indiscriminados — quer no plano político: acções como a de Entebbe e Mogadisho não tiveram outro efeito senão o de fortalecer Israel e estados fortes neopoliciais como a RFA.

Outra acção absurda imputável a estes sectores foi o atentado de Nicósia contra o escritor Youssef Sabai que pôde ser confortavelmente utilizado por Sadat como pretexto para trair e abandonar definitivamente a OLP, que não teve nada a ver com o crime o qual condenou energicamente.

PÔR FIM AO FRATRICÍDIO

A raiz dos confrontos fratricidas entre a OLP e sectores da Frente da Rejeição seria então explicável por estes factores: o problema da autonomia da OLP em relação aos países árabes — inclusivamente os progressistas — o problema da estratégia a seguir em re-



Responder politicamente a difícil situação, eis o grande desafio

lação a Israel e as suas implicações e o problema das formas de luta e das suas repercussões internacionais.

As respostas políticas dadas a estes pontos é que permitem, em última análise um julgamento e um posicionamento em relação às questões de fundo que aparecem muito mal delineadas por entre os lances trágicos da "vendetta" entre a OLP e os grupos pró-iraquianos da Frente da Rejeição.

A situação do Médio-Oriente — submetido nos

últimos anos a uma constante e quase sempre bem sucedida ofensiva imperialista — já é, por si, suficientemente grave para que se possa esperar que as divergências no seio da resistência palestina, e os eventuais contenciosos entre a OLP e regimes árabes progressistas como o iraquiano, possam ser resolvidos de forma lúcida, pacífica e democrática sem convulsões fratricidas que só podem favorecer os inimigos da causa palestina e da causa árabe.

IRÃO

o golpe de 1953

*Há 25 anos a CIA derrubava
o regime progressista
de Mohamed Mossadegh.
A história desta conspiração típica
que levou ao poder absoluto
o Xá Reza Pahlevi*



8

O Primeiro-Ministro do Irão, Mohammed Mossadegh, era um homem obstinado. Chegando ao poder por virtude de uma série de factores imponderáveis que levaram a uma aliança transitória o

partido religioso maçulmano e o ateu Tudeh (de tendência comunista), arvorava a bandeira da redenção nacional frente a quem apontava como inimigo principal: a Grã-Bretanha.

Velho inimigo da raposa

Gregório Selser

Albion, nacionalista fanático e obcecado, a quem os achaques da idade, antigas doenças mal curadas, e a sua aparência histórica

muitas vezes o faziam parecer aos olhos dos observadores estrangeiros como padecendo de um qualquer tipo de paranóia (1).

A sua maior particularidade provinha da sua obsessão — nada paranóica para os seus partidários — de resgatar para o Irão a propriedade e a administração da sua principal riqueza, o petróleo.

Sob o solo iraniano jaziam cerca de 13 por cento, aproximadamente, das reservas petrolíferas mundiais. Em 1947, as estimativas indicavam que metade do petróleo em bruto e do gás natural produzidos no Médio Oriente provinham do Irão. Nesse ano a produção de petróleo bruto elevou-se a mais de 424 mil barris por dia. O usufruto desse mar de hidrocarbonantes pertencia à Anglo-Persian Oil Company.

Segundo registos da época, um dos *slogans* favoritos de Mossadegh era: *"É melhor ser independente e produzir por ano apenas uma tonelada de petróleo, que produzir 32 milhões de toneladas e continuar a ser escravo da Inglaterra."*

Devia ser, evidentemente, um doente incurável. A sua doença, no entanto, era suficientemente compartilhada para ter conseguido, em 1949, que a Anglo-Persian (da qual o governo britânico possuía 52 por cento das acções) acedesse a negociar com o Xá Reza Pahlevi um acordo segundo o qual se obrigava a pagar ao governo entre 25 e 30 por cento dos seus lucros líquidos.

A presença da companhia britânica remontava a 1872, quando o barão Julius Reuter, um alemão

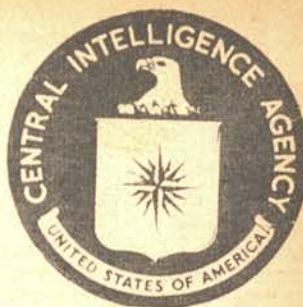
fundador da agência de notícias que ainda hoje usa o seu nome, obteve a concessão inicial para explorar jazigos betuminosos, cuja riqueza real era indeterminada. Com a ajuda de banqueiros e financeiros alemães, Reuter constituiu aquilo que viria a ser a Anglo-Persian Oil Co., ou mais modernamente a Anglo-Iranian Oil Co.

Como informação de interesse acessório deve dizer-se que o famoso escritório de advogados Sullivan e Cromwell, de Nova York, representava legalmente a empresa em litígios internacionais, o que terá sentido, para o leitor que se recorde, que como antigos sócios e colaboradores desse escritório jurídico figuravam os irmãos John Foster Dulles e Allen Welsh Dulles, a quem Eisenhower designaria respectivamente Secretário de Estado e director da Central Intelligence Agency (CIA).

A NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO

Quando estes dois assumiram as suas funções em 1953, o caldeirão quente que era o Irão estava a pontos de rebernar. O convénio de 1949 não tinha sido ratificado pelo Majlis (Parlamento), pelo que ficou sem efeito. A 2 de Maio de 1951, devido às campanhas pela nacionalização levadas a efeito por Mossadegh, o Irão expropriava a indústria de petróleo.

A resposta da empresa britânica consistiu em fechar alguns poços alegando falta de reservas. Mossadegh respondeu por sua vez tomando conta dos poços e fazendo um apelo de com-



preensão ao Primeiro-Ministro britânico, o trabalhista Clement Attlee.

Perante o silêncio com que o apelado desdenhou o pedido, Mossadegh ampliou o pedido de auxílio publicamente para o presidente dos Estados Unidos, então Harry W. Truman, solicitando a sua intervenção, apresentando o problema em termos de urgência nacional e ressaltando que a sua pátria tinha ainda mil quilómetros de fronteira comum com a União Soviética, reafirmando a inquebrantável decisão do seu país de continuar a integrar o chamado bloco "ocidental". Para não restarem dúvidas — ainda que não de uma forma tão pública — Mossadegh ofereceu a Truman a possibilidade de que outras empresas norte-americanas (pequenas ou médias), à excepção da Standard Oil, tomassem por contrato conta da exploração dos poços expropriados.

Truman vacilou algumas semanas antes de se decidir a enviar a Teherão, na qualidade de enviado presidencial e embaixador extraordinário, o seu assessor Averell Harriman, conhecido como hábil "trouble-shooter" (2). *"A nossa mediação — afirma o presidente para afastar suspeitas é no*

Irão *interesse da paz mundial e do bem-estar da Pérsia e do resto do mundo. Não temos interesses egoístas de nenhuma espécie neste assunto*". Harriman é recebido em Teherão a 15 de Julho por sangrentos distúrbios. O povo amotinado grita-lhe: "Traficante de guerra!". A 16 de Julho a contestação aumenta, pelo que é necessário decretar a lei marcial. As tropas patrulham as ruas para impedir o saque de propriedades norte-americanas e inglesas. As diligências de Harriman resultam infrutuosas. O Irão está a ser cada vez mais estrafegado. Sem técnicos, sem reservas, enfrenta a possibilidade de a breve prazo a máquina governamental nem sequer poder estar em condições de dar resposta às mais elementares obrigações económicas, por carência de divisas do único produto exportável que as produzia, o petróleo do qual obtinham 60 por cento dos seus rendimentos.

BOICOTE À GUERRA

Mossadegh resolve desistir, alentado por uma promessa de ajuda de Truman, que seria concretizada antes que terminasse o ano, na forma de 1.6 milhões de dólares, como financiamento a um vago programa de melhoramento técnico rural. Estando como estão os States metidos até ao pescoço na Guerra da Coreia, não se podem permitir empurrar o Irão, por desespero, nos braços da URSS. De todos os modos nem o Xá nem Mossadegh têm outra intenção que continuar do lado da "democracia". O partido da esquerda

25 anos mais tarde...

Por sucessivas vagas, cada vez maiores, o descontentamento popular contra o regime do Xá sai às ruas de dezenas de cidades em todo o país. Desde o início do ano e apesar da terrível repressão, registaram-se, praticamente todas as semanas, manifestações à saída das mesquitas, nos mercados, nas universidades, etc...

Os movimentos democráticos e progressistas que movimentam sobretudo a juventude convergem com o movimento e população de inspiração islâmica que mobiliza amplas massas na luta contra a corrupção, a ocidentalização (diga-se americanização) dos costumes, a falta de respeito pelo povo e pelas suas tradições.

A mais recente onda de manifestações iniciou-se a 22 de Julho com violentos distúrbios na cidade de Meched, lugar santo para o islam, situado a 800 km de Teherão. A polícia do Xá abriu fogo sobre os manifestantes, à saída das mesquitas: 40 mortos, segundo a imprensa ocidental. Os conflitos duraram três dias.

No dia 31 ocorreram importantes manifestações na própria capital de Teherão, novamente uma violentíssima repressão com mortos, feridos e centenas de presos dos quais sessenta e cinco foram enviados aos tribunais de excepção do Xá.

Dez dias mais tarde novos protestos: Isphahan — a capital histórica do país, —, Chiraz, Tabriz, Ahwaz e a capital de Teherão foram sacudidas por manifestações de centenas de milhares de pessoas. A intervenção da polícia e do exército provocou mais de cem mortos. As tropas do Xá, equipadas pelos EUA, cumpriram os direitos humanos a seu modo: disparando rajadas de metelhadora sobre os manifestantes desarmados...

As dezenas de mortos e as centenas de feridos não tiveram aparentemente outro efeito que o de exacerbar a rebelião. Nos dias 13, 14 e 15 de Agosto o povo em revolta saiu novamente às ruas em Teherão, Behbadan, Chiraz, Tabriz, Meched e na cidade santa de Qom.

Além do Xá e do seu regime o alvo privilegiado das palavras de ordem era o imperialismo norte-americano. Com efeito o povo iraniano não esquece quem é o principal sustentáculo da feroz ditadura medieval que o oprime.

A terrível opressão sofrida pelos iranianos, a acção tantas vezes internacionalmente denunciada da SAVAK, a Gestapo de Reza Pahlevi, a repressão desmedida às reclamações populares não impediram o presidente Carter de declarar durante a sua visita a Teherão em Dezembro do ano passado que o Xá "compartilhava plenamente da sua visão sobre os direitos humanos

Tudeh está ilegalizado desde 1949, quando se lhe atribuía a intenção de assassinar o monarca, e o próprio Premier, não tinha pelos soviéticos maior simpatia do que aquela que tinha pelos ingleses.

Estes acentuaram a sua contra-ofensiva em Outubro de 1951, ao encerrar a sua refinaria de Abadão, a maior em todo o mundo. A decisão tinha sobretudo carácter simbólico, já que de todas as maneiras era ínfimo o fluxo de petróleo provindo do sul; mas o objectivo era reclamar a solidariedade — que obtiveram — para generalizar o boicote ao petróleo do Irão até à última tonelada de que falava Mossadegh. Os governos "ocidentais" puseram-se de acordo quanto às medidas restrictivas já adoptadas pelas empresas petrolíferas irmãs da Anglo-Iranian. Era um problema de sobrevivência, pois se a experiência de Mossadegh tivesse êxito, correriam risco todas as concessões de exploração acordadas pelos países subdesenvolvidos.

Em Fevereiro de 1953, assume a presidência o republicano Eisenhower, demasiado ligado à estrutura multinacional do poder para se mostrar benevolente com quem tinha qusado desafiá-la.

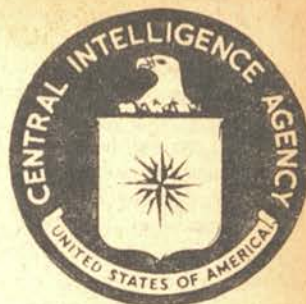
Eisenhower ficou bem impressionado com a visita que lhe fez o Xá Reza Pahlevi em 1951: "Tive a impressão de que seria um bom líder para o seu povo" — escreverá mais tarde —, mas Mossadegh aborrece-o, na sua opinião é um louco. O recém-presidente tinha prometido pôr fim à Guerra da Coreia, o que lhe per-

mitirá jogar com maior à-vontade na cena internacional. Para sua maior satisfação, na Grã-Bretanha o trabalhista Attlee foi substituído pelo conservador Anthony Eden, um amigo seu dos tempos da Segunda Guerra Mundial. Mossadegh, que não é um mau político, adverte que é cada vez menor o espaço em que pode mover as suas cartas. Em Janeiro de 1953, nas vésperas da tomada de posse de Eisenhower, envia a este um telegrama em que o felicita e lhe expressa os seus desejos de ser compreendido e ajudado.

"Durante quase dois anos, o povo iraniano tem sofrido aguda escassez devido a uma companhia inspirada pelo egoísmo e pelo desejo de lucros incalculados do governo britânico, que até agora sempre impediu que o povo iraniano goze dos seus direitos mais naturais e elementares" (3) — expressava na missiva.

Relata Eisenhower que assegurou imediatamente a Mossadegh que até esse momento não se havia envolvido no problema.

Mas nesses mesmos instantes a situação no Irão tendia a um desenlace de consequências imprevisíveis. Em Janeiro o Majlis ratificou por mais um ano os poderes de Mossadegh. No mês seguinte, Mossadegh acusou o Xá de fazer intrigas de conluio com interesses estrangeiros contra a sua pessoa. A rotura era inevitável e, sentindo-se em desvantagem, o monarca anunciou — a 28 de Fevereiro — a sua intenção de abdicar por razões de saúde.



MIRVANI YARISI

A notícia provocou distúrbios em várias cidades onde o Xá contava com adeptos, situação que lhe permitiu a sua resolução de permanecer no poder. Loy Henderson, que havia substituído como embaixador dos Estados Unidos o antibrítânico Henry Grady, procurou fazer aceitar sobre as conturbadas águas uma saída: um consórcio de companhias de petróleo — presumivelmente norte-americanas — substituiria a Anglo-Iranian e adquiriria o petróleo da indústria nacionalizada, tirando assim de permeio o elemento irritativo. A proposta não foi aceite, mas a solução sugerida por Henderson ia ser, finalmente, a que se aplicaria no Irão após a queda do seu obstinado Primeiro-Ministro.

A influência do Xá sobre certos sectores do Exército preocupava Mossadegh, consciente de que sendo a sua base política muito frágil, não seria difícil ao Xá substituí-lo. Para impedi-lo, em Abril o Primeiro-Ministro procurou fazer aprovar pelo Majlis um projecto que o converteria em Comandante Supremo das Forças Armadas em substituição do Xá. O Parlamento negou-se e de novo o

Irão entrou num período de indecisão política, em circunstâncias que agravaram mais ainda a situação socio-econômica.

Tendo em mente a amistosa mensagem que lhe enviara em Janeiro Eisenhower, Mossadegh decidiu-se a escrever-lhe de novo a 28 de Maio:

"A nação iraniana espera que com a ajuda e apoio do governo norte-americano possam suprir-se os obstáculos que existem hoje em dia para a venda do petróleo deste país, e se o governo estado-unidense não puder eliminar tais obstáculos, possa prestar ajuda econômica ao Irão para aproveitar as suas outras fontes de riqueza" (4).

Os pontos chave da mensagem reduziam-se essencialmente a dois: os Estados Unidos deveriam proporcionar urgentemente ajuda financeira ao Irão. Se não o fizesse imediatamente, ocorreriam "graves consequências" internacionais. Aqui Mossadegh cometeu o erro de dar a Eisenhower o justificativo "moral" que este necessitava não só para negar toda a ajuda, como para se sentir em paz com a sua consciência, apoiando qualquer medida para ajudar o simpático monarca a desfazer-se do seu tresloucado Primeiro-Ministro. Mossadegh havia jogado com sorte face a Truman e a Acheson a ameaça de recorrer à URSS como alternativa se o "Ocidente" o deixasse desarmado e desvalido; mas essas fintas não causavam mocha alguma no duríssimo Foster Dulles, cuja mentalidade ultraconservadora convertia em "comunista" a quem quer que fosse que ousasse alte-

rar os nervos da sacrossanta instituição empresarial multinacional.

ALAN DULLES, AMERICANO

Com a sua conhecida falsa ingenuidade, Eisenhower defende nas suas memórias, que se recusou a verter mais dinheiro sobre o Irão só porque o ministro Mossadegh se negava "teimosamente a cooperar para encontrar um acordo com os britânicos". Tinha tomado a decisão logo após o fracasso das mediações do embaixador Loy Henderson. No entanto, nessas mesmas memórias, ainda que muito distantes das páginas que dedica ao Irão, Eisenhower relata que durante uma entrevista que manteve a 30 de Abril de 1953 com o influente senador Robert Taft, "lhe falei dos perigos existentes no Irão e fiz observar que a Europa Ocidental e o petróleo do Médio Oriente não deviam, em nenhuma circunstância,

passar para as mãos do comunismo". A ilação do discurso permite deduzir que já antes de receber a segunda missiva de Mossadegh, já ele o havia colocado no grupo dos dirigentes comunistas, de modo que não teve pressa nenhuma em responder-lhe de volta.

Quando o fez, a 29 de Junho, ou seja um mês mais tarde, a sua resposta era diplomaticamente negativa: "... não seria nobre por parte do nosso governo obrigar os contribuintes a prestar uma considerável ajuda econômica ao Irão enquanto este último país puder obter enormes rendimentos da venda do petróleo e dos seus derivados, se o Irão chegasse a um acordo de compensação mediante o qual pudesse voltar a concorrer em grande escala no mercado do petróleo".

Mais adiante, a carta sugeria que, "no caso do Irão desejar, o governo dos Estados Unidos espera continuar a proporcionar a esse país a sua ajuda técnica e militar sempre numa base igual à do passado ano" (5).

Esta última insinuação não era ciosa. As estimativas da CIA indicavam que apesar de todas as purgas que Mossadegh tinha realizado nas forças armadas iranianas, continuavam a existir redutos chave favoráveis ao Xá. A continuação da assistência "técnica e militar", entre outras coisas, era um método já provado e eficaz para a continuidade de contactos na hierarquia militar e de contra-espionagem.

Como seria revelado muitos anos mais tarde, o método da "desestabilização" de um governo ia ser prova-



Alan Dulles, o "grande patrão" da CIA

do pela primeira vez e a cargo da operação estava um brilhante advogado, Richard McGarrah Helms (6).

Para as instruções que orientariam todo o accionar da CIA — na medida em que transmitiam a ideologia da Guerra Fria — a segurança nacional dos Estados Unidos corria risco tanto se o movimento nacionalista indochino se impusesse aos franceses em Dien Bien Fu, como se a União Soviética se adiantasse na corrida espacial ou atômica, ou se se perdessem no Médio Oriente concessões de petróleo que na sua imensa maioria eram espurias.

No caso do Irão, no momento em que Eisenhower disse que não a Mossadegh, nos fins de Junho, já havia várias semanas que se tinham ordenado à CIA que procedessem sem contemplos para o afastar.

O HOMEM QUE DERRUBOU MOSSADEGH

A 6 de Julho de 1953 entra em território do Irão o homem que derrubaria o odiado Mossadegh: o major Kermit ("Kim") Roosevelt, neto do Presidente Theodore Roosevelt e primo afastado do Presidente Franklin D. Roosevelt. Villers descreve-o como um pouco calvo, de bigode corpulento, cinqüentão e de físico algo mole. Nada fez por passar incógnito, apesar dos serviços de Mossadegh o terem fichado como especialista em questões de Médio Oriente. Apresenta documentos verdadeiros mas tem a sorte do funcionário aduaneiro não escrever o seu nome

mas apenas os traços particulares da face: "cicatriz na maçã esquerda do rosto".

Dias mais tarde, oculto numa casa de Teerão — presumivelmente a embaixada dos Estados Unidos — começa o seu trabalho que, por ideia da CIA, não consistirá em desencadear uma operação militar "mas em organizar e coordenar a resistência a Mossadegh". (7).

Só três pessoas saberão que ele se encontra ali: o general Fazlollah Zahedi, o seu filho Ardechir, amigo de Kermit, e o Xá. Este já se encontrava prevenido de antemão pelo embaixador Henderson, e põe-se de acordo com Zahedi para que daí para a frente não haja contacto mútuo directo mas apenas por interpostas pessoas, para iludir qualquer suspeita do Primeiro-Ministro, o qual após a resposta negativa de Eisenhower se decide por intensificar mais ainda as suas prevenções e levanta as restrições contra o partido Tudeh, que de facto era seu aliado no problema do petróleo.

A 19 de Julho, Mossadegh dissolve o Majlis e convoca novas eleições para 4 de Agosto seguinte. Nas ruas de Teerão fervem as manifestações e contra-manifestações, alternadas com confrontos entre aderentes do Tudeh, a Frente Nacional de Mossadegh e os partidários do Xá. Zahedi conseguiu em pouco tempo formar um grupo secreto civil-militar, e de forma compartimentada Kermit Roosevelt começa a fazer "investimentos" de dinheiro nos sectores mais pobres e marginais da capital. Zahedi e ele chegaram



à conclusão de que o maior obstáculo é a indecisão do Xá, que teme as iras do Primeiro-Ministro e as imprevisíveis reacções dos seus aderentes. Há alguém, porém, que o pode convencer: a irmã gémea, Ashraf, que "pelo brilho dos seus olhos, pela dureza do seu queixo, o carácter, o temperamento e o cérebro, parece um cossaco disfarçado de boneca". (8)

Conhecendo precisamente essa influência e o ódio que lhe tem, Mossadegh exilou-a. A 25 de Julho, a princesa Ashraf regressa ao Irão. Quando o serviço secreto do Primeiro-Ministro se interessa desse facto, já Ashraf se encontrou com o seu irmão, não só para o convencer mas para informá-lo que medidas se estão a adoptar em sua ajuda, fora do país. A 30, regressa — a instâncias de Mossadegh — à sua residência em Genebra, onde por feliz coincidência está a gozar férias o chefe da CIA, Allen Dulles.

"VELHOS AMIGOS"

Então, já Eisenhower tinha chegado à conclusão de que o Primeiro-Ministro iraniano se tinha entregue à URSS, na base de "informações que asseguravam sem margem para dúvidas



O Xá, 25 anos de poder absoluto

que Mossadegh se estava a inclinar cada vez mais para os comunistas". Pior ainda: "Cada dia com mais teimosia, se negava a acabar com as violentas manifestações que tinham lugar nas ruas pelo partido Tudeh. E outra das informações dizia que ansiava por receber vinte milhões de dólares da União Soviética que o ajudaria a manter à tona o Tesouro durante dois ou três meses" (9).

Tremendos delitos. Também Allen Dulles está preocupadíssimo. Apesar de estar de férias, convoca os jornalistas suíços para os informar — a 31 de Julho

— que "o perigo comunista cresce no Irão em proporções extremamente preocupantes". Naquele mesmo dia chega ao Irão Anatoly Lavrentiev, novo embaixador da URSS. O Partido Tudeh sauda-o entusiasticamente e anuncia que apoia a política de Mossadegh. Tudo não passa do terreno das declarações e das esperanças, enquanto que Zahedi e Roosevelt se movem activamente no campo dos factos. A pedido deste último, a 1 de Agosto chega a Teerão o general brigadeiro norte-americano H. Norman Schwartzkopf, ex-chefe da polícia do Estado de New Jersey, que tinha tra-

balhado ao serviço do Xá reorganizando o seu corpo de polícia.

Schwartzkopf falava fluentemente o idioma persa e, para além disso era amigo pessoal do Xá e do general Zahedi. Até semanas antes de ser contratado pela CIA, trabalhava para uma série radiofónica cujo tema era os pistoleiros. Ao chegar a Teerão dirá que só o leva o desejo de "visitar alguns velhos amigos". (10). Diz a verdade, porque visitará o Xá e Zahedi, para de seguida desaparecer.

A 4 de Agosto, as eleições dão a Mossadegh uma maioria esmagadora. Nem a crítica situação económica do país nem os efeitos do bloqueio fizeram com que o povo visse no Primeiro-Ministro um inimigo seu. O Parlamento não oferecerá resistência aos seus projectos.

No entanto, as referências de Mossadegh à União Soviética e a presença nas ruas dos militantes do Tudeh assustam por demais certos sectores militares. O general Gilhensa, comandante da Força Aérea, informa Zahedi que está ao seu serviço e o mesmo fazem os generais Ovesi, Yasdan-Panah e Khatami, e o coronel Nimatollah Mas-siri. A 10 de Agosto, o governo informa que se reatarão as conversações soviético-iranianas. A 11 o Xá e a imperatriz Soraya viajam para a sua residência de descanso em Ramsar, no Mar Cáspio. Sem Mossadegh saber, Reza Pahlevi leva no seu bolso um documento redigido por Zahedi e Roosevelt, no qual se destituiu o Primeiro-Ministro e se nomeia o primeiro des-

tes em sua substituição. No mesmo dia 11 chega a Genebra o embaixador Loy Henderson que desmente que esteja para ocorrer algo de grave no Irão, porque, explica, "de contrário não tomaria a liberdade de tomar estas breves e necessárias férias".

Já são dois os veraneantes em Genebra, Hendersen e Dulles, que se encontram no mesmo dia para conversar sobre as belezas turísticas da Suíça. No dia seguinte, a 12, a princesa Ashraf é convidada a tomar chá com os dois norte-americanos, quem sabe se para conversar sobre o ameno Verão de Genebra, e a 15 estala o primeiro golpe em Teerão.

Tropas da confiança de Zahedi e Gulhensa ocupam pela noite as centrais telefônicas e prendem todos os funcionários do gabinete de Mossadegh que conseguem apanhar. Também ocupam o principal objetivo, o Palácio Real de Mármore Rosa. Mas os serviços secretos do Primeiro-Ministro advertiram-no sobre a iminência de um golpe. Mossadegh de sobreaviso desde as cinco da tarde, tomou algumas precauções e desbarata o complô. Zahedi consegue fugir, deixando generais, coronéis e oficiais de toda a patente à mercê das tropas leais ao Primeiro-Ministro.

Na manhã de 16 de Agosto, Mossadegh anuncia pela rádio o fracasso do *putsch*, e oferece 50 000 reais pela captura de Zahedi. Em Ramsar, já informado pelos seus fiéis, Reza Pahlevi e Soraya, partem de viagem para Bagdad onde o Rei Façal lhes oferece asilo. O Xá, porém, prefere

seguir viagem para Roma enquanto em Teerão manifestantes derrubam a sua estátua e a de seu pai, Reza o Grande. Mossadegh anuncia que o monarca foi destituído e que se recusa a receber o embaixador Henderson, que regressou da Suíça.

A 17 e a 18, Roosevelt e Henderson planeiam a contra-ofensiva, instigando os muçulmanos contra os ateus do Tudeh, que se atreveram a profanar o túmulo de Reza o Grande.

Começam os confrontos nas ruas, enquanto comandantes de guarnições militares do Irão se pronunciam a favor do Xá e dão como válido o decreto real que designa Zahedi para o lugar de Mossadegh.

Andrew Tully, ex-agente da CIA, refere com regosijo que entre 17 e 18 de Agosto "alguém começou a distribuir em Teerão, mais de dez milhões de dólares". (11)

Vinte e cinco anos depois, continua de pé a discussão se foi essa soma ou, como asseguram outros testemunhos, o total não passou de 700 000 dólares ou, na terceira versão, que ascendeu a 19 milhões de dólares. Villiers refere que será o próprio Kermit Roosevelt que entregará "um bom pacote de reais e de toman (o toman vale dez reais) a um jovem atleta impressionante, Chabahan Bimor, alcunhado pelo "sem miolo", um desses líderes de grupos desportivos, "metade apaixonados pela ginástica e metade pela violência, que passam os seus dias nos "Zur-Khaneh", nas casas de força, templos de luta e de jogo, e as suas noites vagueando à



espera de um "golpe" para nele participar" (12). São temíveis pela sua falta de escrúpulos e pela sua força, e Roosevelt promete-lhe uma quantidade maior se em companhia de trezentos ou quatrocentos fortalhões do seu templo" saírem a rua para apoiar o general Zahedi a tomar o poder.

Outra história de Vilhers assegura que a 18 será o próprio Henderson quem distribuirá o equivalente a 400 000 dólares sem taxa nem controlo entre as turbas da "marginália" e do *lumpen* de Teerão, com a única condição de que dêem vivas ao Xá e a Zahedi e mortes a Mossadegh e ao Tudeh. Se se tem em conta que a Eisenhower o preocupava que Mossadegh obtivesse um empréstimo de 20 milhões de dólares da URSS, que tivesse servido ao Tesouro iraniano para fazer frente às suas necessidades durante dois ou três meses, imagine-se o que significaria essa injeção milionária massiva entre a paupérrima população da capital.

O GOLPE FINAL

O operacional estava montado a 19 de Agosto, do modo como relataram outros dois cronistas das façanhas da CIA.

"Na quarta-feira 19, quando o exército percorria a cidade em estado de sítio, uma grotesca procissão abriu caminho ao lado da rua que levava ao centro de Teerão. Havia saltimbancos dando voltas no ar, levantadores de peso erguendo barras de ferro e lutadores mostrando os seus bícepes. Quando os espectadores aumentaram, os estranhos executantes começaram a gritar em uníssono palavras de ordem em favor do Xá. A multidão juntou-se ao ritmo, e por momentos graças à psicologia de massas, esteve contra Mossadegh.

Segundo parece, por meio de sinais previamente estabelecidos, as forças do exército partidárias do Xá iniciaram o ataque. A luta durou nove amargas horas. Ao anoitecer, seguindo à letra a estratégia militar e a arte de transporte e abastecimento de modelo norte-americano, as forças leais acantonaram as forças favoráveis a Mossadegh perto do palácio do Primeiro-Ministro. Que acabaram por se render e Mossadegh foi capturado quando se encontrava a chorar na sua cama, vestido com um pijama de seda às riscas. Enquanto isso, um sobressaltado jovem monarca preparava-se para voltar à sua pátria para instalar Zahedi como Primeiro-Ministro e dar ao Irão um governo pró-Occidental" (13).

Ainda que no relato dos Harkness não se indique entre quem se distribuiu o dinheiro — ainda que sugiram que foram sobretudo os atletas de Chabaham Bimor —, Cook explicará que foram igualmente favorecidos suculentamente os ge-

nerais, políticos e caciques locais.

O método empregar-se-ia com idêntico bom êxito no ano seguinte, na Guatemala, em que os subornados pelos dólares norte-americanos foram importantes comandantes e oficiais das Forças Armadas desse país, muitos dos quais foram posteriormente recompensados com funções governamentais e "tachos" de idêntica natureza.

Mossadegh viveria ainda alguns anos mais, prisioneiro do Xá, o tempo suficiente para assistir à redistribuição da riqueza petrolífera entre as "Sete Irmãs". A britânica Anglo-Iranian teve que se desfazer de cerca de 60 por cento das suas acções, que passaram para as mãos da Gulf Oil, da Standard Oil of New Jersey (hoje Exxon), da Standard Oil of California, da Texas Company e da Socony-Vacuum Mobil Oil. Partes menores couberam à British Petroleum e à Compagnie Française des Pétroles.

O Xá voltaria horas depois para ocupar o seu trono, que até hoje retém, ainda que não sem periódicos sobressaltos. Richard M. Helms continuou a sua brilhante carreira — o da Guatemala em 1954 seria outro troféu para a sua coleção de êxitos —, Schwartzkopf diz-se que já não necessitou de voltar a trabalhar em séries radiofónicas e, por último, Kermit Roosevelt, depois de cumprir outra façanha memorável no Cairo, foi designado director de relações governamentais da Gulf Oil Corporation, da qual em 1960 passou a ser vice-presidente.

(1) Nas suas memórias o Presidente Dwight Eisenhower descreve-o como um "semi-invalído que aparecia amiudadas vezes perante o público vestido de pijama (...) chorando constantemente e agitando ambos os punhos perante a multidão que incitava a expulsar do Irão os britânicos contra ventos e marés".

cf. "Mis años en la Casa Blanca", Primer mandato, 1953-1956". Ed. Bruguera, Barcelona, 1964, p. 177.

(2) Harriman será igualmente enviado, treze anos mais tarde, à Argentina para encontrar uma solução para a nacionalização que o Presidente Arturo Illia decretou para as empresas privadas petrolíferas.

(3) *ibidem*, p. 178.

(4) *ibidem*, p. 179.

(5) *ibidem*, p. 179-180. Também *The New York Times* de 10 de Julho de 1973

(6) Helms, que interviria no ano seguinte para "desestabilizar" o governo da Guatemala, culminaria a sua carreira como director chefe da CIA coadjuvando a derrocada do governo de Unidade Popular no Chile.

(7) Gérard de Villiers, *La irresistible ascensión del shah Mohamed Reza Pahlevi*, ed. Grijaldo, Barcelona, 1976, p. 270.

(8) *Ibidem*, p. 174.

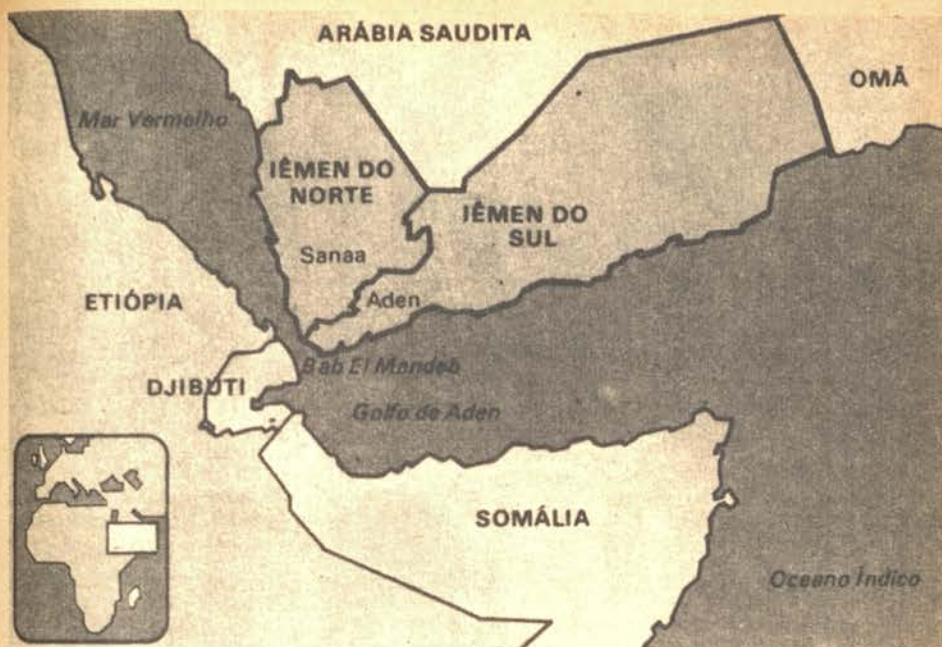
(9) Dwight D. Eisenhower, *op. cit.*, p. 180.

(10) Andrew Tully "CIA - The inside Story" New York, ed. W. Morrow & Co. 1962, p. 28.

(11) Andrew Tully, *op. cit.* p. 32.

(12) Gérard de Villiers, *op. cit.* p. 291.

(13) Richard e Gladys Harkness, "The Mysterious Doings of the CIA" no *The Saturday Evening Post*, New York, 6 de Novembro de 1954.



YEMEN

a conspiração saudita

Os dramáticos acontecimentos do Yemen do Norte e do Yemen do Sul estão ligados à estratégia imperialista na região do Mar Vermelho e do Golfo Árabe do qual a Arábia Saudita e o Irão são os peões mais representativos.

A divisão do Yemen em dois estados distintos depois de 129 anos de dominação britânica já é o resultado desta estratégia. Não tendo podido dominar o sul no qual desde 1969 se consolidou um regime de esquerda liderado pela Frente Nacional, os sauditas mantiveram implacavel-

O assassinio do presidente do Yemen do Norte e a convulsão interna no Yemen do Sul estão intimamente ligados. O imperialismo, através da Arábia Saudita aproveita-se das condições internas em ambos os países para semear conflitos e desestabilizar o regime progressista de Aden

yemen mente o seu domínio sobre o norte. Na guerra civil que se desenvolveu entre 1962 e 1969 sectores progressistas e oficiais nasseristas do Yemen do Norte apoiados pelo Egipto tentaram mudar esta situação mas foram derrotados pela resistência dos xeiques feudais apoiados pela Arábia Saudita.

Desde então foram infrutíferos os esforços no sentido de modernizar o estado, centralizando a sua administração como primeiro passo para uma reaproximação com o Yemen do Sul. A Arábia Saudita conseguiu o que parecia impossível: unir dois clãs rivais, o dos Bakil (dirigido pelo xeique Simane Abou Louhoum e o dos Hached (liderados pelo xeique Abdallah el-Ahmar) que em conjunto dominam mais de quinhentas tribos na região norte do país, na fronteira com a Arábia Saudita. Estes senhores feudais possuem exércitos próprios, inclusivamente dotados de armas pesadas. Frequentemente desafiam a autoridade do governo instalado em Sanaa e são a massa de manobra dos sauditas não só contra o poder central mas também contra o Yemen do Sul.

O governo do coronel El Hamdi caracterizou-se por tentar centralizar o poder enfrentando as tribos do norte. Estas rebelaram-se e o jovem oficial de pouco mais de trinta anos dominou-as inclusivamente com pesados bombardeamentos aéreos. Ibrahim el Hamdi durou pouco no poder. No dia 11 de Outubro de 1977 foi assassinado juntamente com o seu irmão o coronel Abdallah. Os sauditas viam com muita inquietação não



Salem Robaya: tentou o golpe de Estado

só as limitações impostas aos seus aliados feudais mas também as suas tímidas tentativas de aproximação com o Yemen do Sul. Atribue-se ao rei Faisal a seguinte observação, sem dúvida muito expressiva: "Tínhamos no princípio uma boa opinião sobre Hamdi. Depois porém ele rodeou-se de um bando de ministros e personalidades que abrem as portas às influências destruidoras e nefastas".

Quando assassinaram este militar disse-se que foi em consequência de problemas tribais. Porém o Médio-Oriente conhece que por trás das tribos estava a mão sinistra da ultra-direita saudista.

A MALA TROCADA

Ainda mais confusas e suspeitas são as circunstâncias nas quais foi assassinado o substituto do coronel Hamdi, o coronel Ahmed al Ghashmi. A primeira versão oficial foi de que o presidente do Yemen do Sul enviara-lhe uma carta numa mala e que a missiva era uma bomba que explodiu matando o presidente e o emissário. Posteriormente as autoridades encarregadas

de realizar a investigação concluíram que a mala havia sido trocada no aeroporto por outra que continha a bomba.

Tanto em Saana como em Aden e noutras capitais árabes existe cepticismo em relação a essas versões. E não é difícil encontrar atrás destes episódios de folhetim policial a presença dos serviços secretos dos países interessados em bloquear a reunificação do Yemen e manter o domínio feudal sobre a região.

O coronel Al Ghashmi estava preocupado em manter as melhores relações com a Arábia Saudita. Porém da mesma maneira que o seu antecessor buscava consolidar o estado controlando os xeiques feudais e tentando melhorar as relações com o Yemen do Sul. A esse respeito disse alguns meses antes de ser assassinado: "Continuaremos a coordenar a nossa política com a do Yemen do Sul. Não permitiremos que ninguém utilize Sanaa como base para conspirar com o fim de submergir a região sul da Arábia na instabilidade".

Os criminalistas sempre começam as suas investigações perguntando-se a quem interessa o crime. No caso do assassinio dos dois presidentes do Yemen do Norte concluiriam sem dúvida que interessa às sinistras forças que buscam manter divididos os árabes e afundados no atraso e na dependência.

OS ACONTECIMENTOS NO YEMEN DO SUL

Quase simultaneamente com o assassinio do coronel Al Ghashmi desenvolve-

ram-se graves acontecimentos na República Democrática do Yemen. Desde alguns meses vinham-se acentuando as tensões internas entre o grupo dirigente da Frente Nacional. Por um lado uma tendência dura que buscava a reunificação do Yemen num contexto democrático e revolucionário e que se empenhava em ampliar as relações com os países socialistas e os países árabes e africanos progressistas. No recente conflito entre a Somália e a Etiópia este sector impôs uma linha de colaboração com o governo etíope, baseando-se no facto que mais importantes que os laços religiosos e diplomáticos, as identidades ideológicas exigiam o apoio ao governo etíope. Ali Nasser Mohmed Hasani que era então o primeiro ministro e o coronel Abdel Fattah Ismail, o ministro da defesa, eram os principais líderes desta tendência.

Do outro lado estava o presidente Salem Robaya Ali, quem vinha mantendo crescentes contactos com a Arábia Saudita cujo apoio financeiro considerava decisivo para que o Yemen do Sul saísse dos seus actuais problemas.

É muito suspeito que o assassinio de Al Ghashmi tenha ocorrido exactamente quando Ali Robaya tentava em Aden dar um golpe que liquidaria a tendência marxista do governo; encarnada por Ali Nasser e Fattah Ismail.

Robaya Ali não contava com o facto da esquerda do governo estar muito implantada nas massas, dispôr de forças populares muito organizadas e contar com o apoio não somente das



Fatah Ismail: o secretário-geral da Frente Nacional

principais unidades da Força Aérea mas também da quase totalidade do exército de 21 mil soldados, bem armados e equipados que sustentavam o coronel Ismail. Como se sabe Robaya foi derrotado, julgado e fuzilado e o governo da Frente Nacional integrou-se com um triunvirato composto por Ali Nasser, como novo presidente, Abdel Fattah Ismail e o tenente-coronel Ali Antar como ministro da defesa.

O governo aprofundou a sua linha revolucionária ainda que tenha reafirmado o interesse de manter boas relações com todos os países do mundo que respeitem a sua soberania e a sua revolução.

DIAS INCERTOS

Podia parecer que tendo o Yemen do Norte e também a Arábia Saudita,

acusado o Presidente Robaya Ali de ser o autor do assassinio do Presidente Al Ghashmi, o assunto deveria considerar terminado quando este foi fuzilado. No entanto ambos os governos estão a encontrar novas desculpas para seguir pressionando o regime, de Aden. O que esta atitude está a revelar é que o assassinio do presidente do Yemen do Norte e a conspiração no Yemen do Sul poderiam estar relacionados.

Com a ausência do Iraque, da Líbia, da Argélia e da Palestina a Liga Árabe manipulada pelo Egipto e pela Arábia Saudita decidiu congelar as suas relações com o Yemen do Sul. Simultaneamente acentuou-se a concentração de tropas não só no Yemen do Norte como no vizinho sultanato de Oman. Neste país fronteiriço confluem mais do que noutros pon-



8
Ali Nasser: o novo presidente

tos os interesses estratégicos da Arábia Saudita e do Irão. Enquanto os sauditas apoiam politicamente o Sultão Qabus — um dos dirigentes árabes mais reacçãoários — o Irão mantém milhares de soldados ali com o objectivo de impedir a vitória do movimento de libertação nacional que domina quase todo o sultanato, particularmente a província de Dhofar.

Não se trata pois de um conflito entre tribos ou entre governos mas uma estratégia dos países reacçãoários da região — coordenados e apoiados pelos Estados Unidos — com o deliberado propósito de destruir todos os regimes progressistas da área e apoiar aqueles que permitam o saque das riquezas naturais, sobretudo do petróleo. Há poucos dias uma notícia

originária de Israel anunciava que instrutores norte-americanos iam ser colocados em países árabes com o objectivo de sustentar os regimes reacçãoários de tipo saudita e para tornar mais efectivo o combate a movimentos de libertação dos países árabes.

As grandes agências noticiosas multinacionais iludem esta realidade para tentar apresentar o problema do Yemen como um conflito estimulado pela União Soviética e pelos cubanos com o objectivo de fortalecer a sua posição contra os países ocidentais e os chineses, no estratégico porto de Aden e, no Oman, portas de acesso ao Mar Vermelho e ao Golfo Árábico.

Naturalmente são desculpas, intrigas e manobras tendentes a deslocar os acontecimentos da região do seu verdadeiro centro, ou seja, do empenho imperialista em dominar o Yemen do Sul, converter o Mar Vermelho e o Golfo numa área totalmente ocupada pelos interesses das multinacionais petrolíferas. Estimulados pelos acontecimentos de Sanaa e de Aden o Xá do Irão, Reza Pahlevi, já está a ressuscitar o seu projecto de criar um pacto de defesa regional que não tem outro objectivo que o de dar instrumentos à política de dominação. Sem dúvida aos norte-americanos, sauditas e iranianos custa muito digerir a derrota sofrida no Yemen do Sul e buscarão novas desculpas e tramarão novas conspirações para destruir a revolução democrática e popular naquele país.

PANORAMA

TRICONTINENTAL

argentina

bombas montoneras

A resistência popular contra a ditadura de Videla continua acesa.

Logo após o fim do Mundial 78 desencadeou-se uma nova greve dos portuários de Buenos Aires — a terceira desde o golpe de 1976 — que durou quase duas semanas. Centenas de barcos ficaram paralizados formando filas de dezenas de quilômetros no estuário do Rio da Prata.

Entretanto, os montoneros continuaram a multiplicar as suas acções de resistência. Depois da campanha do Mundial — mais de 30 acções militares incluindo duas interferências na TV, atentados com "bazooka" contra a sede do Governo, a Escola Superior de Guerra, o Serviço de Informação do Exército, a Escola Mecânica da Marinha e outros objectivos — o Exército Montonero continuou a realizar várias acções por semana.

A mais espectacular foi o atentado ao apartamento do chefe do Estado-Maior da Marinha, almirante Armando Lambruscini, chefe do Estado-Maior e que deverá brevemente substituir o almirante Emílio Massera como membro da Junta Militar.

Dois combatentes montoneros conseguiram burlar o enorme aparato de vigilância montado no edifício ao penetrarem, no prédio em obras ao lado, num apartamento vazio cuja parede dava directamente com a do almirante. Exibindo credenciais da brigada anti-droga da Polícia Federal e afirmando estarem a realizar uma rusga, os combatentes puderam instalar uma poderosíssima bomba junto ao quarto do almirante.

Ao rebentar, o petardo devastou a casa do militar e quase destruiu o prédio em obras no qual fora colocado. Lamentavelmente a deflagração provocou vítimas inesperadas como a filha do almirante. Este escapou por não se encontrar no quarto e pelo menos três membros da sua segurança morreram.

Como represália por este atentado foram fuzilados pela Marinha dez presos políticos reféns em Mar del Plata, no dia seguinte.

Mas as bombas montoneras continuaram a marcar a sua presença. Duas na General Motors e na Olivetti, como represália por despedimentos massivos e uma na Escola de Polícia.



Ficou assim a casa do Almirante

Continuaram também as interferências na TV da Rádio Liberación. Estas emissões sonoras que borram a imagem e são audíveis num raio de mais de 15 quarteirões são realizadas com um pequeno aparelho portátil de muito difícil detecção, na medida em que pode transmitir de dentro de um veículo.

eritreia

a situação agrava-se

Está a causar grande preocupação nos meios progressistas de todo o mundo a ofensiva etíope, desencadeada no início de Agosto, na Eritreia. Quase 200 mil homens participam da mesma que logrou certos êxitos parciais como a reconquista de algumas cidades nas mãos da FLE (Frente de Libertação da Eritreia). As áreas de controlo da FPLE (Frente Popular de Libertação da Eritreia), de tendência marxista e considerada pelos observadores como o mais forte dos movimentos eritreus, também sofreram investidas embora os porta-vozes do movimento assegurem que estão em con-

dições de repelir a ofensiva.

As recentes batalhas estão a provocar milhares de mortes de ambos os lados e grandes sofrimentos na população civil com milhares de refugiados e desabrigados a atravessarem as fronteiras do Sudão, segundo informam fontes árabes.

A ofensiva vem num momento em que pareciam, maiores do que nunca, as possibilidades de uma solução pacífica para o conflito. A FPLE anunciara a sua disposição de negociar, sem condições prévias e a mesma posição fora tomada pela FLE. A busca de uma solução militar por parte de Mengistu não só representa uma ameaça ao direi-

to à existência e à autodeterminação do povo eritreu, como ao próprio processo revolucionário em curso na Etiópia, na medida em que desvia preciosas energias populares que poderiam estar a ser aproveitadas na construção da nova sociedade, para uma guerra fratricida.

Esta perspectiva de buscar uma solução militar — impossível dada a força e, sobretudo, a implantação social dos movimentos eritreus — parece contrariar também as expectativas de Cuba a qual, pelo menos ao nível de certas declarações, nos últimos meses, defendeu claramente a necessidade de uma solução pacífica e política para o conflito.

Esta solução está longe de ser impossível, bastando que prevaleça de parte a parte um espírito revolucionário e não sentimentos chauvinistas. Se tal ocorrer será certamente possível encontrar uma solução que salvguarde o direito à autodeterminação do povo eritreu e os interesses do povo etíope, particularmente no tocante à garantia de uma saída para o mar. A insistência na busca de uma saída militar só poderá conduzir a novos sofrimentos para ambos os povos, dividir as forças progressistas e anti-imperialistas a nível internacional e favorecer o jogo do imperialismo na região.

Guerrilheiros da FPLE nas ruas de Keren





israel

guerra à população palestina

A invasão do sul do Líbano e as suas consequências provocaram, possivelmente, a primeira grande quebra de consenso no interior da população israelita. Pela primeira vez um sector começou a dar-se conta das dimensões da política de destruição e extremismo movida por Menachem Begin contra o povo palestino. A questão das operações terroristas contra a população civil, a pretexto de represálias contra inexistentes objectivos militares entrou na ordem do dia.

Neste sentido é interessante reproduzir certos extractos, altamente elucidativos, de uma entrevista do ex-chefe do Estado-Maior israelita general Gur, que chefiou as operações no sul do Líbano, concedida ao jornal israelita Al Hamishmar.

P – É verdade que bombardeámos aglomerações civis sem distinção?

Gur – Eu não tenho uma memória selectiva. Estou no exército há trinta anos. Acha que ignoro o que fizemos durante todos esses anos? O que fizemos ao longo do canal do Suez?

Um milhão e meio de refugiados! Realmente, onde é que você pensa que está a viver? Bombardeámos Ismaíia, Suez, Port Faud. Um milhão e meio de refugiados... Depois, quando é que a população do sul do Líbano virou assim tão sagrada? Eles sabiam bem o que os terroristas estavam a fazer... Depois do massacre de Avivim, eu ordenei, sem autorização, o bombardeamento de quatro aldeias no sul do Líbano.

P – Sem distinção?

Gur – Que distinção? O que fizeram os habitantes de Irbid (norte da Jordânia) para merecerem ser bombardeados por nós?

P – Mas os comunicados militares sempre falavam de resposta ao fogo inimigo e a golpes sobre objectivos terroristas...

Gur – Ora, seja sério... Então você não sabe que todo o vale do Jordão foi evacuado durante a guerra de usura?

P – Você pretende que a população civil deve suportar a punição?

Gur – Como? Nunca tive a menor dúvida a respeito nem, mesmo por um só instante. Quando autorizei Yanouch (o comando da região norte) a utilizar a artilharia, a aviação e os blindados sabia perfeitamente o que estava a fazer. Já fazem trinta anos, desde a guerra da independência até hoje que lutamos contra a população civil que reside nas cidades e nas aldeias e a cada vez é sempre a mesma questão que volta: golpear ou não golpear os civis. ●

30 anos de guerra contra a população civil palestina





nicarágua

Somoza no fim...

A revolta contra a tirania de Somoza que entrou na sua fase decisiva no início deste ano, depois do assassinio do líder opositor Pedro Chamorro, segue mobilizando as massas populares e diferentes sectores sociais.

Enquanto o ditador e os seus protectores imperialistas esperavam que a vaga de ininterruptas rebeliões em todo o país finalmente refluisse, aconteceu exactamente o contrário. Nos meses de Julho e Agosto ocorreram novas insurreições localizadas, novas greves, novas mobilizações e novas operações militares da

Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

No dia 8 de Julho cinco estudantes secundários foram assassinados pela Guarda Nacional durante distúrbios anti-somozistas na cidade de Jinotepe, a 45 quilómetros de Manágua e palco de várias outras explosões de massas anteriores. Nos dois dias seguintes ocorreram nesta cidade situações insurreccionais idênticas à do bairro de Monimbó, em Masaya durante o mês de Abril (ver os *Cadernos do Terceiro Mundo* n.º 5). Mais de vinte pessoas foram assassinadas pela Guarda Nacional.

A presença da Frente Sandinista



Como medida de protesto realizou-se, no dia 19, mais uma greve geral nacional que paralizou todo o país. Voltaram a realizar-se manifestações em dezenas de cidades e localidades, inclusivamente, no bairro de Monimbó, em Masaya, onde foi assassinado um jovem manifestante de 17 anos.

No mesmo dia um comando da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) atacou com foguetões de bazooka nada menos que o palácio presidencial de Somoza, em Manágua, e a sala de conferências da Escola de Infantaria, dirigida por Tachito III o filho do ditador, que escapou por pouco do atentado que custou a vida a três militares.

No dia 2 de Agosto foi o ministro de Negócios Estrangeiros do regime, Julio Quintana, que evitou por um triz uma rajada de metralhadora dos sandinistas, na sua própria casa em Manágua.

Em fins do mês de Agosto quando fechava a edição da nossa revista registavam-se novas manifestações estudantis e populares em todo o país e a crise parecia estar a gangrenar o último sustentáculo do regime: a Guarda Nacional. O ditador Somoza substituirá os mais importantes comandos de tropa na capital e no interior do país.

PETRÓLEO

indonésia: o saque das multinacionais

Numa experiência controlada de neocolonialismo, ensaia-se o projecto de domínio e exploração predatória das fontes energéticas do Terceiro Mundo

INDÍCIOS preocupantes daquilo que os Estados Unidos planeiam a respeito do seu aprovisionamento em energia na década dos anos 80 começam a aparecer. Do que já é possível conhecer, torna-se claro que o saque do Terceiro Mundo continua a ser ponto prioritário da agenda. E os países do Sudeste Asiático integrados na ASEAN (Tailândia, Malásia, Singapura, Indonésia e Filipinas) ressaltam em particular como componentes cruciais dos projectos de Washington a respeito da zona do Pacífico.

A Agência Internacional de Energia estimou em Abril deste ano que para 1985 pode haver um déficit no aprovisionamento mundial de petróleo de 14 milhões de barris por dia. E tal estimativa pode considerar-se optimista, se se confirmar a previsão da CIA de que a União Soviética e a Europa Oriental serão importadores importantes na próxima década.

Pelo lado da procura, parece que as exortações do Presidente Carter no sentido de se poupar energia não tiveram nenhum efeito. Os empresários perspicazes afastam a possibilidade de persuadir os consumidores ricos a que deixem de esbanjar, ou que esbanjem menos energia. Edward G. Harshfield, do Citibank, afirma: "...A procura dos Estados Unidos não vai decrescer. Continuaremos a consumir 28 por cento do petróleo que se utiliza no mundo. E até talvez mesmo a taxa suba para 30 ou 35 por cento numa década. Isto implica que se intensificará a exploração em áreas geográficas com fontes de abastecimento mais baratas do que as que temos nos Estados Unidos."

Fred L. Hartley, presidente e director da Union Oil, afirmou com idêntica clareza que um programa norte-americano destinado a reduzir as importações de petróleo "não irá funcionar". Longe de baixar — afirma — o consumo será

este ano uns 5 por cento mais elevado que em 1976.

O "PROJECTO 1980"

O papel do nova-iorquino Conselho de Relações Exteriores (CFR) durante a Segunda Guerra Mundial para planificar a economia internacional do pós-guerra é bem conhecido. Menos conhecido é o facto que desde os meados da corrente década o poderoso CFR está encarregado de conceber um novo sistema global, político e económico para substituir o que se começou a designar rapidamente como a ofensiva vietnamita do Tet em 1968.

Este é o chamado "Projecto 80". Que se destina obviamente a assegurar a provisão de energia como objectivo central, no sentido de procurar recapturar o impulso do crescimento capitalista. Pese muito embora tudo o que se fala de fontes alternativas de energia, o petróleo e o carvão serão ainda as fontes energéticas chaves para o futu-

petróleo imediato. No entanto, como veremos, as fontes alternativas jogam um papel na estratégia, ainda que não de modo directo, como se poderia imaginar.

A região da ASEAN foi, neste contexto, submetida a estudo particular. Que se deve sobretudo à sua importância geográfica e à relativa subexploração dos seus recursos minerais.

Em 1974, a produção de petróleo dos países da ASEAN era de 541 milhões de barris por ano. Enquanto o consumo era de 253 milhões. As estimativas "optimistas" para 1985 prevêem uma produção de 1880 milhões de barris por ano e um consumo de 630 milhões, deixando um saldo de 1250 milhões de barris para a exportação. No entanto, as previsões pessimistas dão um quadro distinto: a produção apenas alcançaria os 1280 milhões e o consumo elevar-se-ia aos 1095 milhões, reduzindo o excedente exportável a proporções insignificantes.

O «MASTER PLAN» NORTE-AMERICANO

Que farão os Estados Unidos para impôr as previsões "optimistas"? Dissó se ocupa um "master plan" (plano director) energético do Departamento de Estado norte-americano ainda não publicado. Originalmente preparado pela conhecida Rand Corporation, o plano proporcionará uma visão mais clara do pensamento oficial dos Estados Unidos.

Resumamos o que se sabe acerca dele. Em primeiro lugar, os "PMD" (países menos desenvolvidos) serão

desestimulados a encarar o problema energético da mesma forma como o fizeram no passado os países agora ricos. Por outras palavras, será "desestimulado" o uso dos combustíveis fósseis (como o carvão, o petróleo e o gás natural) por parte destes países. Como? primeiro "ajudar-se-lhes-á" a desenvolver tecnologias alternativas que utilizem fontes locais renováveis. Em seguida, serão "ajudados" a converterem-se em mercados para "tecnologias energéticas avançadas":

Todos os recursos dos governos das potências ocidentais, das empresas multinacionais e das agências internacionais de "ajuda", públicas e privadas, se porão em jogo para fazer aceitar esta estratégia aos PMD.

Para "desestimular" os PMD da utilização dos seus recursos fósseis, o truque está em reter a assistência técnica e os capitais necessários para começar a explorar as reservas até que o governo respectivo esteja preparado a renunciar à sua soberania sobre questões como a taxa de extracção, o destino da produção e similares.

A ajuda tecnológica e financeira ocidental será estendida então a assistir os PMD no desenvolvimento de fontes não exportáveis de energia como as estações geotérmicas. Investigações já realizadas no Sudeste Asiático demonstram que uma central eléctrica de 100 000 quilowatts, que opere com vapor geotérmico, poderá reduzir o consumo local de ramas na ordem de um milhão e meio de barris por ano, libertando, assim, essa quantidade

para a exportação. Evidentemente que a energia geotérmica será mais cara para os consumidores dos países da ASEAN, mas isso pouco importa...

Finalmente, ao estender "pacotes" especiais de ajuda aos PMD estes serão estimulados a comprar "tecnologias energéticas avançadas", como as centrais nucleares. O que traz a vantagem de acelerar o desenvolvimento tecnológico nos países ricos, assegurando-lhes amplos mercados. Centrais que oferecem pouca segurança, inaceitáveis para o público sofisticado de países como os Estados Unidos, podem ser introduzidas naqueles PMD onde os movimentos de contestação dos consumidores não são obstáculo às acções governamentais e onde os funcionários estão à disposição da "persuasão" das grandes empresas como a Westinghouse.

É deste modo que a energia alternativa entra dentro deste panorama: imposta aos PMD, ela permitir-lhes-á — segundo se espera — satisfazer as suas necessidades internas (ainda que a alto custo), libertando o petróleo e o carvão para a exportação em direcção aos países ricos. Engenhosamente, a indústria de energia alternativa florescerá ao mesmo tempo nos países ricos, assegurando a sua prosperidade e uma maior dependência dos países pobres.

O EXEMPLO DA INDONÉSIA

Vejamos o caso concreto da Indonésia. Que é o maior produtor de petróleo do Sudeste Asiático e pos-

sui, além disso, imensas reservas de carvão com baixa proporção de enxofre. Ganha para o "mundo livre" graças ao bárbaro golpe de 1965-66, a Indonésia tem sido desde então uma espécie de ensaio controlado do neocolonialismo moderno.

Para apreciar como foi submetida a Indonésia, devemos remontar aos começos da actual década, quando florescia prosperamente a empresa de petróleo estatal Pertamina. Tudo parecia possível nessa era doirada em que — sob a direcção do especialista Ibnu Sutowo — a Pertamina estendia a sua acção às extractivas, à siderurgia, à indústria petroquímica e à construção de navios-tanques, entre outras coisas. Os bancos ocidentais "guerreavam-se" entre si para conceder serviços à Pertamina, apresentada como uma espécie de "organização Midas": capaz de converter em ouro tudo o que passasse pelas suas mãos.

Misteriosamente, por volta dos fins de 1974 surgiu na Imprensa financeira ocidental a especulação sobre a capacidade da Pertamina de pagar aos seus credores. Disse-se que a empresa era incapaz de responder às suas obrigações imediatas. Pouco depois, o Banco da Indonésia assumiu a responsabilidade pela sua dívida, que ascenderia a 13 mil milhões de dólares (quase tanto como o Produto Bruto Interno do país).

No entanto, os bancos ocidentais conservaram a sua calma. Em vez de arruinar a Pertamina, lançaram-lhe uma corda. Charles T. Maxwell, vice-presidente da empresa de Wall Street, Ci-



rus J. Lawrence Inc., expressou-o com ênfase: *"A confiança e o crédito da Indonésia como país depende agora da fina corda de apoio do sistema bancário ocidental... A corda é débil e os banqueiros seguram o seu extremo"*.

Sutowo foi despedido e submetido a prisão domiciliária. Pouco tempo antes havia posto este dilema: *Qual é a relação adequada entre as exportações futuras?* A revista especializada *Petroleum News Southeast Asia* comentou: *"A pergunta é agora meramente académica. OS recursos de petróleo estão comprometidos (e devem-no estar) com os mercados estrangeiros para pagar pelos erros e a extravagância do passado."*

«AS FONTES ALTERNATIVAS»

O resultado não foi pois

fortuito. Em 1973, o advogado de uma empresa, suspeitando que já então a Pertamina não seria capaz de amortizar os vultosos empréstimos que lhe eram concedidos afirmava: *Perguntei-lhes (aos banqueiros) porque razão lhe continuam a dar crédito se sabem que a Pertamina não pode pagar. Dizem-me que obterão o seu dinheiro de volta em juros e amortizações. Sabem que aqueles a quem a Pertamina deve dinheiro poderão controlar o fluxo do petróleo. É repugnante ver como exploraram cinicamente a situação."*

Sob pressão, o governo de Djakarta teve que calar e moderar os seus intentos de fortalecer a participação da Indonésia nas decisões respeitantes ao seu petróleo, a ponto da sua voz ser agora quase inaudível nas discussões sobre condições de exploração. Inclusiva-

petróleo mente, os jazigos da plataforma marítima, antes reservados à Pertamina, estão a ser concedidos a firmas estrangeiras.

Tirando partido das circunstâncias, as empresas ocidentais conseguiram igualmente comprometer os fabulosos jazigos de carvão da Sumatra do Sul *totalmente para a exportação*.

Sabe-se, evidentemente, que a procura interna de energia crescerá na Indonésia. Mas para a satisfazer, "estimula-se" o desenvolvimento das outras fontes de energia, como o calor geotérmico, as marés, o vento ou o átomo. O que implica, como se afirmou, que choverão os pedidos às empresas ocidentais já iniciadas nestas áreas.

Agora, se a venda do petróleo, do carvão (e do gás) indonésios servissem para fazer entrar no país um forte contingente de moedas fortes que servissem para lançar as bases de um desenvolvimento industrial e agrícola real que beneficiasse o seu povo, então *poder-se-ia* dizer alguma coisa em favor do "master plan" norte-americano. Mas não é esse o caso.

A maior parte dos rendimentos do petróleo vão encher os cofres das companhias estrangeiras que forçarão a sua participação no negócio. A Caltex, por exemplo, que é a empresa que detem mais de metade da produção de petróleo da Indonésia, contribuiu, em 1975, em cerca de 60 por cento dos lucros de uma das suas empresas-mãe, a Texaco, e em 64 por cento dos lucros da Standard Oil da Califórnia. Que são duas das maiores empresas dos

Estados Unidos e que possuem uma influência considerável em Washington.

A DIVISÃO DO BOLO

Para se poder apreciar o problema sob a perspectiva norte-americana, convém saber que os rendimentos provenientes do petróleo indonésio, por si só contribuíram com 897 milhões de dólares (7,6 por cento do total) nas entradas registadas pela Balança de Pagamentos dos Estados Unidos em 1974.

As migalhas da mesa das multinacionais são recolhidas por uma variedade de empresas estrangeiras menores e por um pequeno punhado de intermediários indonésios compradores, e, ao mesmo tempo, vendidos. O povo nada recebe.

Pior ainda: além de não poder ter acesso às migalhas do festim do petróleo, o povo indonésio é obrigado a recorrer aos métodos mais primitivos — a lenha queimada ou aos excrementos do gado, entre outros — para satisfazer as suas necessidades de energia. É óbvio que os norte-americanos não põem objecções a que os "cooperantes" altos funcionários locais, as suas famílias e os seus amigos tenham mais gasolina para os seus automóveis, para os seus aparelhos de ar condicionado ou para os seus aviões privados. O que preocupa os tecnocratas norte-americanos é a "estragação" do povo, que quer mais "pitólio" para uso doméstico, para cozinhar ou se aquecer.

Deste modo, *...aconselharam as autoridades indo-*

nésias a aumentar os preços do querosene para conter a procura local. Elas (as autoridades) assinalam, no entanto, que fazer subir o querosene fará com que as pessoas recorram aos bosques para obter lenha. Esta observação não é anedota (sic). Mais, ela dá lugar a colocar uma pergunta básica: Porque razão se deve sustentar a procura doméstica em países onde a produtividade é baixa em grande medida devido à sua anemia energética? "

O perguntador (poder-se-á qualificar a questão de "académica"?) do parágrafo anterior é o já citado *Petroleum News Southeast Asia* e não se poderá expressar de maneira mais dramática. Nenhum país pode desenvolver-se sem ter acesso a fontes de energia razoavelmente baratas. E sobretudo, os países pobres necessitam dos seus combustíveis fósseis. Como também necessitam desesperadamente de preservar os seus bosques para que o equilíbrio ecológico não seja alterado, e para que assim a sua agricultura não seja arruinada a longo prazo.

A pergunta coloca, de facto, o dedo na contradição entre o imperialismo com os seus "master plans" energéticos e os seus agentes neocoloniais locais, por um lado, e as aspirações e os direitos dos povos do Terceiro Mundo por outro.

É uma pergunta que mobiliza os povos e serve de bandeira nas lutas de libertação. E só pode ser respondida pela vitória final dos povos sobre o imperialismo estrangeiro e a reacção local.

ALIMENTAÇÃO


a fome e as armas

Irene Selser

A Quarta Reunião Ministerial do Conselho das Nações Unidas para a Fome e a Alimentação, realizada no México de 12 a 14 de Junho último, terminou por um relativo fracasso, se se tomarem em conta os planos programados há um ano atrás em Manila, com o objectivo de ajudar os países em vias de desenvolvimento a incrementar a sua produção de alimentos e a melhorar a nutrição dos países do Terceiro Mundo.

O panorama apresentado é desalentador. Déficits nas colheitas no Sahel, noutras regiões de África e no Sudeste Asiático. A existência de cereais, se bem que tivesse alcançado o nível mínimo de garantia estabelecido pela FAO, está concentrada nos países desenvolvidos. Não houve acordo nas negociações sobre um novo convénio do trigo, para um mínimo de 10 milhões de toneladas (em 1977/78 chegou-se a 9,3 milhões e espera-se para 1979 que existam 9,5).

O crescimento da produção alimentar em África foi, de 1970 a 1977, de 1,2 por cento ao ano — muito inferior ao crescimento demográfico — sendo a meta básica de 4 por cento. Existem 400 milhões de sub-



As grandes potências parecem crer que o problema da desnutrição se soluciona com cacas-bombardeiros, mísseis e bombas de neutrões...

alimentação nutridos em África e 700 milhões de esfomeados na América Latina. Na Ásia, a região mais famélica do mundo, o déficit alimentar é de 40 por cento.

Estas cifras são por todos conhecidas. O Secretário da Agricultura dos Estados Unidos, Robert England, no seu discurso ante a Quarta Reunião, afirmou: "A desnutrição significa altas taxas de mortalidade, um maior índice de doenças e, em suma, a privação da essencial dignidade humana... E pergunto a mim mesmo porque razão os países pobres utilizam tão grandes quantidades de dinheiro em armamento."

A sua preocupação seria válida e digna de levar a sério se o Pentágono não tivesse anunciado que aplicará um novo plano de lançamento de mísseis que serão distribuídos sem data fixa, em mil silos subterrâneos; e se o orçamento dos Estados Unidos de ajuda militar ao estrangeiro para 1979 não fosse de 4 mil 135 milhões de dólares (dos quais Israel receberá 1,785 milhões).

De acordo com dados divulgados, os Estados Unidos gastam anualmente 22 mil milhões de dólares em armas estratégicas sendo apenas necessários um total de 8 mil milhões para abastecer em alimentos os países em vias de desenvolvimento.

A proposta de ajuda técnica aos países do Terceiro Mundo, apresentada em 1977 na Reunião de Manila, tem as suas implicações. O Fundo Monetário Internacional, uma das entidades a quem ficou entregue esta tarefa, condiciona os créditos em função da linha política e económica

dos países necessitados. O caso mais recente é o do Perú, onde o FMI obrigou o governo do General Morales Bermúdez a sucessivas e crescentes concessões.

O Subsecretário da Agricultura do México afirmou que já não existem financiamentos "brandos". As taxas de juro variam de 6,3 por cento até aos 9 por cento a prazos de 10,15 ou 20 anos que obrigam a pagar um total altíssimo de juros.

AS MULTINACIONAIS

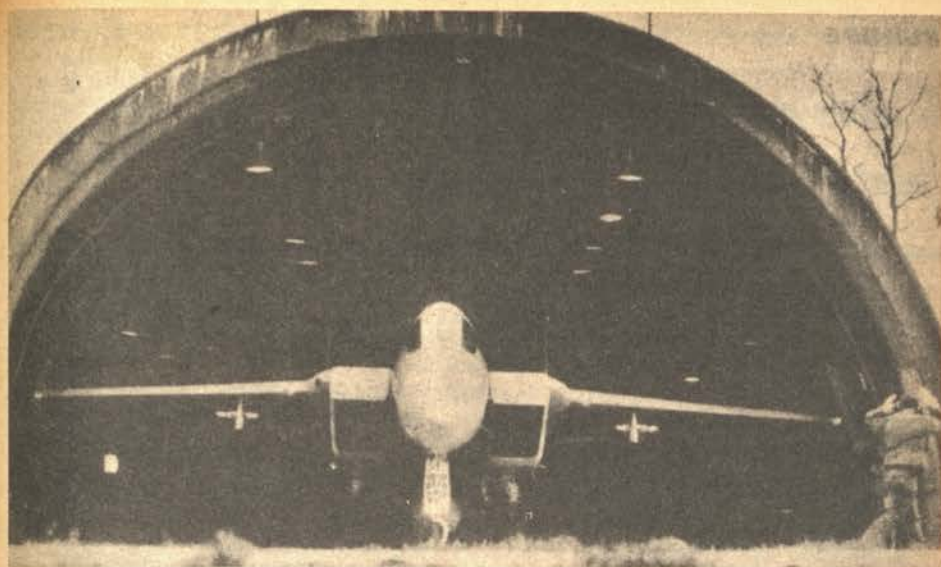
Segundo informações do Sistema Económico Latino-Americano (SELA), 70 por cento dos alimentos são controlados pelas empresas multinacionais. O doutor José Luis Castañón afirma que no México os cem por cento da produção alimentar infantil estão nas mãos de empresas estrangeiras, correspondendo à Gerber 85 por cento do total. Espalhadas em todos os campos da elaboração de produtos alimentícios, as multinacionais impõem ao consumidor desejos deformados, obrigando-o a escolher dietas sem nenhum valor nutritivo.

Segundo informação da FAO, o Ghana é um dos 26 países mais afectados pela falta de alimentos. É do conhecimento geral que a Alemanha Federal, que também participou na Quarta Reunião, com o propósito de ajudar os países do Terceiro Mundo, firmou em 1970 o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Isto não impede que tenha instalado fábricas de armamento no Iraão, na Indonésia, no Sudão e, entre outros muitos lugares

da América Latina e da Ásia, também no Ghana. A sua última operação centra-se no Zaire onde a fome, a miséria e a desnutrição alcançam níveis "record", tão grandes como a produção de cobre e cobalto na região do Shaba.

A França não ficou atrás. O Presidente Giscard d'Estaing reconhece que os recursos dedicados ao armamento são catorze vezes superiores aos destinados ao desenvolvimento. É por isso que na Reunião da FAO o sr. P. Mehaignerie, Secretário da Agricultura francês, solicitou a transferência de mil milhões de dólares da rubrica de armamento para ajudar os países em vias de desenvolvimento. O que constituiria, como explicou, o primeiro passo para vincular o desarmamento com o desenvolvimento. Dos 15 milhões de crianças malnutridas do mundo não se possuem dados exactos de quantas pertencem, por exemplo, ao Sahara, onde os ataques aéreos franceses não deixam de aumentar, em apoio das tropas dos governos de Marrocos e da Mauritânia, com o objectivo de exterminar o povo saharauí. E também não é por acaso que o Marrocos é um dos países que receberá vários milhões de dólares do orçamento militar dos Estados Unidos para 1978/79.

Os 15 mil soldados franceses repartidos por 20 países africanos não se encontram aí para se ocupar dos problemas da agricultura, nem tão pouco os 1800 conselheiros políticos e forças de ataque apoiadas por aviões Jaguar que se encontram no Tchad para combater a FROLINAT. É difícil crer que um DC-141



As despesas militares anuais dos EUA, URSS, França, Inglaterra e Alemanha somadas dão cerca de 183 000 milhões de dólares num Mundo de centenas de milhões de seres humanos famintos...

norte-americano desembarque tropas marroquinas para levar alimentos à população ou que a França venda à Arábia Saudita tanques, aviões, helicópteros, etc., no valor de 24 mil milhões de dólares, para solucionar os problemas da industrialização agrícola.

DIMINUIR O NÚMERO DE BOCAS

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), de 12 a 15 milhões de crianças no mundo encontram-se em riscos de morrer por desnutrição. Na América Latina 100 mil crianças ficam cegas ou com deficiências de visão anualmente devido à falta de leite; as mortes das crianças dão-se, na sua maioria, antes dos cinco anos de idade, e os números sobre as mortes por anemia nutricional por falta de ferro são verdadeiramente monstruosos. Sa-

be-se que o Zaire é um dos países mais ricos de África com milhares de toneladas de produção de ferro ao ano. Mas será um interesse humanitário que move os governos da França, Estados Unidos e Alemanha Federal a procurarem apoderar-se desse ferro, mesmo que se encontre por exemplo no Sahara?

Não ignoramos que os esforços de muitos que participam na FAO são honestos. O Ministro da Agricultura do Canadá, Eugene Weelan, abandonou o seu lugar antes que terminasse a Quarta Reunião, argumentando com ares de grande frustração que o problema da fome não se resolve com palavras. O Japão contribuirá com 57 milhões de dólares para a ajuda oficial ao desenvolvimento e, ainda que a contribuição dos Estados Unidos represente mil e 58 dos seus impostos para gastos em armamento e apenas 22 centavos de dólar para a

ajuda à infância, através da UNICEF este país prometeu entregar 500 mil toneladas de cereais ao Fundo Internacional de Alimentos, quantidade pedida em Manila. O México propôs o estabelecimento de preços internacionais de garantia e realçou a necessidade urgente de alterar as rígidas estruturas de financiamento dos países ricos aos países pobres.

Lamentavelmente, e isso é o mais dramático para os famélicos do mundo, as grandes potências ocidentais continuam a considerar que o problema da desnutrição, a miséria, a fome e a subalimentação se soluciona, ou pelo menos se remedia, com aviões Jaguar, Phantom, mísseis MX e bombas nucleares. É inegável que esta é uma forma rápida e eficaz de diminuir o número de bocas humanas.

a corrida aos armamentos: desfazendo os mitos

O *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) organismo sueco que colecta informações para a campanha pelo desarmamento, publicou recentemente uma série de dados importantes sobre a progressão das despesas militares no mundo.

Estes dados permitem uma melhor compreensão da natureza da corrida aos armamentos em curso bem como a desmistificação da campanha dos "mass-media" multinacionais e dos "lobbies" ligados ao complexo militar-industrial norte-americano referentes a um suposto desequilíbrio cada vez maior dos gastos militares em benefício da URSS e do Pacto de Varsóvia.

O dado utilizado com mais insistência por estes círculos é a relação dos gastos militares com o Produto Interno Bruto (PIB) dos diversos países. Neste plano efectivamente constata-se que as despesas militares da URSS orçam em cerca de 25 por cento do PIB enquanto as dos EUA vão a 6 por cento.

Quais são porém as respectivas despesas em números reais e qual a sua progressão nos últimos 20 anos?

Segundo o SIPRI considerados os dados do ano de 1977 as despesas militares globais dos Estados Unidos foram da ordem dos 91 000 milhões de dólares, enquanto os da URSS fo-

ram de 64 400 milhões. Daí pode concluir-se que os EUA, cujo PIB é bastante superior ao da URSS, apesar de gastar proporcionalmente menos, gasta em números reais cerca de 50 por cento mais do que a URSS.

Em termos de progressão nos últimos 20 anos, o SIPRI assinala que considerando-se que, em 1957, os EUA gastaram 69 584 milhões e a URSS 31 300 milhões, Washington aumentou as suas despesas 1,3 vezes enquanto Moscovo fazia-o 1,6 vezes.

Tais dados que revelam uma pequena progressão relativa dos gastos soviéticos dentro de uma persistente superioridade dos norte-americanos mostram bem o que vale a campanha alarmista impulsionada pelos nostálgicos da guerra fria, pelos grandes interesses do armamento.

Segundo a mesma pesquisa a progressão mais espectacular de gastos militares efectuada nos últimos 20 anos foi a da República Federal da Alemanha. Em 1957 gastava 5566 milhões de dólares. Em 1977, 12 533 milhões. Portanto uma progressão de 2,3 vezes.

Outro tópico abordado pelo estudo foi a exportação de armamentos. Também aí uma série de mitos da grande imprensa ocidental caem por terra. Os dados do SIPRI são relativos aos últimos sete anos.

Em 1970 os EUA exportavam armamentos no valor de 1258 milhões de dólares. Em 1977 esta cifra eleva-se para 3425, isto é 3,2 vezes mais.

As cifras da URSS são as seguintes: 1970, 1136 milhões de dólares de exportações bélicas. 1977, 2173 milhões. O que representa um aumento de 2 vezes.

Daí conclue-se que não só o volume das exportações militares dos EUA é superior ao da URSS como a sua progressão é mais acelerada.

Os dados mais alarmantes porém referem-se às potências ocidentais médias a França e a Grã-Bretanha e, sobretudo, a RFA. Vejamos os dados.

Em 1970 a França exportou 203 milhões de dólares. Em 1977, 1245 milhões o que representa uma progressão de 6 vezes. A Grã-Bretanha, respectivamente, 185 e 680 milhões com um aumento de 3,6 vezes.

A República Federal da Alemanha em 1970 exportou apenas 1 milhão de dólares de armamentos. Em 1977 porém exportou nada menos de 101 milhões registando portanto a mais espectacular progressão de exportações militares de todo o mundo: 100 vezes em sete anos.

Todos estes dados e outros ainda mais detalhados estão no anuário de 1978 do SIPRI, recentemente publicado.

Alguns erros foram cometidos na presença dos países, por razões de tradução e por razões gráficas. Começamos por seguir a ordem em que é publicada na revista em espanhol, editada no México, o que provocou alguns desencontros. Por exemplo: na edição mexicana a África do Sul, que deveria ser o segundo país na ordem alfabética portuguesa, vem na letra S, como Sudáfrica; diferenças na grafia de Quênia (Kênia em espanhol) Jugoslávia (Yugoslávia na edição do México) e outros originaram outros desencontros ainda sanáveis porque não se tratam de países já apresentados.

Uma falha na montagem da nossa revista número 3 fez com que o país que levava o número 16, o Burundi, fosse saltado. O Chile, país que atrai muitas atenções, foi publicado na revista 6, sem mapas. O Camboja, como a África do Sul, a respeitar a ordem alfabética em português, já deveriam ter sido focados, o que não se verificou. Fazemo-lo agora neste número 7 da revista, assim como abordamos o Burundi e republicamos o Chile.

Pedimos desculpas ao leitor por essas falhas e, para a rectificação e reordenamento deste almanaque, publicamos uma nova lista dos países do terceiro mundo, com a ordem definitiva que passaremos a seguir.

almanaque do terceiro mundo



Já publicados:

1. Afeganistão; 2. Alto Volta; 3. Angola; 4. Arábia Saudita; 5. Argélia; 6. Argentina; 7. Bahamas; 8. Bahrein; 9. Barbados; 10. Bangladesh; 11. Benin; 12. Birmânia; 13. Bolívia; 14. Botswana; 15. Brasil; 16. (saltado: Burundi); 17. Butão; 18. Cabo Verde; 19. Camarões; 20. Império Centro Africano; 21. Colômbia; 22. Comores; 23. Congo; 24. Coreia; 25. Costa do Marfim; 26. Costa Rica; 27. Cuba; 28. Chile.

Neste número:

16. Burundi; 28. Chile; 29. Chipre; 30. África do Sul; 31. Camboja.

A seguir:

32. Djibuti; 33. Egipto; 34. El Salvador; 35. Emiratos Árabes Unidos; 36. Equador; 37. Etiópia; 38. Fiji; 39. Filipinas; 40. Gabão; 41. Gâmbia; 42. Ghana; 43. Granada; 44. Guatemala; 45. Guiné-Bissau; 46. Guiné-Conakry; 47. Guiné Equatorial; 48. Guiana; 49. Haiti; 50. Honduras; 51. Índia; 52. Indonésia; 53. Iraque; 54. Irão; 55. Jamaica; 56. Jordânia; 57. Jugoslávia; 58. Kuwait; 59. Laos; 60. Lesotho; 61. Líbano; 62. Libéria; 63. Líbia; 64. Madagascar; 65. Malásia; 66. Malawi; 67. Maldivas; 68. Mali; 69. Malta; 70. Marrocos; 71. Maurício; 72. Mauritânia; 73. México; 74. Moçambique; 75. Nepal; 76. Nicarágua; 77. Niger; 78. Nigéria; 79. Oman; 80. Palestina; 81. Panamá; 82. Papua Nova Guiné; 83. Paquistão; 84. Paraguai; 85. Peru; 86. Qatar; 87. Quênia; 88. República Dominicana; 89. Ruanda; 90. Sahara; 91. São Tomé e Príncipe; 92. Senegal; 93. Seychelles; 94. Serra leoa; 95. Singapura; 96. Síria; 97. Somália; 98. Sri Lanka; 99. Suazilândia; 100. Sudão; 101. Surinam; 102. Tailandia; 103. Tanzânia; 104. Tchade; 105. Timor; 106. Trinidad - Tobago; 107. Tunísia; 108. Uganda; 109. Uruguai; 110. Venezuela; 111. Vietnam; 112. Yemem do Norte; 113. Yemem do Sul; 114. Zaire; 115. Zâmbia; 116. Zimbábue.

COLÓNIAS: 117. Porto-Rico (EUA); 118. Ilhas Mariana (EUA); 119. Antilhas Britânicas; 120. Território Britânico do Oceano Índico; 121. Belice (Inglaterra); 122. Bermudas (Ingl.); 123. Guiana (França); 124. Reunião (França); 125. Antilhas francesas; 126. Antilhas Holandesas; 127. Namíbia (África do Sul); 128. Oceânia (vários).

Burundi

Os tutsi ou watusi, uma tribo de pastores e guerreiros provenientes do norte, submeteu desde o século XV a população Hutu dos grandes lagos no Centro da África. A colonização alemã integrou essa região na África Oriental Alemã (1890) até à primeira Guerra Mundial, quando o chamado Ruanda-Urundi passou a ser colonizada pelos belgas. A minoria tutsi serviu sempre de intermediário aos colonialistas.

Era natural que as tensões sociais viessem à tona após a independência (1962) e a separação do território em dois Estados: os actuais Ruanda e Burundi. Enquanto na Ruanda os hutus se impuseram e expulsaram os tutsis do país, no Burundi o rei Ntare V conseguiu preservar as estruturas tradicionais, o que gerou frequentes choques na fronteira entre os dois países.

A 28 de Novembro de 196, um golpe de Estado proclama a

República e coloca no poder o Primeiro-Ministro Michel Micombero, mas a situação mantém-se, com a maioria hutu relegada à agricultura e ao artesanato, enquanto os tutsis dirigem as empresas e ocupam todos os cargos importantes do Exército e da administração pública. O conflito étnico-social provocou em 1971-72 uma guerra civil, com um saldo de 200 mil mortos. Micombero conservou o poder, mas a pressão internacional obrigou-o a atenuar os massacres massivos de opositores. Em 1974 reelegue-se mediante um estranho processo eleitoral: os votos para o partido oficial UPRONA eram depositados numa urna e os votos opositores noutra urna.

A situação económica é precária. 90 por cento do rendimento provém da agricultura — café, chá, banana, cultivados de forma rudimentar. O país tem



uma das rendas per capita mais baixas do mundo.

A 6 de Novembro de 1976, jovens oficiais (também da etnia tutsi) derrubaram o governo de Micombero, num golpe sem sangue, e anunciaram um governo nacionalista para a transformação do país num prazo de três anos. Prometeram democratizar o partido UPRONA e toda a vida política, e acabar com os privilégios de "um punhado de burgueses que faziam fortunas, mantidas fora do país, com a exportação" dos produtos agrícolas.

O novo governo definiu a agricultura como prioritária e vem promovendo o agrupamento dos camponeses dispersos em pequenas comunidades, o que se realiza lentamente à medida que se vão vencendo os hábitos tradicionais. As comunidades possibilitarão a instalação de indústrias de transformação dos produtos agrícolas, para o mercado interno e para a exportação. Também se promove a troca das culturas tradicionais pela de produtos tropicais na planície central, de cereais um pouco acima na serra, de cana de açúcar na planície oriental, pela criação de gado nas terras altas e pela pesca no Lago Tanganika.

Os recursos mineiros recém descobertos (bauxita, zinco e níquel) "não serão o nosso petróleo, mas constituirão um meio efectivo de financiar o desenvolvimento agrícola", afirmou o Primeiro-Ministro Nzabina.

No campo internacional, espera-se uma aproximação com a Tanzânia, cujas aldeias comunistas "Ujamaa" inspiram os militares do Burundi, para contrapor aos vínculos de dependência com o Zaire, a Bélgica e os Estados Unidos.

REPÚBLICA DO BURUNDI

Governo: Coronel Jean Baptiste Bagaza, Chefe de Estado; Tenente-coronel Edouard Nzabina, Primeiro-Ministro. **Capital:** Bujumbura (100 000 h). **Superfície:** 27 830 km². **População:** 3 900 00 h. (96 por cento rural). **Moeda:** Franco burundense. **Idiomas oficiais:** Kirundo e francês (também se fala o suahili). **Festa nacional:** 1 de Julho (independência, 1926). **Religião:** Animista e cristã. **PNB per capita:** 73 dólares anuais. **Educação:** Em 1974 havia 150 000 estudantes em todos os níveis; analfabetismo de 90 por cento. **Saúde:** Um médico para cada 40 000 habitantes.

O Burundi é membro pleno da ONU, da Organização Inter-Africana do Café, da Organização dos Produtores de Oleaginosas e do Movimento dos Países Não Alinhados.





Chile

Massacres e trabalho forçado nas minas foram os meios violentos que os colonialistas espanhóis utilizaram para vencer a resistência dos indígenas andinos à colonização, para destruí-los. Essa dolorosa integração gerou o povo chileno; com mais de dois terços de origem indígena-espanhola, mas uma classe dominante extremamente europeizada.

A independência do Chile deu-se graças à vitória do general argentino José de San Martín sobre as tropas espanholas (1818) e foi consolidada por Bernardo O'Higgins, que estabeleceu uma república sobre princípios liberais, mas sem modificar a estrutura social do latifúndio.

As riquezas mineiras do Chile, mesmo sob a exploração estrangeira que absorvia a maior parte dos lucros, permitiu ao Estado estabelecer um amplo sistema de educação popular, realizar grandes obras públicas e possibilitar uma incipiente industrialização e uma acelerada urbanização. O crescimento das classes médias e do operariado teve a sua expressão nos governos da Frente Popular que se sucederam entre 1938 e 1946.

Em 1964 Eduardo Frei elegera-se presidente pela Democracia Cristã, iniciou uma tímida Reforma Agrária, e não cumpriu a promessa de nacionalizar o cobre explorado por empresas norte-americanas. A Unidade Popular, que agrupou vários partidos de esquerda (Comunista, Socialista, Radical, MAPU e esquerda cristã), deu uma expressão mais consequente às aspirações populares e elegeu presidente Salvador Allende, em 1970.

O governo de Allende nacionalizou, sem indenizações, as minas de cobre e outras 200 empresas estrangeiras, aumen-

tou o salário real dos trabalhadores, aprofundou a Reforma Agrária com a introdução da exploração coletiva, estatizou a banca e o comércio exterior e criou um amplo "sector social" na economia.

A direita, apoiada financeiramente pela CIA e pelas multinacionais, reage com o boicote econômico, a obstrução parlamentar, uma intensa campanha nos órgãos de comunicação social, greves, manifestações de rua, etc. Ao mesmo tempo, os governos ocidentais negavam ao Chile os créditos solicitados.

A 11 de Setembro de 1973, um sangrento golpe militar massacró milhares de trabalhadores, estudantes e populares dos bairros pobres. Allende resistiu e foi assassinado no Palácio da Moneda, milhares de líderes e militantes da Unidade Popular foram mortos, presos ou tiveram que procurar asilo no estrangeiro.

A ditadura de Pinochet revogou as nacionalizações, reduziu o nível de vida do povo a condições de fome, afectou seriamente a indústria nacional. O seu isolamento interno aumentou nestes anos: perdeu o apoio mesmo das camadas médias que inicialmente simpatizaram com o golpe.

O isolamento internacional agravou-se desde que a DINA, polícia política chilena, assassinou nos Estados Unidos Orlando Letelier, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo

Allende. As divergências no seio da Junta Militar provocaram a exclusão do General Leigh, acompanhada da demissão de 18 generais da Força Aérea. O descontentamento popular, antes sufocado pelo terror, começa a manifestar-se, coincidindo com as concessões que a Junta vem sendo obrigada a fazer e deixando antever que o povo chileno não estará muito tempo mais submetido a Pinochet.



REPÚBLICA DO CHILE

Governo: Junta Militar presidida pelo General Augusto Pinochet. **Capital:** Santiago (4 000 00 h). **Superfície:** 746 945 k2. **População:** 11 000 000 h (20 por cento rural). **Moeda:** Peso (equivalente a mil escudos antigos). **Idioma oficial:** Espanhol. **Festa Nacional:** 18 de Setembro (Independência, 1810). **Religião:** Maioritariamente católica. **PNB per capita:** 1000 dólares anuais. **Educação:** 2 800 00 estudantes, em todos os níveis, em 1974. **Analfabetismo:** 10 por cento. **Saúde:** Um médico para cada dois mil habitantes.

O Chile é membro pleno das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos, do CIPEC (Conselho Intergovernamental de Países Exportadores de Cobre) e da SELA (Sistema Económico Latino-Americano). Desde o golpe, em 1973, deixou de ser convidado para as reuniões do Movimento dos Países Não Alinhados.

Chipre

Na complexa geopolítica do Mediterrâneo Oriental, Chipre sempre foi o centro de agudos conflitos políticos e militares. Invadida por fenícios, assírios, persas, atenienses, romanos, árabes e turcos, a ilha acabou dominada pelos ingleses a partir de 1878. Nos anos 50 deste século, Chipre foi o centro das actividades de espionagem ocidental e de Israel. Em 1956 serviu de base às tropas anglo-francesas que atacaram o Egipto, após a nacionalização do Canal de Suez.

Os patriotas que desde 1946 lutavam pela independência, liderados pelo arcebispo Makários, impuseram-se, e em 1959, os interesses gregos, turcos e britânicos que disputavam a ilha acabaram por aceitar a sua autonomia. As populações de origem grega e turca que viviam em Chipre, e mantêm estreitos laços culturais com os seus países de origem, são motivo de permanentes reivindicações de Atenas e Ankara. A independência entre os dois países era a única forma viável de assegurar

a convivência interna e a paz na região.

Em 1960 foi proclamada a independência e Makários retornou do seu exílio para assumir a presidência de Chipre, que passou assim a apoiar a causa anticolonialista e a participar activamente do Movimento dos Países Não Alinhados.

Em 1963, iniciou-se uma guerra civil entre os cipriotas de origem grega e turca. As Nações Unidas destacaram para a ilha um forte contingente para o restabelecimento da paz. A crise maior iniciou-se em Julho de 1974, quando um grupo de oficiais gregos derrubou Makários, com o evidente apoio do regime militar de Atenas. A Turquia reagiu ante o perigo da "enosis" (anexação de Chipre pela Grécia) e desembarcou tropas na ilha. A guerra entre os dois países era iminente, e a crise provocou a queda do regime dos "coronéis" gregos.

Os seguidores de Makários denunciaram a actuação da CIA por detrás dos golpistas. A "enosis" teria fortalecido o de-



bilitado regime militar grego, cuja posição no Médio Oriente se tornava vital-pela reabertura do Canal de Suez. Mas os golpistas não contaram com a reacção turca nem com o fracasso da tentativa de assassinar Makários (que fugiu para a Inglaterra) e, muito menos com a resistência dos partidários deste em ambas as comunidades. Washington teve que recuar, já que opôr-se à Turquia significava perder um aliado vital, onde dispõe de numerosas bases militares a poucos quilómetros da URSS.

A NATO saiu do episódio bastante debilitada no seu flanco oriental-sul. O presidente Makários regressou ao país em Dezembro de 1974, para reassumir o governo de um país dividido. Poucos meses antes a Turquia havia feito um novo desembarque de tropas e ocupado 40 por cento da ilha, deslocando para o sul 200 mil cipriotas gregos. A 14 de Fevereiro de 1975 foi proclamada unilateralmente a independência do território turco ao norte, a que se opôs o Conselho de Segurança da ONU. As negociações intercomunitárias foram iniciadas, e 9000 turecos que tinham ficado isolados na zona grega foram transferidos para o norte, dividindo rigorosamente a ilha em 2 regiões étnicas. As negociações encaminharam-se para a formação de dois Estados Federados dispostos de amplos poderes, dependentes de um governo central de autoridade limitada. Em 1976, realizaram-se eleições em ambos os sectores da ilha: Makários foi confirmado na administração do sector grego e Raul Denktash tornou-se o dirigente do Estado Federado do Chipre. O arcebispo Makários morreu a 3 de Agosto de 1977, e foi substituído por Spyros Kiprianou.

REPÚBLICA DO CHIPRE

Governo: Spyros Kiprianou, Presidente (o governo de Raul Denktash na parte turca não é reconhecido pela comunidade internacional). **Capital:** Nicósia (120 000 h). **Superfície:** 9251 kms. **População:** 680 000 habitantes, 78,8 por cento de origem grega e 17,5 por cento turca. **Moeda:** Libra cipriota. **Idiomas oficiais:** Grego e turco. **Festa Nacional:** 1-10 (Independência, 1960). **Religião:** Grega ortodoxa e muçulmana. **PNB per capita:** 1750 dólares anuais. **Educação:** 150 mil estudantes em todos os níveis, 1974. **Saúde:** Um médico para cada 1200 habitantes.

O Chipre é membro de pleno direito das Nações Unidas, do Movimento dos Países Não Alinhados e da Comunidade Britânica das Nações.



África do Sul

O território sul-africano era originalmente ocupado pelos nômades bosquímanos a oeste, pelos pastores hotentotes a sul e leste, e por povos bantus que vinham entrando pelo norte. Os primeiros europeus a chegarem foram os portugueses chefiados por Bartolomeu Dias, que descobriram o Cabo da Boa Esperança, em 1488. Mas a colonização só começou no século XVII, por colonos holandeses que estabelecem a Colônia do Cabo, que em 1814, como resultado das guerras napoleônicas, passa formalmente a pertencer à Inglaterra.

Em meados do século passado, os "boers" (descendentes dos colonos holandeses que falam o "afrikaan", a língua holandesa já bastante modificada) revoltam-se contra o domínio britânico sobre o Cabo e realizam a "Grande Viagem" para o norte. No início desse século levantam-se em armas e travam uma guerra de 3 anos contra a Inglaterra, terminando por reconhecer a autoridade britânica. Em 1910 o Parlamento da Inglaterra aprova a constituição da União Sul-Africana. Cinquenta anos depois, após os brancos no governo já terem institucionalizado a segregação racial, o "apartheid", e terem estabelecido as internacionalmente repudiadas medidas separatistas, a África do Sul transforma-se em República e abandona oficialmente a Commonwealth britânica.

Além do racismo, a África do Sul pratica o colonialismo sobre a Namíbia (antiga África do Sudoeste), apesar da condenação internacional e das resoluções das Nações Unidas pelo fim da sua ocupação.

Após a primeira guerra mundial, o território da África do Sudoeste tinha sido colocado sob administração sul-africana, por decisão da Liga das Nações. A ONU decidiu pelo fim do mandato e quis estabelecer a sua própria administração até à independência da Namíbia, mas o governo sul-africano tem mantido a sua ocupação militar e administrativa do território, de onde inclusive tem lançado

seguidas agressões contra Angola, desde a invasão em 1975 para impedir a independência angolana, até ao massacre de Kassinga em Maio deste ano.

A África do Sul é muito rica em recursos minerais e atingiu uma industrialização que tornou a sua economia na mais desenvolvida da África, próxima dos países mais ricos. Mas a sua riqueza e as oportunidades sociais são extremamente mal distribuídas e obedecem à política racial do "apartheid". A população africana, que forma o grosso do proletariado, não tem direitos de voto, de possuir terra, de escolher a morada, de transitar em certos meios. A separação racial é praticada nas escolas, nos locais de espectáculo, em quase tudo. Ultimamente o governo tem cedido às pressões e feito pequenas concessões. Os não brancos têm restritas as suas opções profissionais, o que os força na maioria ao trabalho não qualificado. Essas medidas provocam, periodicamente e num crescendo, manifestações de protesto da população negra e mestiça. Uma delas saldou-se pelo conhecido massacre de Sharpeville, em 1960, quando a polícia metralhou o povo que se manifestava contra a obrigatoriedade do passaporte interno para os homens de cor. Dezenas de pessoas foram massacradas.

Muitos líderes negros que lutam contra o apartheid, entre eles Nelson Mandela, encarcerado há muitos anos, foram presos e torturados pelo regime.

Em 1976 deu-se a explosão do Soweto, onde os estudantes recusaram o ensino obrigatório na língua "afrikaan" e a repressão provocou centenas de mortos e milhares de feridos.

A luta do povo contra o "apartheid", na qual o movimento reconhecido internacionalmente é o ANC (Congresso Nacional Africano) dirigido por Oliver Tambo, e às condenações internacionais do racismo, da ocupação da Namíbia e agressão a Angola, o regime racista sul-africano responde com sangrentas repressões, novas agressões e manobras sem êxito como as pseudo-independência dos "bantustões". O Transkei, primeiro bantustão a que foi "concedida" a independência em 1976, não foi reconhecido por nenhum país do mundo.

A luta contra o odioso regime sul-africano terá formas diferentes do resto da África e engloba-se na luta mais geral da África Austral, onde a Namíbia e o Zimbabwe ainda lutam por libertar-se do colonialismo e onde as independências de Angola e Moçambique vieram alterar profundamente a balança em favor dos povos oprimidos.



REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

Governo: Johannes Balthazar Vorster, primeiro-ministro. **Capital:** Joanesburgo (1 500 000 h. **Superfície:** 1 221 037 km². **População:** 26 milhões de habitantes (68 por cento negros, 19 por cento brancos e 13 por cento mestiços e asiáticos.; 53 por cento população rural). **Moeda:** rand. **Idiomas:** inglês e afrikaan são oficiais, a população fala diversos dialectos bantus. **Festa Nacional:** 31/5 (Proclamação da República, 1961). **Religião:** maioritariamente protestantes e animistas. **PNB per capita:** 1100 dólares anuais. **Educação:** 5 milhões de estudantes em todos os níveis. **Saúde:** um médico para cada dois mil habitantes.

A África do Sul é membro pleno das Nações Unidas, mas não faz parte da Organização da Unidade Africana.

Camboja

A civilização Khmer alcançou o seu apogeu na península indochina entre os séculos IX e XIII, e tem uma longa tradição de luta anticolonialista. Portugueses e holandeses, presentes na região desde o século XIV, fracassaram na tentativa de conquistá-la. Apenas em 1863 uma potência europeia, a França, consegue impôr o seu "protectorado" ao povo khmer.

Na Segunda Guerra Mundial, a Indochina é invadida pelo Japão. Com a derrota deste, os franceses não tiveram condições de recuperar as mesmas posições anteriores. O Camboja proclama a monarquia constitucional em 1947 (Norodom Sihanouk era o rei desde 1941) e reconquista gradualmente a sua autonomia, até à independência em 1955. Sihanouk abdica então em favor do seu pai. Quando este morre em 1960, o príncipe recusa a coroa, de rei e assume o simples título de Chefe de Estado.

O Vietnam, que já derrotara os franceses em 1954, está no-

vamente em guerra contra a invasão americana. Sihanouk esforça-se por manter a neutralidade do seu país, evitando a utilização do seu território como base da agressão americana. Sihanouk apoiou activamente o Movimento dos Países Não Alinhados.

Em 1968, embora a Comissão de Controlo dos Acordos de Genebra informe não haver tropas vietnamitas no Camboja, os Estados Unidos começam a bombardear o que chamam a "rota Ho Chi Minh". Sihanouk tenta defender a soberania do seu país, realizando esforços diplomáticos, mas é destituído por um golpe militar organizado pela CIA a 18 de Março de 1970. Lon Nol assume o poder e a guerra internacionaliza-se, com a invasão do Camboja por tropas norte-americanas que vão combater os guerrilheiros do "khmer vermelho". 1600 milhões de dólares foi a ajuda americana a Lon Nol, para uma guerra que resultou em cem mil cambojanos mortos.

ESTADO DEMOCRÁTICO DO KAMPUCHEA

Governo: Kieu Samphan, presidente. **Capital:** Pnom Penh (250 000 h antes de 1975 eram 750 000 h. **Superfície:** 181 035 km². **População:** 7 500 000 h. **Moeda:** o riel, oficialmente abolido em 1975. **Idioma oficial:** khmer. **Festa Nacional:** 9/11 (independência, 1953). **PNB per capita:** 100 dólares anuais. **Educação:** as escolas foram fechadas em 1975; em 1976 foram abertas um número indefinido de escolas para a educação revolucionária; em 1972 havia 11 000 alunos no ensino superior. **Analfabetismo:** 42 por cento. **Saúde:** um médico para 15 mil habitantes, em 1971.

O Camboja é membro pleno das Nações Unidas e do Movimento dos Países Não Alinhados.



Exilado em Pequim, Sihanouk organiza a Frente Unida Nacional do Kampuchea, com o apoio dos "khmers vermelhos". É constituído o Governo Real de União Nacional do Kampuchea, com Sihanouk como Chefe de Estado e Khieu Samphan, do "khmer vermelho", como ministro da Defesa e comandante em Chefe das Forças Armadas. Em 1972, a FUNK já controlava 85 por cento do território. No ano seguinte Sihanouk visita Hanói, onde são estabelecidas as bases da cooperação entre os 2 governos e é reafirmado o princípio da manutenção das fronteiras coloniais entre os dois países.

Em Abril de 1975, poucos dias após a capitulação de Saigão, Pnom Penh cai também perante a ofensiva dos patriotas cambojanos.

Um ano depois, Sihanouk renuncia e a monarquia é substituída pelo Estado Democrático do Kampuchea, com Khieu Samphan na presidência.

O país encerra-se num isolamento que cria dificuldades para os diplomatas estrangeiros, o governo suprime a moeda e decreta a transferência de quase toda a população urbana para o interior, na tentativa de restabelecer rapidamente a produção agrícola afectada pela guerra.

Em inícios de 1978, Pnom Penh rompe as suas relações diplomáticas com o Vietnam, desrespeita as "fronteiras traçadas pelo colonialismo", provocando contínuos enfrentamentos fronteiriços. Hanói, cujo poderio militar é imensamente superior ao do Estado Khmer, esforça-se por solucionar o conflito na mesa de negociações. O total alinhamento do governo khmer com a política internacional da China não é alheio a esses conflitos, que ameaçam a histórica amizade dos dois povos forjada na longa luta contra o imperialismo.

as vozes da áfrica
revolucionária

N.º 409 — 6 DE AGOSTO — 1978 — 15\$00
Angola 25 Kwanzas Portugal 25 escudos

Tempo

OS PRIMEIROS PASSOS
DE UMA CÉLULA
DO PARTIDO



OPERAÇÃO
BÚFALO 78

**NÃO QUEREMOS
SER EX-PP**

**A NOVA AGRESSÃO
E A LUTA ARMADA
EM ZIMBABWE**

**no
interior
do SAHARA**

TEMPO, de Maputo. Revista semanal ilustrada.
Redacção: av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A
Caixa Postal 29.17 — República Popular de Moçambique

C
o
de
X
de
gu
na
fr
co
ui
ça
te
a
p
fr
ç
p
p
c
h
r
a
e
t
d
c
s
d
c
-
l
c
o

